

**Fevereiro 2008**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

## *Genérico*

Redação Waldney Oliveira

### Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

### Editado por:

Development Workshop-Angola

### Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

### Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

### Email:

cedoc.dwang@angonet.org

### Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 Sonangol reforça participação em bancos Lusos.....	1
1.2 Aguinaldo Jaime acredita no crescimento da economia.....	1
1.3 O persistente combate à pobreza.....	2
1.4 Governo vai importar alimentos para travar a fome.....	3
1.5 Presild abre duas lojas pedagógicas para formar comerciantes angolanos.....	3
1.6 A seca e a segurança alimentar.....	4
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>5</b>
2.1 GPL prova desemprego aos vendedores dos mercados.....	5
2.2 Futuro Mercado do Panguila, praticamente acabado, poderá garantir mais dignidade aos vendedores.....	5
2.3 Inauguração dos Congolenses e do S. Paulo só na 2ª feira (4).....	6
2.4 Micro-crédito impulsiona profissões e micro-empresas.....	7
2.5 Farmácias da periferia nas mãos dos biscateiros.....	7
2.6 Alento para «milhares» de aflitos.....	8
2.7 De onde vem essa vontade de bem servir?.....	9
2.8 Espaços de venda são distribuídos hoje.....	9
2.9 Luanda terá novos mercados.....	10
2.10 Vendedoras serão retiradas das ruas do Rangel.....	10
<b>3 Governação e Descentralização</b>	<b>12</b>
3.1 Presidente da república exonera governador de Luanda a seu pedido.....	12
3.2 Governação desgovernada.....	12
3.3 Governo expulsa igreja Maná.....	13
3.4 Dúvidas e (muitas) certezas sobre a saída de Capapinha.....	13
3.5 Finanças no Huambo arrecadam mais de 800 milhões de Kwanzas.....	14
3.6 Fundo disponibiliza cinco milhões de dólares para 68 municípios.....	15
3.7 O apoio à gestão local.....	15
3.8 “Tia Chica” arruma a casa.....	16
3.9 Capapinha o governador que mais demoliu.....	17
3.10 Municípios do Rangel e Kilamba Kiaxi terão novos projectos comunitários.....	18
3.11 «Chica» não está pelos ajustes.....	18
3.12 Os anos do governador Job Capapinha.....	19
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>21</b>
4.1 As teias do plano secreto da segurança para desestabilizar as eleições.....	21
4.2 Igrejas cristãs vão fazer oração especial para as eleições.....	21
4.3 Reverendo manifesta desejo de que as legislativas dignifiquem os angolanos.....	22
4.4 Rede Eleitoral Angola promove seminário sobre Cidadania e Eleições em Caxito.....	23
4.5 Será que interessam mesmo as eleições as elites do MPLA?.....	23
4.6 Atenção ao discurso político.....	24
4.7 “CNE não é um órgão independente, mas dependente da Presidência da República”.....	25
4.8 Estratégia sobre educação cívica vai a debate.....	26
4.9 Centro de Convenções de Talatona acolhe encontro nacional sobre educação cívica.....	27
4.10 Igreja evangélica apela a tolerância eleitorais.....	27
4.11 As maiorias absolutas geram ditaduras.....	27
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>29</b>
5.1 Governo condena dados do UNICEF.....	29
5.2 Controvérsia na distribuição gratuita de livros.....	29
5.3 Registo gratuito beneficia 1190 crianças no Moxico.....	30

5.4	820 Adolescentes são alfabetizados no município .....	30
5.5	Benguela matriculou este ano mais de seiscentos mil alunos.....	31
5.6	Huíla regista aumento do número de crianças no sistema de ensino .....	31
<b>6</b>	<b>Terra, Habitação e Urbanização</b>	<b>32</b>
6.1	É urgente desencorajar o surgimento de bairros sem planos urbanísticos .....	32
6.2	Expedição à primeira favela angolana.....	33
6.3	A jornada da desilusão .....	34
6.4	Alguns subsídios para o ordenamento do território angolano.....	34
6.5	Continua o conflito de terras .....	35
6.6	Um cartão vermelho e dois cartões amarelos .....	36
6.7	Duas mil casas começam a ser construídas este ano em Bom Jesus .....	36
6.8	Vidas lixadas às portas de Luanda .....	37
6.9	Administrador Municipal do Rangel às turras com um (antigo) vizinho.....	38
6.10	Condomínios para todos os gostos e feitios .....	38
6.11	Habitação, uma bomba – relógio.....	39
<b>7</b>	<b>Serviços Básicos</b>	<b>41</b>
7.1	Lixo industrial ameaça meio ambiente no Soyo .....	41
7.2	Andulo tem novo sistema de abastecimento de água.....	41
7.3	Bairro (quase de luxo) transformado em lixo .....	42
7.4	Ministro da Energia e Águas defende criação de uma política de preços.....	43
7.5	Luanda terá três novas infra-estruturas para a transferência de lixo .....	43
7.6	Sob alerta máximo .....	44
<b>8</b>	<b>Paz e Reconciliação</b>	<b>45</b>
8.1	FCD satisfeito com a implementação do Memorando de Paz para Cabinda.....	45
8.2	Kassoma trava diálogo sobre intolerância política.....	45
8.3	Lubango acolhe seminário sobre gestão de conflitos .....	46
8.4	Militantes do MPLA têm armas para defesa UNITA tem armas escondidas para guerra .....	46
8.5	Soba Kamama trava UNITA no Kilamba Kiaxi.....	46
8.6	Plano de desarmamento da população será submetido ao Conselho de Defesa e Segurança .....	47
8.7	Governo aprova plano de desarmamento da população civil.....	47
8.8	Parlamentos devem adoptar legislação apropriada para consolidação da paz.....	48
8.9	«Não me vendi ao Governo» .....	48

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Sonangol reforça participação em bancos Lusos

*Agora...02-02-08*

A Sonangol tem vindo a notabilizar-se em muitas frentes. A época de turbulência que parecia agitar as autoridades angolanas e da maior empresa do país parece pertencer ao passado.

Em Dezembro último, as relações do Governo com o Banco de Fomento Angola, detido pelo Bpi, não teriam sido das melhores. Nesta fase o Executivo viria a ameaçar com o encerramento das contas bancárias de empresas públicas naquela sociedade financeira, uma acção que seria levada a cabo, de acordo com as instruções então avançadas, em menos de 48 horas.

Hoje porém, a época amarga parece ter desaparecido e surge agora a Sonangol envolvendo-se em negócios com o Bfa, sendo tida como certa a sua integração em outras unidades bancárias lusas de peso, já instaladas no país.

Na nova etapa em curso, depois de aturadas negociações, a petrolífera terá ficado com 49% do Bfa, pondo-se oficialmente fim a quezílias antigas. No Banco Comercial Português (Bcp), além de a Sonangol ser um accionista de referência, com uma participação de 5% deste banco, ficou ainda com 49,99% do Banco Millennium Angola (Bma). Essa entrada deverá ser consolidada através da própria petrolífera e pelo Banco Privado Atlântico (Bpa).

De acordo com as fontes, a operação será concretizada através do aumento de capital do Bma, em numerário, estando previsto, também que, o banco controlado pelo Bcp adquirira 10% do Bpa. Na sequência deste acordo com o Bcp, em que o presidente da holding, Manuel Vicente, teria sido indicado para o conselho superior do banco, ficou estabelecido que as partes assumiriam o compromisso de formalizar os termos da parceria estratégica num prazo de 90 dias.

A incursão da empresa não ficaria só por aí. A Sonangol está a negociar com o Banco Espírito Santo (Besa) a montagem de operações financeiras destinadas a suportar grandes investimentos na área da exploração de petróleo no Brasil. Fica assim de parte a intenção da petrolífera partilhar o capital do Banco Espírito Santo Angola (Besa), mormente da sua subsidiária no país.

O envolvimento da empresa dirigida por Manuel Vicente com o Bes surge numa altura de expansão do Besa, reconhecido pelas autoridades como sendo o

banco mais rentável em 2006. Neste ano, o banco atingiu mil milhões de dólares de recursos de clientes e resultados líquidos na ordem dos 60 milhões de dólares.

Depois de ter obtido um activo líquido global no valor de 803 milhões de dólares, no ano passado esta cifra terá sido fixada em cerca de 1 bilião e 200 milhões de dólares.

Este ano, o grupo Escom, que tutela o banco, previa largar 900 milhões de dólares para investimentos. Desse montante, 200 milhões deveriam ser aplicados na construção de três barragens na província da Lunda-Sul.

A ofensiva da Sonangol deverá atingir por fim outro banco de referência dos que operam no mercado: o Banco Totta, do grupo Santander, onde deverá possuir 25%. É neste banco onde também se prepara para entrar, a Caixa Geral de Depósitos.

Tv. Cabo – Paralelamente ao seu envolvimento no sector bancário, a Sonangol estará a analisar a entrada no capital de outras empresas cotadas em Portugal, com maior realce para as do sector das telecomunicações.

Fala-se da compra de uma participação qualificada na PT Multimédia, ou mesmo na Portugal Telecom. Segundo o jornal português Diário Económico, já se está na fase de elaboração do plano estratégico, mas ainda longe em relação aos detalhes do que poderão vir a ser os investimentos a concretizar.

Um responsável da Sonangol terá admitido que depois do sector financeiro, era natural que se olhasse para as telecomunicações. "E o que está a acontecer com todos os países produtores de petróleo e que têm assumido posições financeiras noutros sectores que não o petrolífero", justificou a fonte. (...)

Note-se que, na Galp Energia, a Sonangol assumiu uma participação através da Amorim Energias, do empresário Américo Amorim. Assim, a Amorim Energias que tem 33% da Galp, é detida a 45% pela Sonangol e 55% pela Amorim Investimentos, que, por sua vez é controlada em 75% por Américo Amorim, sendo os restantes 25% da caixa Galícia.

## 1.2 Aguinaldo Jaime acredita no crescimento da economia

*Folha8...02-02-08*

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, manifestou-se, recentemente, confiante na subida dos salários da função pública na ordem de 4 por cento acima da taxa de inflação em 2008 (estimada em 10%), e na citação de mais postos de trabalho até

2009, com os investimentos em curso no país resultantes das dívidas de Angola com o exterior.

Aguinaldo Jaime acredita que os endividamentos de Angola com outros países não põem em risco o crescimento da nossa economia, pelo contrário, reconheceu, "estamos a inverter os endividamentos em investimentos e mesmo que visões pessimistas reflectam o contrário estamos no cantinho certo".

"Por isso, temos de "manter esse objectivo e tenho confiança em que lá vamos chegar", afirmou Aguinaldo Jaime, em entrevista à TPA, no programa Grande Entrevista, lembrando que, apesar de a taxa de inflação se situar nos 10 por cento, os funcionários públicos terão maior capacidade de compra, visto que pela primeira vez, "o Governo vai aumentar não só o poder de compra como também elevar a qualidade de vida das populações.

O ministro-adjunto defendeu que a aposta deve continuar na captação investimento, no incentivo às exportações e na "requalificação dos recursos humano, como base para o desenvolvimento e combate à pobreza.

Segundo Aguinaldo Jaime, as perspectivas de crescimento económico "bateram as expectativas" em 2005, 2006 e 2007, sendo que, acrescentou, "este ano a economia vai crescer perto de 27 por cento", devido à actividade empresarial e aos investimentos em curso no País e "esses indicadores económicos reflectem a estabilidade macroeconómica", pois a estabilidade dos preços de bens e serviços, da moeda nacional e da taxa de inflação são os principais indicadores que reflectem as medidas e a estabilização macroeconómica de Angola. Prosseguindo, disse que o país vive efectivamente uma fase de estabilidade, com a inflação controlada em cerca de 12,7 por cento (em 2007), embora reconheça ser uma taxa de 1,7 por cento acima da meta estabelecida pelo Governo em 2007, mas este quadro "pode servir de trampolim para o relançamento da produção interna, para assegurar o Produto Interno Bruto.

Temos o défice fiscal controlado e uma conta corrente externa muito sólida. Temos políticas de rendimento moderadas, e é em consequência de todo esse ambiente macroeconómico que eu diria que estamos num quadro de estabilidade, não absoluta".

"O Governo angolano, embora tenha relações privilegiadas com a República Popular da China, pela magnitude dos créditos que este país está a colocar à sua disposição, pretende diversificar o conjunto de parcerias", expressou o ministro-adjunto.

Nós temos créditos da China, mas precisamos de outros, oriundos de países da União Europeia,

afirmou, sublinhando ser uma das razões pela qual Angola regularizou a dívida com o Clube de Paris. "O que estamos a fazer é melhorar de modo sustentável as bases em que vão assentar o nosso bem-estar e a melhoria da nossa condição de vida", rematou.

### **1.3 O persistente combate à pobreza**

*Jornal de Angola...09-02-08*

A luta contra a pobreza continua a ser tarefa crucial do Governo, que tem tomado as medidas necessárias para a sua erradicação em todo o país.

Trata-se de uma tarefa complexa que tem de mobilizar muitos recursos financeiros, até porque essa luta contra a pobreza decorre num país que conheceu um longo conflito armado, que, como é sabido, inviabilizou inúmeros projectos virados para o desenvolvimento económico e social.

Terminada a guerra e conhecidos que são os problemas que nos afectam, o importante agora é que sejam traçadas as melhores políticas de erradicação da pobreza que em Angola atinge um número considerável de cidadãos, quer nas zonas rurais, quer no campo.

Trata-se de um problema que não é de fácil solução, e disso tem consciência o Governo, que já traçou programas abarcando uma série de acções que permitam tornar exequível o combate à pobreza, um processo que requer esforços diversos e combinados do Governo e de toda a sociedade.

O que se pretende é uma redução drástica dos níveis de pobreza no país, de modo a dar uma vida condigna a milhares de angolanos que necessitam de apoios institucionais para fazer face à sua situação de carência de vária ordem.

É necessário referir que as autoridades têm já atacado muitos problemas que afectam as populações mais carentes, criando condições para que estas tenham, por exemplo, acesso à água potável, à assistência médica e medicamentosa e a infra-estruturas económicas e sociais.

É notório o facto de que a luta contra a pobreza continua. E têm sido muitos os sinais de que as autoridades não cruzam os braços e não poupam esforços neste difícil, mas nobre combate a um flagelo que causa sofrimento a inúmeras famílias angolanas.

## **1.4 Governo vai importar alimentos para travar a fome**

*Cruzeiro do Sul...09-02-08*

A seca que dizima aos poucos os 500 mil hectares de terra cultivados em toda a extensão arável da província ceifa igualmente pessoas desfavorecidas até hoje em número de 4, confirmadas na comuna da Arimba, há 15 quilómetros do município do Lubango. Tal realidade, constatada no terreno e caracterizada como grave pelo executivo local, levantou a preocupação particular de Ramos da Cruz, governador provincial, que aventou a hipótese de importação de alimentos básicos para acudir os atacados pelas consequências desta intempérie natural de falta de quedas pluviométricas.

Ramos da Cruz disse, esta semana, que, caso aumente o número de vítimas da fome, o governo será forçado a importar grandes quantidades de sereias como milho, massango, massambala, soja e outros de confeição fácil, para acudir os milhares de desfavorecidos que só de si mesmo não sobreviverão a tempestade que a fome traz nas suas asas. Segundo ainda Ramos da Cruz, ao nível central, já foi criada a comissão de alerta rápida contra as catástrofes naturais, a mesma que também será chamada a intervir na questão da província.

Entretanto, na província da Huíla ainda não se levantaram as consequências da seca no meio rural no que toca sobretudo à destruição das culturas e às vítimas humanas como sucedeu com a província de Benguela. Recorde-se que apenas existiu, no ano passado, um: { comissão interministerial, encabeçada pelo Ministério da Agricultura que, na altura, declarou catástrofe alimentar por terem secado 70% das sementes colocadas no solo.

Ainda assim, enquanto não se faz o levantamento oficial dos danos da seca, do interior surgem confirmações de subida de preços dos produtos alimentares, como a farinha de milho, principal manjar dos povos locais. A situação agudizada pela baixa de produtividade das firmas transformadoras da província devido as apertadas restrições energéticas tem estado a retirar alguma autoridade de intervenção em situações de fome generalizada da Associação Agropecuária Comercial e industrial da Huíla AAPCIL.

Segundo o seu presidente, António de Lemos, a vida do empresariado não tem sido fácil, e descarta de longe a intervenção mais directa neste problema da fome causada pela seca que aflige a província da Huíla..

## **1.5 Presild abre duas lojas pedagógicas para formar comerciantes angolanos**

*Jornal de Angola...21-02-2008*

O Programa de Logística e Aprovisionamento de Bens Essenciais à População (PRESILD) vai inaugurar, este mês, duas lojas pedagógicas, com vista a dar suporte de formação técnico-científica aos comerciantes angolanos que vão operar a nova rede comercial em todo o país.

Para o coordenador do subgrupo técnico operativo para as infra-estruturas básicas, Gomes Cardoso, esses estabelecimentos, localizados nas cidades de Luanda e Huambo, vão empregar os 30 formadores que, no ano passado, concluíram, em Luanda, um ciclo de 'formação para comerciantes nacionais.

A rede de supermercados será composta por 163 infra-estruturas, igual quantidade de mercados municipais, programados para efectuem uma cobertura nacional, no que concerne ao fornecimento de bens e serviços de uso corrente dos cidadãos nacionais.

A existência das duas primeiras lojas pedagógicas decorre da necessidade da modernização do comércio no país, compatibilizando com a evolução técnico-científica do comércio internacional.

O Presild vai, em todo o país, facilitar comerciantes até então des'lpitalizados a adquirirem, além formação, crédito junto da banca comercial, avaliados em 300 mil dólares, um estabelecimento comercial e uma carrinha com capacidade de até três mil e quinhentos quilogramas para transportar mercadorias.

O actual quadro de implementação do programa foi caracterizado por Gomes Cardoso como sendo a rede grossista, com o arranque das obras de construção de quatro centros de logística e de distribuição, em Viana e na comuna de Lombe (Malanje), para atender às zonas Norte e Nordeste, enquanto no Lobito, Benguela e Caála estes clods vão assegurar o fornecimento mercantil no Sul e Centro de Angola.

Quanto ao mercado retalhista, Gomes Cardoso disse que será inaugurado o décimo segundo "Nosso Super", na província do Namibe, a um de Março, quinze dias depois do décimo terceiro, em Ndalatando, no fim deste mês. Adicionado este aos do Bengo, Moxico e da Lunda Sul a rede perfará, até Agosto próximo, uma quantidade de 31 supermercados.

Em Luanda, estão a ser construídos mais dois "Nosso Super", nos municípios de Cacuo e Kílamba Kíaxi, cujas inaugurações estão previstas para 17 de Maio deste ano, ao mesmo tempo que a coordenação do Presild efectua contactos com o Governo Provincial de Luanda para a identificação de terrenos destinados à

construção de mais seis infra-estruturas análogas. Luanda terá 12 estabelecimentos "Nosso Super. Quanto à rede comercial de proximidade, Luanda terá entre nove e 15 estabelecimentos, cujo objectivo se circunscreve na provisão de bens e serviços 'o' mais próximo possível dos locais de residência e de trabalho dos consumidores, visando apoiar a cintura verde de Luanda, a pesca artesanal e toda a actividade económico-produtiva da capital de Angola.

(...)

Gomes Cardoso realçou a importância da aprovação, pelo Governo, da regulamentação das actividades comerciais, instrumento que considerou relevante por permitir criar e estabelecer normas e princípios gerais de comércio, assegurar a modernização e o ordenamento de infra-estruturas comerciais, assegurar uma leal e livre concorrência, entre os comerciantes e salvaguardar os direitos dos consumidores.

## **1.6 A seca e a segurança alimentar**

*Novo Jornal...22-02-2008*

A campanha agrícola 2006/07, uma das melhores dos últimos cerca de 20 anos, estimulou os camponeses a aumentarem significativamente as áreas cultivadas na presente campanha, principalmente de milho, tendo para isso contribuído também uma maior disponibilidade de imputes no quadro do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural

Todavia, a falta de chuvas ou a irregularidade da sua queda fizeram com que no sul do País e a sul do Planalto Central o crescimento do milho e de outros cereais tivesse sido severamente afectado. Ainda mal refeitos das duras consequências da crise de falta de chuvas em 2006 - que levou o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, em colaboração com a FAO, a gizar um programa de contingência de que não se conhecem os efeitos - os camponeses voltam a enfrentar o espectro da fome. Na realidade, em condições normais, qualquer camponês procura fazer reservas de alimentos para se prevenir contra estas eventualidades. Acontece, porém, que a situação ainda não é normal, quer pelos efeitos directos ou indirectos da guerra, quer pelas consequências das irregularidades de 2006.

Atribuir ao aquecimento global e às mudanças climáticas em geral a responsabilidade pela irregularidade de chuvas não me parece correcto sem uma análise mais séria e profunda. O complexo do leite - designação cunhada pelo grande agrónomo e investigador português Eduardo Cruz de Carvalho, já

falecido, a quem Angola está a dever uma mais do que justa homenagem pela sua contribuição para o conhecimento do território - que abrange a parte do sul das províncias de Benguela e Huíla, o Cunene, o Namibe e parte do Kuando Kubango, sempre foi uma região de chuvas escassas e irregulares, cujos valores anuais variam entre os 100 milímetros (Namibe) e os 800 (Lubango e Cubal), que ocorrem, em anos normais, principalmente entre Janeiro e Março. Para se perceberem estes valores, compare-se com os de Luanda, 400 milímetros, e os da Lunda Norte, 1600. Os povos pastores de tais regiões sabem bem que a irregularidade é sempre uma possibilidade constrangedora, e na sua memória estão presentes as gravíssimas crises que provocam frequentemente a morte de muito gado e conflitos pela disputa de áreas de transumância para acesso à água e a pastos. É certo que, tal como em 2004 e 2006, este ano a crise de chuvas atingiu também vastas áreas do Planalto Central, mas não se pode falar de seca prolongada, mas sim de irregularidades, pois as chuvas caem depois de modo concentrado em períodos mais curtos, como já está a acontecer agora em Fevereiro.

É justo reconhecer que desta vez governantes locais, provinciais e nacionais, bem como os órgãos de comunicação social levantaram cedo a questão - o que é um sinal de que se caminha, embora de forma lenta, para a normalidade no tratamento destas questões .

O que me preocupa, porém, é que as soluções preconizadas pelos diversos interventores governantes, técnicos, fazedores da opinião -, salvo raríssimas excepções, significam apenas soluções bombeiristas para apagar incêndios, clamando por ajuda alimentar de emergência para as populações. Outros sugerem ao Governo grandes projectos de regadio, uma solução pouco realista pois, para além de incomportável do ponto de vista financeiro, está condicionada pela chamada "lei do mínimo ou dos factores limitantes" que nos diz que o efeito de qualquer factor de produção agrícola, como por exemplo a água de rega, depende do nível mínimo em que se encontra cada um dos outros factores, como a semente ou a planta, o uso adequado de fertilizantes e pesticidas, o conhecimento técnico, a organização e disciplina do trabalho, entre outros. É preciso, pois, nas condições da Angola, procurar outras soluções para garantir a segurança alimentar dos camponeses pobres de forma sustentável, assunto que prometo abordar na próxima "Conserva de Mulemba", espaço onde, face ao convite do Novo Jornal, pretendo contribuir para um diálogo regular sobre os problemas da agricultura e do desenvolvimento democraticamente sustentável em Angola.

\*Agrónomo.



## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 GPL prova desemprego aos vendedores dos mercados

*Folha 8...02-02-2008*

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, em reunião com administradores municipais e outros colaboradores, garantiu, na última semana do mês de Dezembro de 2007, que os mercados dos Congolenses e São Paulo seriam reinaugurados em Janeiro, porém, a promessa não foi cumprida.

O promessa de reinauguração dos mercados foi encarada com grande expectativa no seio dos vendedores, visto ter sido o primeiro pronunciamento sobre o assunto feito por determinado governante, no caso, o governador da província, visto como sendo o único que sabe da verdade à cerca do processo. Na altura do pronunciamento, Capapinha, garantiu que estava ultrapassada a situação que condicionava a reinauguração dos referidos estabelecimentos, adiantando prender-se com a forma de gestão a ser implementada. A pública e a privada foram as possibilidades. A escolha caiu para a pública em consequência do insucesso que o GPL teve com a experiência da gestão privada, segundo explicações do governador, que, diz ter pedido "uma moratória ao Presidente da República" para o atraso que se verifica na reinauguração dos mercados.

Capapinha não cumpriu com a promessa para tristeza das centenas de vendedores que dependem dos referidos estabelecimentos para sustentar as respectivas famílias, como é o caso de Marta de Jesus, 50 anos de idade, e sem "forças para andar nas corridas como os jovens" que andam nas corridas com os fiscais por venderem nas vias de acesso aos mercados. Desde Outubro que os vendedores estão sem local para vender, em consequência da destruição dos mercados provisórios que tinham sido construídos depois do encerramento dos mercados antigos. Os provisórios deram lugar aos futuros parques de estacionamento, lançando os vendedores à rua.

Surgiu a promessa que a reinauguração dos mercados aconteceria quinze dias depois, o que não se efectivou. A segunda promessa tinha em conta que, no dia 11 de Novembro, os mercados estariam disponíveis para as vendas. Outro fracasso. Outra promessa indicava o dia 10 de Dezembro de 2007, seguindo a tal que indicava o mês de Janeiro, com a particularidade de esta ter sido a única feita pública e oficialmente, pelo que, dava

maiores garantias aos vendedores. Facto -é que também não passou de um falso alarme, motivando interrogações como: "afinal o que se estará a passar?"

### 2.2 Futuro Mercado do Panguila, praticamente acabado, poderá garantir mais dignidade aos vendedores

*Jornal de Angola...03-02-2008*

Já lá vão e mais de ano e meio, desde que as autoridades provinciais anunciaram a deslocação do Mercado Roque Santeiro para uma área mais espaçosa, onde se pudesse assentar condignamente os seus integrantes. Pelos cálculos feitos, os técnicos concluíram que a zona do Panguila tinha tudo para receber o mundo de gente que tem no maior mercado de África o seu ganha-pão, além da vasta gama de mercadoria.

A nova área, onde já se divisam praticamente todas as estruturas que vão dar corpo ao novo Roque, está longamente afastada da zona da actual praça, mas não de Luanda. Pois, se do Sambizanga ao Panguila se nota a distância, o mesmo não se pode dizer do resto da cidade.

O receio manifestado por alguns vendedores e clientes não passa de uma ilusão de óptica, que ganha espaço apenas por causa do estado da estrada, que, em alguns pontos, apresenta ainda sérios embaraços ao tráfego automóvel, algo que daria lugar a um verdadeiro pesadelo, caso o mercado fosse deslocado nestes dias para o Panguila.

Neste aspecto, a rejeição de certos vendedores encontra espaço para precedentes, já que, ao invés de ajudar, traria à cena outras situações... com os seus problemas também. A decisão da deslocação do mercado pelas autoridades, que, pelo que tudo indica, vai ser baptizado com o nome de "Mercado do Panguila", foi bem recebida pela sociedade.

Governo e população não se descruzaram quanto à busca de uma maneira mais justa para acomodar devidamente toda aquela gente, tanto os que vendem quanto os que volta e meia vão lá ter para adquirir os seus produtos essenciais. E não são poucos, obviamente.

E nem a lentidão, por assim dizer, que se regista na concretização da obra, justifica a paragem ou suspensão do projecto, precisamente porque a área actual não dispõe de qualquer elemento que ateste a sua existência. Mercadoria e lixo disputam o mesmo espaço. Só em espaço, ° ainda mercado do Roque deixa atrás o seu substituto do Panguila.

Condição que não lhe serve para nada, porque os

focos são tantos, que às tantas fica difícil dar conta da situação, como já se provou ao longo desse tempo. Várias campanhas de limpeza ficaram pelo caminho e, para não deixar a coisa assim, como se diz na gíria, se convencionou limpar os mercados às segundas-feiras. Outro entrave tem a ver com a disposição das barracas e corredores, que, de longe, ficam a anos-luz da estrutura do futuro mercado. Os empurrões tão habituais não mais terão lugar, pelo menos da maneira como actualmente acontecem, onde ninguém sabe, ao certo, porque está a ser acotovelado, ou se se é vítima de um comprador apressado ou de um gatuno, como se conhecem vulgarmente os larápios.

O estado de conservação da mercadoria, a arrumação por áreas e armazenamento irão conhecer igualmente uma melhoria substancial. São aspectos tão simples quanto as linhas esclarecem, mas que no Mercado Roque Santeiro são uma verdadeira dor de cabeça.

Os produtos, ou se quisermos a mercadoria, é armazenada em casas localizadas nas cercanias da praça sem as condições necessárias a esse tipo de actividade. Os comerciantes acharam por bem designá-las "casas de processo", o que, por si só, explica bem a relação das mesmas com o mercado.

Entre todas as preocupações, a mais grave prende-se com a comercialização de produtos perecíveis. Estes são vendidos debaixo de sol ardente, poeira e lixo à mistura. Isso para não falar do fumo, que, às vezes, chega a cobrir de negro o céu sobre o mercado. (...) Com o futuro mercado, tais situações, se não acabarem de todo, vão pelo menos reduzir o seu impacto. Certeza, certeza mesmo pode-se ter das preocupações ligadas à acomodação da mercadoria e comercialização de produtos perecíveis.

### **2.3 Inauguração dos Congolenses e do S. Paulo só na 2ª feira (4)**

*S. Angolense...09-02-08*

OS reabilitados mercados dos Congolenses e do São Paulo só deverão ser, finalmente, inaugurados na próxima segunda-feira, 4 de Fevereiro, feriado nacional, quatro dias depois de esgotado o prazo que o próprio Governador Provincial de Luanda tinha dado como certo para a realização da cerimónia, segundo soube o *Semanário Angolense* de boa fonte.

Num pronunciamento público feito em finais de Dezembro, que, entre outros, serviu para que o Governador de Luanda se explicasse sobre a demora na reabertura daqueles dois mercados, Job Capapinha

prometera que a sua reinauguração aconteceria, impreterivelmente, ao longo do mês de Janeiro. Porém, foi incapaz de honrar a sua palavra, por razões que este jornal desconhece.

Na altura, o Governador de Luanda dissera também que a demora na reabertura dos recintos se devera a problemas ligados à sua gestão, uma vez que a experiência com a sua atribuição a entidades privadas feita noutros mercados se mostrara ineficaz e/ ou prejudicial.

Segundo Job Capapinha, uma comissão de estudo criada para analisar o assunto concluíra que seria melhor que a gestão dos mercados dos Congolenses e do São Paulo fosse da responsabilidade directa das correspondentes administrações municipais (Rangel e Sambizanga), sob supervisão da direcção dos serviços comunitários do Governo Provincial de Luanda.

Ora, explicadas, aparentemente, as causas da morosidade da inauguração e em face da promessa do Governador, estava todo o mundo (incluindo os já desesperados vendedores) à espera que eles fossem reabertos no dia da cidade de Luanda (comemorado a 25 de Janeiro), como este jornal anunciara, com base em fontes seguras do próprio GPL, mas, contra todas as expectativas, mais uma vez, tal não se concretizou.

E agora, surge esta nova data, ao que soube o *Semanário Angolense*, anunciada por Job Capapinha, no sábado da semana passada, no cine Atlântico, durante um encontro que teve com as comissões de moradores e condóminos de vários bairros de Luanda. «O Governo provincial considerou ser melhor que a inauguração se procedesse numa data nacional<sup>1</sup>», disse uma fonte da administração municipal do Rangel, referindo-se ao «4 de Fevereiro», dia em que se comemora o início da luta armada de libertação nacional, como a data «ideal».

Coincidente e curiosamente, foi também no «4 de Fevereiro» do ano passado que o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, procedeu à inauguração de uma série de mercados então reabilitados ou construídos de raiz em vários pontos da cidade, mas já é quase certo de que, desta vez, não será ele a dirigir a cerimónia, embora se possa decidir à última hora, para fazer a felicidade de Job Capapinha e seus colaboradores.

De resto, é possível que ao último adiamento não esteja alheio uma derradeira tentativa de Job Capapinha para demover o Presidente da República a proceder à inauguração dos dois mercados, como parece ser sua obsessão, se bem que o Chefe de Estado já tenha dado mostras de que não está mais muito interessado nisso.

Segundo algumas vozes, José Eduardo dos Santos estaria desencantado com o resultado das obras de

reabilitação que lhe foi apresentado, uma vez que, pelo dinheiro que se diz ter sido empregue, ele esperava por coisa melhor, de maior grandiosidade, partindo daí a sua suposta recusa em honrar a reabertura dos referidos mercados com a sua presença, por serem comezinhos, apesar dos esforços do Governador em sentido contrário, a carácter de obsessão.

Uma obsessão que está a ter reflexos tremendamente negativos na vida de milhares de cidadãos que faziam pela vida nos «velhos» mercados, a níveis que se acentuam a cada dia que ficam à espera que a abertura dos «novos», finalmente, se processe.

«Por enquanto, não temos nada que indique que o Presidente virá à inauguração», disse a nossa fonte, reforçando apenas que tudo está a ser preparado para que, efectivamente, ela aconteça na próxima segunda-feira, como Job Capa pinha anunciou no encontro do «Atlântico».

«Uff (, até que enfim», dirão certamente os vendedores dos dois mercados, que por enquanto continuam sem entender as verdadeiras razões da sua desgastante espera pelo regresso ao trabalho. Será desta?

## **2.4 Micro-crédito impulsiona profissões e micro-empresas**

*Jornal de Angola...12-02-2008*

Mais de trinta grupos de jovens vão beneficiar brevemente de crédito jovem na província do Huambo, através do conselho provincial da juventude e desportos, com o devido apoio do governo local, com vista a fazer com que a juventude desempregada possa criar micro-empresas.

O chefe do departamento da Juventude e Desportos do Huambo, Martinho Sukete, justificou a concessão do crédito com o facto de os jovens serem uma das camadas mais vulneráveis em termos de desenvolvimento, tanto no aspecto económico-social, como na formação académica e profissional.

Segundo Martinho Sukete, o crédito vai servir para os jovens darem os primeiros passos na vida quotidiana. "E por esta situação (desemprego) que o Governo central, em colaboração com os governos provinciais, lançou recentemente o crédito jovem, do programa "Angola Jovem", de forma a apoiá-los nesta vertente", lembrou.

Martinho Sukete disse que o programa visa também diminuir os índices de delinquência juvenil.

Defendeu, no entanto, que é necessário que os jovens adquiram formação sócio-profissional para bem gerir os seus negócios.

Adiantou que os mais de trinta jovens que receberão entre 500 a 20 mil dólares americanos, já foram

beneficiados com duas acções formativas.

Apesar de não ter prestado informações sobre o prazo de reembolso do crédito, Martinho Sukete disse que esta iniciativa do Governo constitui uma mais-valia na mudança mentalidade de muitos jovens que não têm ocupação.

## **2.5 Farmácias da periferia nas mãos dos biscateiros**

*Folha 8...16-02-2008*

A maior parte das farmácias que operam na periferia de Luanda não obedecem às normas internacionais sobre a venda de medicamentos. A situação, com a gravidade que carrega, continua a alastrar-se, pondo em risco centenas, senão mesmo milhares de vidas que ocorrem aflitas a tais locais.

Segundo apurámos, esta irregularidade é maioritariamente praticada por cidadãos estrangeiros, sendo congolezes e malianos os líderes de tal prática. Diga-se em abono da verdade que, em muitos casos, estes estrangeiros se infiltram nesta actividade com ajuda de angolanos.

Para já, boa parte das farmácias que visitámos eram cantinas ou recintos de venda de bebidas alcoólicas de cidadãos nacionais que, sem sucesso na actividade, se viram obrigados a arrendar a terceiros. Nesta senda, os inclinados mais frequentes passaram a ser expatriados.

Na nossa ronda demos ainda conta de que estes estrangeiros, vindos dos seus países com o propósito único de exercer actividades comerciais, começaram por ser juntar aos nacionais possuidores de alvarás, o que significa que as duas partes eram proprietárias do negócio.

Mais tarde, na medida que a "yula" avançava e para a satisfação dos donos da terra, os imigrantes já não aceitavam fazer sociedade, exigindo alugar as licenças comerciais para poderem ser os "donos da bola".

A certa altura, não menos de cinco anos, começou a se verificar o domínio dos estrangeiros, principalmente os das nacionalidades já mencionadas, sobre as farmácias nas zonas periféricas da capital. Muitos indivíduos não pensaram duas vezes e começaram a alugar parte das suas casas para o negócio.

Pouco a pouco, os estrangeiros foram convidando amigos e parentes nos seus países de origem, para virem fazer o mesmo "trabalho". Daí em diante, tudo passaria a resumir-se simplesmente a um jogo de ilegalidades que vai desde a falta de formação do proprietário e dos funcionários a alvarás caducados. Há inclusive farmácias que nem sequer passam factura. Os entrevistados atestaram ainda que o fraco nível de formação dos "farmacêuticos" é visto com muita superficialidade. "Há caso em que nós pedimos um

medicamento e eles não dão outro, que não tem nada haver com o medicamento recomendado pelo médico", disse, Maria Teixeira, que se encontrava a comprar medicamentos na Farmácia Celpem, no bairro da Cuca.

Contrariando as informações que nos foram reveladas por uma fonte afecta ao Instituto Médio de Saúde (IMS), um dos funcionários da Farmácia Celpem garantiu a este semanário que fizera o curso de especialização em farmácia naquele mesmo instituto o que, por sinal, não condiz com a realidade, já que aquela escola anda há muito tempo encerrada.

No município do Rangel encontramos diversas farmácias, entre as quais a Neo Med, que, segundo apuramos, encontrava-se fechada porque os proprietários (que por sinal são malianos) foram notificados pela polícia económica por estarem a comercializar produtos com prazos de validade vencidos.

"As farmácias, embora não ofereçam muita segurança, têm ajudado muito a população, porque passamos a comprar os medicamentos sem termos que nos deslocar para o centro da cidade ou procurar nos vendedores ambulantes", frisou a enfermeira Vanuza da Silva.

Acrescentou ainda que "os farmacêuticos fazem de tudo para conservarem os medicamentos. É bem verdade que eles não têm os equipamentos próprios para tal e a falta de energia tem contribuído com uma quota-parte".

No Palanca, a maioria das farmácias foram encerradas, temporariamente pela Polícia por não possuírem os documentos completos e por comercializarem medicamentos expirados. Os proprietários das farmácias alegam que têm todos os documentos "em dia", como se diz na gíria, e cumprem as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

"Tratamos todos os documentos que a Lei angolana exige mas, mesmo assim somos constantemente apoquentados pelos agentes da fiscalização e da polícia económica", disse um comerciante que recusou-se dizer o seu nome e nacionalidade, mas que aparentou ser oriundo da República Democrática do Congo.

Também no Rangel, um dos municípios com o maior número de farmácias, encontramos alguns estabelecimentos de venda de medicamentos que se encontravam encerradas por ilegalidades.

Ao que tudo indica, os clientes de tais farmácia apercebem-se de que os funcionários que os atendem não dominam a profissão, mas mesmo assim preferem arriscar, alegadamente por ser mais barato e próximo de casa. "Não temos tempo para sair daqui até no centro da cidade para comprarmos os medicamentos porque, para além de serem mais caros, gastamos

dinheiro com táxi, ficamos presos no engarrafamento e ainda corremos o risco de encontrarmos o nosso familiar que estiver doente já morto", disse a mulher identificada apenas por Maria, que se encontrava a comprar medicamentos numa das farmácia localizadas no bairro do Palanca.

Já na Funda, comuna mais a norte da capital, pertencente ao município de Cacucaco, constatamos a existência de uma farmácia que atende os 27 bairros do município. Ao contrário das outras farmácias, a da Funda é dirigida por farmacêuticos angolanos. Segundo apuramos, embora esteja numa zona rural abastece um número elevado de população e os medicamentos são cuidadosamente tratados pelos responsáveis do estabelecimento.

(...)

Não tivemos sucesso na tentativa que fizemos para ouvir a Direcção Nacional de Medicamentos sobre a problemática que aqui abordamos, pelo facto de o seu director ter agenda apertada na altura em que lá estivemos. Mas, segundo a sua secretária, aquele responsável poderá falar nos próximos tempos.

## **2.6 Alento para «milhares» de aflitos**

*Capital...16-02-2008*

O jovem Joaquim, engraxador de sapatos, disse-nos, por exemplo, que se tomou cliente de Dilson há tempos. Anteriormente tinham dificuldades de comprar comida quente, já que os preços rendimentos da venda de guloseimas e da graxa de sapatos não lhe permitiam grandes voos. «Bebia uma gasosa, comprava um pão, e ficava ali. Mas agora, com o aparecimento destes moços, com 100 kwanzas já consigo comer bem», manifestou.

Vinte e quatro anos, Júlia, jovem zungueira, não escondeu a sua adesão a compra das refeições servidas na rua. Recorreu aos moços das marmitas prateadas depois de notar que a compra de refeições nas casas tradicionais que até então detinham o monopólio da confecção e venda de comida pronta a comer, prejudicava o negócio pessoal dela.

«Elas vendem pratos caros e, se todos os dias tivermos que comprar nelas, não conseguimos ter lucros nos nossos negócios», adiantou Júlia à nossa reportagem, cuja ronda permitiu verificar, neste âmbito, e o universo de clientes destes jovens não se limita aos zungueiros, seguranças, lavadores de carros, raboteiros ou engraxadores de sapatos. Há também funcionários, públicos ou não, que viram nos «take away móveis» uma porta de saída para solucionar as suas limitações financeiras na hora do almoço.

O senhor Celestino, 40 anos, é um exemplo. Entende

que com o encerramento do mercado do Kinaxixe as coisas se complicaram. «Antes tínhamos o mercado onde podíamos comprar qualquer coisa. Agora que fecharam, o dinheiro só dá mesmo para comprar nestes miúdos», constatou, concordantemente com outras vozes, segundo as quais, o encerramento do referido mercado onde já era possível tomarem-se refeições à vontade, fez com que, algumas casas que se dedicam à confecção e venda de refeições inflammassem os preços.

«A pagar todos os dias 300 ou 500 kwanzas por um prato de comida, no final do mês não resta nada para levar para casa», lamentou Celestino.

## **2.7 De onde vem essa vontade de bem servir?**

*Capítal...16-02-2008*

COMO todas as artes, esta teve origem em várias situações. No caso de Alzira Damião, tudo começou num estado emocional de revolta e a frustração que a consumia. Foi assim que o empreendedorismo nesse sentido a apelou para este negócio. Antiga vendedora do encerrado mercado do Kinaxixi, esse monstro adormecido bem no centro da cidade de Luanda, sob o olhar de esquelha da rainha Nzinga Mbandi.

Alzira tinha um espaço neste mercado e explorava-o, cozinhando os mais diversos kitute da nossa gastronomia. Mais de cinco anos a trabalhar no local, já tinha atraído um vasto número de clientes que até, segundo ela, recomendavam, ao telefone, as refeições e o número de pratos que gostariam de consumir. A bonança não tardou a acabar quando, inesperadamente os gestores da coisa pública decidiram transformar o velho mercado num shopping para outro tipo de inquilinos. A medida caiu como um balde de água fria em pessoas como Alzira. O horizonte de esperança estava cada vez mais escuro, pois, nem sequer lhes era apontado um sítio onde os negócios pudessem prosseguir.

E como contra a força do Estado não se rema, não havia outra alternativa senão ceder e abandonar o Kinaxixi, ainda que com a garganta a doer de saudade. Alzira levou tudo para a sua casa. Ficou parada por muito tempo, mas como sabe que barco parado não ganha frete, começou a cozinhar no seu quintal e lá mesmo servir as refeições. No começo fazia-o em pequena escala. Viu que sobrava muita comida, o que representava um desperdício.

Foi aí que, em conversa com clientes amigos, chegou à conclusão de que a venda de comida de refeições «in situ» resultava. Entretanto, a empreitada era grande, sugerindo o emprego de pessoal auxiliar. Nasceu então

a ideia de enquadrar em seu tomo, para além de raparigas na cozinha, outro número de ajudantes eram precisos para a distribuição das refeições nas ruas, à preço acessível.

Ela disse que difícil foi começar, mas a medida que o negócio se agigantou, ganhou traquejo.

## **2.8 Espaços de venda são distribuídos hoje**

*Jornal de Angola...19-02-2008*

O processo de distribuição dos espaços aos vendedores, quer no mercado dos Congolenses, quer no do São Paulo, inicia hoje. A garantia foi dada pelos seus responsáveis, ontem, à margem do acto de inauguração dos dois mercados pela Governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo.

O administrador do mercado dos Congolenses, Raul da Silva, que reconheceu ser, insuficiente o número de bancadas, tendo em conta o total de vendedores registados, disse que o pessoal excedente será encaminhado para o mercado do Bairro Popular.

"Nós temos três mil e 700 vendedores, mil e oito bancadas, 28 lojas grandes e 73 pequenas. Quando estes espaços se esgotarem, vamos transferi-los para o mercado do Bairro Popular", disse.

A coordenadora adjunta do mercado do São Paulo, Teresa de Brito Teixeira, não avançou outros pormenores, disse apenas que a administração vai a partir de hoje distribuir os espaços.

As vendedoras dos mercados dos Congolenses e do São Paulo estão ansiosas por saberem a localização exacta dos seus espaços de venda. Isto as preocupa pelo facto de o número de espaços de venda (bancadas) existente actualmente quer num, quer no outro mercado, ser inferior ao número de vendedores que cada um possuía antes da reabilitação. Elas não querem ficar sem espaço para retomarem os seus negócios após à paragem de cerca de quatro meses devido aos trabalhos de reabilitação. É o caso de Lourenço Rodrigues, Teresa de Fátima, Santa Luzia, Catarina de Tomás, Domingas Leitão, Fátima Sabino, Maria Bernardo e Francisca Miranda.

Todas elas são vendedoras do mercado do São Paulo há mais de 15 anos. Não sabem ainda em que bancada irão comercializar os seus produtos. Por este motivo, deslocaram-se até lá, não só para assistir à inauguração, como também para se inteirarem do processo de ocupação dos lugares. Da parte da administração do mercado não obtiveram qualquer informação a respeito. Enquanto aguardam por uma informação, passeiam pelo mercado e partilham as suas impressões com as

colegas. Luzia Jorge e Virgínia dos Santos, que são também vendedoras do mercado do São Paulo, estão mais apreensivas porque souberam que o espaço reservado actualmente ao serviço de cozinha, além de ser pequeno, terá uma gerência. Essa é a área de negócio destas duas mulheres, que tal como as demais, fazem-se acompanhar dos respectivos passes que comprovam o seu vínculo ao mercado.

Menos agitadas, Alzira da Costa, Vitória e Ana Joaquim acreditam que a administração do mercado vai arranjar espaço para todos. Elas, mais do que as outras, demonstravam alegria pela reabertura do mercado.

Nos Congolenses, o ambiente foi mais festivo (com música alta inclusive) do que de agitação, ao contrário do São Paulo. O número de bancadas (mil e oito) e de lojas (28 grandes e 73 pequenas) também não é suficiente para todos os vendedores (três mil e 700), ao que tudo indica. Mas Eva Cafala e Isabel Alexandre, ambas vendedoras, não ficaram exaltadas com a situação. Dizem receber garantias da administração de que terão o seu espaço.

## **2.9 Luanda terá novos mercados**

*Jornal de Angola...19-02-2008*

A cidade de Luanda terá novos mercados. Segundo a Governadora interina da província, Francisca do Espírito Santo, o programa de construção de mercados vai continuar, para albergar as mulheres e homens que pretendem realizar actividade comercial.

Francisca do Espírito Santo fez esta revelação ontem, na cerimónia de reabertura do Mercado dos Congolenses. Ainda ontem foi igualmente reaberto o do São Paulo. Ambos os estabelecimentos estiveram encerrados para reabilitação.

Os mercados ora reabilitados apresentam um aspecto moderno.

Dispõem agora das necessárias condições para a prática de comércio dos mais diferentes produtos, assim como de mais espaço e meios técnicos, como frigoríficos para conservação de produtos, entre outros.

Francisca do Espírito Santo recordou que está já em obras o mercado do Panguila, no município do Cacucaco.

A Governadora apelou as quitandeiras e os usuários dos mercados a cuidarem dessas infra-estruturas. Exortou-os a velarem pela higiene e limpeza, a gerirem convenientemente os espaços reservados às áreas de comercialização e a não danificarem as estruturas e meios colocados à sua disposição, para que o mercado

cumpra com o papel de dar oportunidade de negócios a centenas de angolanos e para que possa durar muito tempo.

Francisca do Espírito Santo disse que o Governo está satisfeito com a qualidade dos mercados. Segundo ela, os projectos de construção dos mercados foram cumpridos exactamente conforme haviam sido programados.

Questionada sobre o que representa para ela a satisfação da população (manifestada no acto de inauguração), respondeu que representa aquilo que a população sente quando o Governo consegue implementar projectos que vão ao encontro das necessidades básicas da população

O mercado dos Congolenses possui quatro naves com 1009 bancas para a venda de produtos, duas câmaras frigoríficas, um armazém para produtos secos, uma área administrativa, 101 lojas novas, 5 viveiros, 88 quiosques, um gerador de 200 KV A, um tanque de água, 4 instalações sanitárias públicas, uma casa de guarda e um parque de estacionamento.

A obra esteve a cargo da construtora China Jiangsu Internacional e foi fiscalizada pela empresa Consurb-Construções urbanas. No mercado do São Paulo, que tem uma área total 7.039 metros quadrados, foi construída uma nave com 753 bancas, duas câmaras frigoríficas, 119 quiosques, 4 armazéns, instalações sanitárias para homens e mulheres, um gerador de 530 KVA, uma casa de guarda, uma cantina e dois parques de estacionamento. A modernização dos mercados vai permitir que os vendedores comercializem os seus produtos com maior segurança e em melhores condições de higiene.

## **2.10 Vendedoras serão retiradas das ruas do Rangel**

*Jornal de Angola...21-02-08*

As quitandeiras que procedem à venda de produtos nas ruas Lino Amezaga, "Pedrinhas" e junto a "Tecomat" começaram ontem a ser registadas por uma equipa da Administração Municipal do Rangel, em Luanda, com vista a sua transferência para locais próprios, deu a conhecer o administrador da circunscrição, João Domingos.

Em declarações à imprensa, o responsável explicou que as vendedeiras, em função das suas áreas de residência serão transferidas para os mercados do Neves Bendinha (município do Kilamba Kiáxi), Cajueiro (Cazenga) e para o mercado municipal do Rangel.

Segundo João Domingos, as pessoas interessadas em

vender nos mercados referenciados devem contactar as administrações comunais e municipais, no Rangel, para se inscreverem.

Referiu que logo após o levantamento que está a ser efectuado, o Comando da X divisão e a Brigada Especial de Fiscalização vão repor a legalidade nas vias.

Na segunda-feira, a governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, reabriu os mercados dos Congolenses e São Paulo.<sup>3</sup> Governação e Descentralização

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Presidente da república exonera governador de Luanda a seu pedido

*Jornal de Angola...02-02-08*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos exonou ontem Job Pedro Castelo Capapinha, a seu pedido, do cargo de governador da Província de Luanda.

Num outro despacho o Chefe de Estado determinou que a vice-governadora, Francisca do Espírito Santo, passe a exercer interinamente as funções de governadora da província de Luanda, até à nomeação de um novo responsável.

O Chefe de Estado criou, entretanto, um Gabinete para Intervenção na Província de Luanda, coordenado por Joaquim António Reis Júnior Secretário do Conselho de Ministros, e coadjuvado por Manuel Correia Victor, para área económica, Manuel António, para a área social, e por Afonso de Antas Miguel, para a área produtiva.

O referido Gabinete tem em vista conduzir de modo coordenado o elevado número de projectos de subordinação ao Governo Central, designadamente nos domínios das Infra-estruturas básicas, da requalificação urbana e do ordenamento rural, harmonizando-os com os programas e projectos de carácter local.

Ele deve funcionar tecnicamente em estreita colaboração com o Gabinete Técnico de Coordenação dos Projectos da Província de Luanda, em matéria específica, e estabelecer uma relação de coordenação especial com o Governo da Província, no que se refere à troca de informações sobre a execução dos projectos de carácter local.

Integram ainda o Gabinete ora criado, que só cessará a sua actividade por despacho do Presidente da República, representantes dos ministérios do Planeamento, das Finanças, das Obras Públicas, do Urbanismo e Ambiente, da Administração do Território e da Energia e Águas e também representantes do Secretariado do Conselho de Ministros e do Gabinete de Reconstrução Nacional.

## 3.2 Governação des governada

*Agora...02-02-2008*

Depois de uma breve reflexão sobre os contornos da actual governação, fui obrigado a concordar com a posição tomada há anos, por um velho amigo e colega de carteira, hoje transformado em político da oposição. Havia-me dito o confrade, depois de uma troca de impressões, num dos restaurantes de Luanda, sobre as Vias de Desenvolvimento de África, uma das cadeiras nucleares da nossa formação em Ciências Políticas e Administrativas, que Angola transformou-se, de algum tempo a esta parte, "num corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu pedaço". E, do meu ponto de vista, ele não estava errado.

Claro que, a máxima foi repescada do pensamento de Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, uma figura que dispensa apresentação e que foi elevada a herói nacional.

Os dois posicionamentos foram assumidos em épocas e contextos diferentes. Na altura, Neto, o Kilamba, como é também conhecido, se referiu a África, de forma paternal, enquanto o meu amigo, aproveitando-se dos seus ensinamentos, reduziu a máxima para um campo geográfico local, neste caso, à Angola, hoje martirizada pelos seus próprios filhos. Estes que apregoam aos quatro ventos e em vão o aparente amor que sentem por ela.

O meu companheiro, à semelhança de muitos, senão mesmo a maioria dos angolanos marginalizados, havia se manifestado desiludido com a forma como o erário público tem vindo a ser dilapidado por um grupo reduzido de indivíduos, assim como à falta de transparência na distribuição dos rendimentos provenientes dos recursos que Deus bafejou para esta terra-mãe. Isto, para não falarmos do destino tenebroso dado aos rios de milhares de dólares provenientes de linhas de créditos internacionais.

Perante tal quadro, podemos considerar que a governação vigente no país está ao avesso e requer uma terapia urgente a todos os níveis. Isto é, do topo à base.

Apesar dos discursos floreados com que nos brindam, todos os anos, os governantes, os propalados esforços do Governo, a melhoria das condições básicas da população é ainda uma miragem, pois, o seu impacto até agora não atingiu, e não se sabe quando atingirá, o cidadão comum. O que se assiste é o irrequietamente ilícito por parte das pessoas a quem foi confiada a administração do país, e seus familiares directos ou indirectos.

O anúncio feito pelo Presidente Eduardo dos Santos sobre a realização das legislativas para Setembro próximo foi transformado num antídoto para acalmar



os ânimos dos cidadãos marginalizados, como se tais eleições pudessem sanear o mal que os enferma.

Na verdade, e conforme demonstra o actual cenário político, os governantes de hoje serão provavelmente os mesmos do pós eleições de Setembro, que se enriqueceram de forma fraudulenta em detrimento desta martirizada população, que continuará a ser, pois, refém de uma governação desgovernada.

Mas, como diz um velho adágio, "não há mal que perdure para sempre", a impunidade dos detentores do poder em Angola terá o seu fim num futuro seja próximo ou distante. Nesse dia, os assistiremos a correr em debandada em busca de socorro junto da população que eles mesmo desprezaram durante anos. Mas, o golpe de misericórdia deverá partir através da elaboração de uma Lei de Restituição, que os obrigará a restituir a favor dos angolanos todos os bem adquiridos de forma desleal.

### **3.3 Governo expulsa igreja Maná**

*Folha 8...02-02-2008*

O Governo angolano mandou encerrar a Igreja Maná Cristã em Angola desde o pretérito dia 27 de Dezembro de 2007. O facto vem expresso num despacho exarado no Diário da República com efeitos a partir do dia 25 de Janeiro do corrente ano e assinado pelo ministro da Justiça, Manuel da Costa Aragão.

De acordo com o Diário da República, embora o Estado garanta a liberdade de crença como um direito fundamental, no respeito pela lei e pela Lei Constitucional, a actividade da Igreja Maná Cristã em Angola tornou-se incompatível com a ordem pública e o interesse nacional. A situação, que foi tornada pública quinta-feira, 31.01, foi recebida pelos milhares de fiéis que professam esta religião como um balde de água fria, numa altura em que nada indicava que as autoridades angolanas tomassem essa decisão, mesmo depois das divergências internas entre os principais membros de direcção eclesiástica, liderada pelo português Jorge Tadeu, que consistiu em desvios de fundos doados por instituições públicas e privadas para serviços sociais, tais como a construção de escolas e centros de saúde.

A tristeza foi notória nos rostos de alguns fiéis dos templos por onde passamos na quarta-feira, 30.01, com o realce para a sua Catedral no bairro do Golfo, município de Kilamba Kiáxi. Entre pastores e crentes ninguém aceitou falar ao Folha 8, embora fosse notória a desolação total que apanhou muita gente desprevenida.

A única pessoa que acedeu falar ao F8 foi o pastor Lameira de Almeida, que foi um dos impulsionadores

da fundação da Igreja no país, mas que passado algum tempo se afastou da congregação por discordar de algumas decisões tomadas pelo chefe supremo da Igreja em Angola, bispo Jorge Tadeu.

O pastor Lameira lamenta o ocorrido, mas disse que já esperava uma decisão como essa, justificada pelos constantes atropelos nos últimos tempos que se registavam no seio da referida comunidade religiosa. Adiantou que esta medida poderá estender-se a outras que não respeitam as leis em vigor no nosso país. Esta é uma matéria que voltaremos a abordar com mais pormenores na nossa próxima edição.

### **3.4 Dúvidas e (muitas) certezas sobre a saída de Capapinha**

*Folha 8...09-02-08*

A seu pedido - terá sido mesmo?!?!? -, e de acordo com m comunicado da Presidência da República de Angola, Job Pedro Castelo Capa pinha deixou o cargo de Governador Provincial de Luanda por razões ainda não cabal e devidamente explicadas.

E torna-se estranho porque ainda há dias mostrava uma força e pujança ilimitadas como provavam as suas palavras na tomada de posse de novos administradores municipais e comunais da cidade de Luanda, onde exigiu - teria sido por isso? mais empenho no combate ao deteriorado saneamento básico que é urna mina para certos e pouco escrupulosos "fornecedores de água" que, não raras vezes, "foge" da capital, no arranjo das estradas municipais, na recolha do lixo e no reordenamento da venda ambulante, na conservação da iluminação pública e no combate ao banditismo, na proibição clara de ocupação ilegal de terrenos - será que desta vez as ONG's conseguiram ter mais força que o poder central, ou teria sido que certos especuladores conseguiram correr com Capapinha? -, ou a exigência de informação correcta às populações das eternizadas e pouco claras obras públicas que se fazem na cidade e que muitas a estão a descaracterizar. O que, realmente, espoletou esta saída? Terá sido a carta que se indica como sendo produzida por Tchizé dos Santos, uma das filhas do presidente Eduardo dos Santos? Terão sido as ligações à Igreja Maná? Relembremos que a carta em questão criticava os engraxadores, bajuladores, os 'Kotas Bosses', e outros delinquentes do colarinho branco... " que pululam pelo país passando, não poucas vezes, por "cima de outros cidadãos, ricos ou pobres" no que a articulista considera ser o "dia-a-dia da batalha pelo ganha pão". Só que, como ela relembra, existem muitos"., 'pseudo-novos-ricos' angolanos esquecem as suas origens e

querem passar por cima do seu vizinho que saiu do mesmo bairro e acham que têm direito a tudo na lei da força".

E como recordamos casos como o de Kundi Pahiana, o todo poderoso Ministro da Defesa, que manda aviões às suas fazendas (ainda há em ganhe o suficiente com a sua actividade governativa ao contrário do que lamenta o presidente Eduardo dos Santos) buscar cabeças de gado para a sua família e para os seus cães! e nunca para os pobres, porque desses não reza a história. Ou terá sido por causa de uns 4'54" de uma canção rap reconhecida por "Xumuna – Trilha 1 'Ze Du" ou "Variada 2008", onde o presidente é fortemente criticado - diria mais, tristemente enxovalhado e de uma forma muito pouco correcta e com ataques claramente racistas que não são apanágio dos angolanos, mesmo que contrários ao MPLA e suas órbitas, embora a denominação de "raça", em vez de "sexo" nos Bilhete de Identidade não ajude - bem assim os que gravitam à sua volta e que "roubam milhões sem travões ... " mas que permitiu fazer emergir, e muito rapidamente, imensos bajuladores gravitando à volta da Cidade Alta como castos abutres ou inocentes hienas.

Mas se Capapinha saiu de cena, Luanda não ficou desprotegida. Bem pelo contrário. De acordo com o citado comunicado presidencial - mas por que raio um governo provincial, que pertence ao Poder Executivo e ao nível hierárquico do Governo Central e do Gabinete do Primeiro-ministro (mas existe mesmo um Primeiro-ministro?), embora na minha opinião devesse estar sob alçada de um Ministério do Interior ou da Administração do Território, está sob ordens e directrizes da presidência? - foi criado um Gabinete de Intervenção na província luandense que incorporará personalidades como Joaquim Reis Júnior, que o vai coordenar e era até agora secretário do Conselho de Ministros, Manuel Correia Victor, que ficará com a área económica, Manuel António, que supervisionará a área social, Afonso de Antas Miguel, que tomará conta do sector produtivo (qual?) e representantes dos ministérios do Planeamento, das Finanças, das Obras Públicas, do urbanismo e Ambiente, da Administração do Território, da Energia e Águas, do Secretariado do Conselho de Ministros e do Gabinete de Reconstrução Nacional.

Ou seja, mais uns quantos, coitados que vão ter de fazer pela vida na duríssima -batalha do ganha-pão. Realmente é preciso ser muito patriota para, como lamenta o senhor Presidente, não se conseguindo ganhar o suficiente pela via do serviço governativo, haver ainda quem queira ser membro de órgãos públicos e governativos. Provavelmente pensam que conseguem aceder a um estatuto como o de Pahiana -

ter fazendas e aviões para irem buscar cabeças de gado -, ou outros que além de Ministros ou foram - são também gestores leia-se, donos - de bancos e empresas piscatórias, pelo menos ...

Mas segundo consta nos "mentideros" de Luanda não terá sido só Capapinha que foi exonerado. Também o todo poderoso Kopelipa terá tido o mesmo destino - já é a segunda vez que se ouve falar em demissão ou, como aconteceu há poucos meses, na sua rápida desmenti da detenção - embora ainda não confirmado, até porque há hora que escrevo estas linhas os principais portais noticiosos angolanos estão todos "Out."; provavelmente foram todos comemorar o 4 de Fevereiro, Dia do início da Luta Armada, e esqueceram-se de deixar os servidores ligados...

### **3.5 Finanças no Huambo arrecadam mais de 800 milhões de Kwanzas**

*Jornal de Angola...11-02-08*

Oitenta milhões 492 mil 259 Kwanzas foram arrecadados pela Delegação Provincial das Finanças do Huambo para os cofres do Estado no mês de Janeiro do corrente ano, contra os 57 milhões 297 mil Kwanzas, no mesmo período de 2007, informou o chefe do Departamento de Impostos, Sabino Inakulo.

Segundo Sabino Inakulo, que falava à Angop, a base tributária registou durante o mês de Janeiro um incremento na ordem dos 50 por cento, devido ao trabalho de sensibilização dos agentes económicos que estão a cumprir com os pagamentos.

Acrescentou que as receitas são provenientes de cobranças, principalmente, de impostos industriais, de selos, serviços de notário, comunitários e rendimentos de trabalho.

O responsável do Departamento de Impostos afirmou ainda que a Repartição de Fiscalização tem realizado acções de sensibilização aos agentes económicos nos 11 municípios da província para evitar a fuga ao fisco.

Este trabalho, de acordo com Sabino Inakulo, está a contribuir para o aumento das receitas do Estado. Em todas as províncias, as repartições fiscais estão a desenvolver trabalhos semelhantes no sentido de aumentar a arrecadação.

### **3.6 Fundo disponibiliza cinco milhões de dólares para 68 municípios**

*Jornal de Angola...14-02-2008*

Administrações de 68 municípios vão beneficiar de um fundo de apoio à sua gestão, com a finalidade de dotá-las de recursos financeiros adequados para resolver, com rapidez e eficácia, problemas urgentes susceptíveis de contribuir para uma melhoria do bem-estar das populações.

O fim do, criado ontem por decreto do Governo, reunido em sessão extraordinária do Conselho de Ministros, contempla uma verba anual no valor inicial de cerca de cinco milhões de dólares para cada administração municipal. O fundo será anualmente dotado de novos valores, de acordo com as necessidades de desenvolvimento dos seus programas de intervenção municipal.

As administrações municipais vão assinar, em função disso, um contrato-programa no âmbito da execução deste fundo, cujo paradigma do contrato foi criado na primeira sessão extraordinária do ano do órgão colegial do Governo, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

De acordo com o comunicado de imprensa saído da reunião, o paradigma do contrato-programa, anexo ao decreto que cria o fundo, estabelece as regras sobre o Plano de Intervenção Municipal, o Plano de Desembolso, o Modelo de Prestação de Contas Anual, com a finalidade de conferir controlo, transparência e responsabilidade à gestão e utilização do referido fundo.

O fundo; consiste numa conta bancária, aberta em nome de uma administração, sem burocracias, e que é suportado por um programa de intervenções municipais. As administrações terão um mês para apresentar ao Governo os seus planos de intervenção municipais a serem suportados pelo fundo.

O vice-ministro das Finanças, Severim de Morais, disse que o fundo responde a uma necessidade de dotar os municípios de meios financeiros suficientes, para que possam levar a cabo as atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto-Lei 02/07, de 2 de Janeiro de 2007, diploma que estipula a organização e as normas de funcionamento das administrações locais.

Segundo Severim de Morais, que falava à imprensa no final da sessão, o fundo é um mecanismo necessário e urgente, de tal forma eficaz que dotará as administrações municipais de meios financeiros para dar cumprimento às suas competências e atribuições.

Os municípios abrangidos são, segundo o vice-ministro das Finanças, unidades do Orçamento Geral

dos Estado para o ano em curso e correspondem a cerca de 80% da população do país.

O fundo é o culminar de uma fase importante dentro do programa de desconcentração e descentralização administrativa que o Governo tem levado a cabo. Severim de Morais garantiu que será desencadeado um processo para que o fundo entre em funcionamento um mês depois da publicação do decreto da sua criação.

### **3.7 O apoio à gestão local**

*Jornal de Angola...15-02-2008*

O Conselho de Ministros criou esta semana o Fundo de Apoio à Gestão Municipal e o paradigma do Contrato-Programa a ser celebrado com as Administrações Municipais no âmbito da execução deste Fundo.

Como foi informado na final da reunião do Executivo, o Fundo tem por finalidade dotar as administrações municipais de recursos financeiros adequados por forma a serem resolvidos, com rapidez e eficácia, os problemas urgentes que têm a ver com a melhoria do bem-estar das populações.

O paradigma do Contrato-Programa, anexo ao Decreto que cria o Fundo, estabelece as regras sobre o Plano de intervenção Municipal, o Plano de Desembolso, o Modelo de Relatório de Execução Trimestral e o Modelo de Prestação de Contas Anual, com a finalidade de conferir controlo, transparência e responsabilização à gestão e utilização do referido Fundo.

Na sequência da aprovação do Fundo, as administrações de 68 municípios irão beneficiar de recursos financeiros de apoio à gestão.

As administrações Municipais e comunais precisam, como se sabe, de atacar os inúmeros problemas que se colocam ao nível da sua jurisdição, alguns dos quais têm a ver com o fornecimento de água e energia eléctrica.

O Governo tem vindo a tomar, desde há algum tempo, algumas medidas e aprovado programas relacionados com estas matérias, no âmbito da implementação de um Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização, que já está em aplicação.

Em Dezembro do ano passado, há que recordar, o Executivo tinha já aprovado um Memorando contendo as linhas gerais dos Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e Comunais, que dota os órgãos da Administração Local do Estado de estruturas funcionais mais consentâneas com os actuais desafios de reconstrução e desenvolvimento, com vista a melhor satisfação das necessidades comunitárias, como foi informado na

altura.

Estas medidas inserem-se numa profunda reforma da administração local, contemplada no Decreto-Lei 02/07, de 2 de Janeiro de 2007, que estabelece a organização e as normas de funcionamento das administrações locais. ;

Paralelamente a esta reforma, o Governo está a aplicar I programas concretos de reabilitação das infra-estruturas locais.

Cabe, neste quadro, destacar o "Programa Água para Todos", cujos objectivos e linhas gerais foram aprovados pelo Governo em Junho de 2007, e que tem por objectivo aumentar a oferta de água tratada aos municípios e comunas.

Este programa prevê a reabilitação expansão dos poços de água, de cisternas de colecta e armazenagem, de instalação de armazenamento no meio rural e da capacidade de manutenção e distribuição de água potável.

Ainda em Junho, o Conselho de Ministros aprovou um I outro programa de grande alcance. Este está ligado ao desenvolvimento das infra-estruturas integradas em sete cidades, nomeadamente, Benguela, Catumbela, Lobito, Baía Farta, Sumbe, Porto Amboim e Gabela, que visa a I construção e reabilitação faseada dos sistemas de abastecimento de água potável, de abastecimento de energia eléctrica, de tratamento de águas residuais e pluviais, a pavimentação de ruas, a reposição dos passeios e a iluminação pública.

A reforma da administração local, por um lado, e a recuperação das infra-estruturas comunitárias, por outro, constituem partes de um todo que irá reflectir-se na maneira de conceber e gerir os problemas locais e de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida das populações.

### **3.8 “ Tia Chica” arruma a casa**

*Folha 8...16-02-2008*

Há pouco menos de um mês, depois de ter assumido interinamente as rédeas da província de Luanda, Francisca do Espírito Santos (FES) decidiu, esta semana, livrar-se dos principais tentáculos deixados pelo até então contestado governador, Job Capapinha.

Tratam-se, porém, de algumas peças fundamentais que haviam sido utilizadas pelo antigo governador de Luanda durante o seu consulado.

Entre as principais vítimas da "Tia Chica", como também é conhecida a governadora da capital do país, em exercício, desfilam nomes como os de Luís Adriano Júnior que foi exonerado das funções de director do gabinete do exgovernador, Victor Mário Cajibanga, destituído das funções de assessor do governador para as questões sociais, Sónia Nazaré

Braga Leopoldo, até então secretária do governador cessante.

A governadora em exercício exonerou também Gabriel Henriques Leitão do cargo de director do Gabinete de Estudos e Planificação da província e em sua substituição foi nomeada Angélica Francisco João Agostinho.

Apesar de o despacho de exoneração sublinhar que a posição tomada por FES ter sido decorrente da conveniência de serviço, já eram previsíveis operações de mudanças dos quadros seniores naquela instituição governamental, sobretudo a nível daqueles que gozavam de certa simpatia de Job Capapinha.

Comenta-se à boca pequena que, antes de ter sido indicada para assumir interinamente o comando da província, não foram poucas as vezes em que o então governador e a vice, travaram brigas verbais, sobretudo quando se tratava de tomar decisões sobre assuntos candentes da capital do país.

De acordo com fonte próxima do GPL, Job Capapinha, para desilusão da actual governadora, terá chegado ao ponto de bater no peito e dizer "quem manda aqui sou eu!".

No documento distribuído à comunicação social salta apenas à vista a nomeação de Angélica Agostinho, para dirigir o Gabinete de Estudos e Planeamento. Apesar de a nota da governadora não indicar ainda os nomes para preencher os outros cargos, insistentes rumores davam conta que as preferências de FES iriam para funcionários seniores trazidos de fora pela.

Primitivo FES por esta opção, o que tem sido da "praxe" a nível da actual governação, estaria a cometer um erro capital, o mesmo que cometeram e continuam a cometer a maioria, senão mesmo todos os titulares de cargos públicos, quando são indicados para exercer novas funções.

O que se tem assistido é uma espécie de limpeza total dos quadros que alegadamente não merecem confiança do novo chefe.

Não há informações oficiais sobre o tratamento a ser dado aos funcionários recentemente exonerados. Sabe-se apenas que alguns deles irão permanecer no "estaleiro" até que lhes sejam atribuídas outras funções, enquanto outros poderão ser transferidos para novas áreas.

A governadora FES assumiu o cargo em Janeiro do corrente ano, em substituição de Job Capapinha, exonerado a seu pedido, pelo Presidente Eduardo dos Santos.

### 3.9 Capapinha o governador que mais demoliu

*Angolense...16-02-2008*

O posto de Governador de Luanda é uma faca de dois gumes, por ser tão cobiçado quanto temido. Muitos políticos almejam chegar a esta posição, primeiro pelo prestígio que dá, segundo pela influência e oportunidade de negócios que acarreta.

Qualquer empresário a operar em Angola quer manter fortes laços com o Governador da cidade capital, a pessoa que tem a última palavra a dizer quanto a autorização de obras e na atribuição de terras. A forte especulação no mercado imobiliário em Luanda, com terrenos nas zonas em crescimento como o Benfica e Viana a chegarem até aos 200.000 dólares, conseguir um quinhão de terra pela via legal é uma grande ajuda. Ao mesmo tempo, muitos políticos temem ocupar este cargo pelos problemas crónicos que a cidade tem no concernente a recolha e tratamento do lixo, saneamento básico, mau estado das vias, venda ambulante e criminalidade, só para citar estes. O destino que tiveram os governadores que já passaram por este posto engrossa ainda mais o mito de que Luanda é o cemitério dos políticos número de quadros existentes no hall de entrada do edifício do Governo Provincial de Luanda é elucidativo quanto a quantidade e qualidade dos políticos que já tentaram endireitar a cidade.

Simão Paulo foi um deles. Tentou sem sucesso resolver o problema do lixo, tendo chegado a criticar o trabalho da Elisal (na altura gerida por um grupo ligado a Isabel dos Santos), assim como apostou no corri bate a venda ambulante.

O seu "reinado" foi relativamente longo, mas marcado por uma postura arrogante, o que o tornou impopular. A sua derrocada foi das menos honrosas, tendo incluído um "puxão de orelhas" público da parte do Presidente da República, numa das raras reuniões em que o Chefe de Estado fez questão da presença da imprensa pública e privada.

Pouco tempo depois, Simão Paulo foi "corrido" do castelo da cidade alta. Na altura, segundo informação a que tivemos acesso, foi informado da consumação do facto pela secretária.

Começou então a sua penosa caminhada pelo "vale dos caídos", para onde vão parar os governantes que são demitidos sem direito a reciclagem. Levados pela onda, dirigentes do clube de futebol Progresso do Sambizanga, até então presidido por Simão Paulo, denunciaram publicamente a má gestão do mesmo e pediram o seu afastamento, o que se vela a consumir.

Desde então, do ponto de vista político, desapareceu o nome Simão Paulo. No comando da cidade esteve ainda Higino Carneiro, o General escolhido pelo

Presidente da República para dirigir a Comissão de Gestão da cidade depois da exoneração de Simão Paulo.

Durante o consulado de Higino Carneiro foi notável o esforço para a resolução de problemas como o mau estado das vias, mas a equipa falhou quanto ao combate "ao lixo e na tentativa de melhorar o saneamento básico. Contudo, não foi uma gestão fértil em demolições.

Embora as construções anárquicas que crescem como cogumelos nos bairros suburbanos sejam um velho problema (que se acentuou após o conflito pós eleitoral de 1992, com o êxodo das populações rurais para a capital) para quem governa a cidade de Luanda, o arraso começou com a entrada em cena de Job Capapinha seu consulado foi, sem dúvidas, o que mais demolições produziu. Travar as construções anárquicas foi o que podemos chamar de uma "obsessão" de Job Capapinha, um Governador que sempre se mostrou Insatisfeito com o rumo que a cidade tomou, com a multiplicação de bairros com ruelas apertadas e becos, lugares onde a criminalidade encontrou terreno fértil. Para o político, era preciso mão firme para combater este fenómeno. Da teoria à prática não demorou muito. Desde Viana a Cacucaco, do Benfica ao Cazenga, enfim, em todos os municípios da capital foi sentida a força do camartelo, uma postura que tornou o Governador impopular, o que se veio a provar com a vaia pública de que foi alvo na cerimónia de encerramento do Campeonato Africano de Andebol.

Os casos multiplicam-se. Em Outubro de 2005 este jornal publicou uma matéria, com honras de capa, intitulada "esmagaram a dignidade do povo". A reportagem trouxe à luz o drama de mais de 1.000 pessoas, habitantes do quilómetro 15 em Viana, que tiveram que assistir as suas casas serem demolidas. Como resultado, crianças, gestantes e até recém nascidos ficaram ao relento.

Em Novembro de 2006, camponeses da zona do Rio Seco, em Cacucaco, denunciaram publicamente que estavam a ser vítimas de expropriação de terrenos por parte de fiscais do Governo Provincial de Luanda (G.P.L.), que aproveitaram a ocasião para destruir os casebres dos agricultores.

Os exemplos abundam. Em Julho de 2007, no Kilamba Kiaxi, no Golfe, o desespero tomou conta dos moradores que viram as suas casas serem demolidas, sem que tenham tido direito a indemnizações. (...)

Contudo, apesar das críticas, também é preciso referir que Capapinha foi o único dos governadores que teve coragem de encarar de frente o problema da construção anárquica. O seu maior erro foi ter combatido a causa e não o efeito.

### **3.10 Municípios do Rangel e Kilamba Kiaxi terão novos projectos comunitários**

*Jornal de Angola...18-02-2008*

A governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, anunciou que no próximo mês de Março se dará o início de projectos de desenvolvimento comunitário nos municípios do Rangel e Kilamba Kiaxi, na capital angolana.

Tratam-se de projectos nos ramos de pastelaria, Programas Infantis Comunitários (PIC), decoração, informática e de venda de refrigerantes.

A governadora interina fez o anúncio quando proferia uma palestra subordinada ao tema "Promoção e Desenvolvimento da Mulher Angolana", em alusão ao 90º aniversário natalício do profeta Simão Toco.

Ela informou que na próxima semana uma equipa do Governo de Luanda vai reunir-se com outra Igreja Tocoísta para elaborar um cronograma de acções que permita o início dos projectos o mais rapidamente possível.

Francisca do Espírito Santo explicou que os programas de parceria com a congregação religiosa que já existem, como o de alfabetização, que a igreja tem em todos os municípios, serão melhorados enquanto que outros de promoção social terão início brevemente.

Francisca do Espírito Santo destacou que o objectivo do encontro foi reforçar a parceria que já existe com a Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoísta) e particularmente com a mulher tocoísta.

"Nós estamos preocupadas com a situação de miséria e por isso concordamos com as mulheres tocoístas em desenvolver projectos de âmbito comunitário que possam tirar as mulheres que estão na rua, a vender, criando actividades geradoras de renda próximo dos seus locais de residência", explicou.

Para a governadora o desenvolvimento desses projectos comunitários vai melhorar não só a qualidade de vida das mulheres, como também vai ajudar a melhorar a situação da própria cidade.

Durante o encontro, Francisca do Espírito Santo pediu maior colaboração das pessoas nos projectos do Governo, realçando que o Governo cria e realiza os programas, mas é necessário que as pessoas façam a sua parte para o sucesso dos mesmos.

Na palestra, em que participaram centenas de mulheres tocoístas, a governadora interina de Luanda respondeu várias questões, destacando-se entre as quais algumas relacionadas com o saneamento básico, mercado informal, reforma educativa e delinquência juvenil.

### **3.11 «Chica» não está pelos ajustes**

*S. Angolense...23-02-2008*

A Governadora interina de Luanda, Francisca do Espírito Santo, não está pelos ajustes. E, vai daí, ao contrário do que se podia pensar em como estaria com poderes algo limitados, procedeu já a exonerações de alguns dos colaboradores mais próximos do seu antecessor, Job Castelo Capapinha, no intuito de formar a sua própria equipa para os enormes desafios que terá de enfrentar com a ascensão ao cadeirão da governação da cidade-província.

Assim, «por conveniência de serviço», em despachos datados entre 08 e 12 de Fevereiro, procedeu a exonerações (quatro) e nomeações (apenas uma) em importantes cargos do executivo de Luanda, apeando alguns «intocáveis» do consulado de Job Capapinha e promovendo gente de sua confiança.

A mais importante «vítima» da vassourada de «Chica», como também é tratada a agora governadora interina entre os seus, foi o até então director estratégico Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Governo Provincial de Luanda, Gabriel Henriques Leitão. Em sua substituição, a Governadora nomeou a senhora Angélica Francisco João Agostinho, que já funciona na área há bom tempo, com um alto posto (chefe de departamento), tendo beneficiado de formação superior no Brasil, ao que se diz, na área de gestão.

Segundo fontes do GPL, a queda de «Gaby» Leitão, que exerceu o cargo durante quatro anos, nada tem a ver com uma qualquer vingança da nova governadora, uma vez que as relações entre ambos sempre foram cordiais.

Outra figura destacável entre os colaboradores do governador deposto, embora jogasse na sombra, que também foi à vida é o sociólogo Victor Mário Chicua Kajibanga, que se ocupava da assessoria de Job Capapinha para as questões sociais.

Foram ainda exonerados das suas funções tanto o director do gabinete do Governador ao tempo de Job Capapinha, como a sua secretária, Luís Adriano Félix Bagorro Júnior e Sânia Nazaré Braga Leopoldo, respectivamente. No entanto, para os seus lugares não foram nomeados substitutos, pressupondo-se que «Chico» do Espírito Santo tenha somente feito «subir» oficiosamente os funcionários que exerciam funções do género no seu (antigo) gabinete de vice-governadora.

Para uma fonte do Semanário Angolense, as movimentações eram esperadas, porque natural que a governadora procurasse se rodear de pessoas de inteira

confiança para os cargos tidos como vitais, ainda que tenha ascendido de forma provisória, nos termos do despacho do Presidente da República que a nomeou. Porém, estas movimentações que Francisca do Espírito Santo empreendeu podem ser um primeiro sinal de que é capaz de seguir o percurso do seu antecessor, que passou de vice coordenador da célebre comissão de gestão para a condição de chefe efectivo do executivo luandense. De resto, tudo indica que elas tiveram o «agreement» do Chefe de Estado, pois não se acredita que «Chico» pudesse iniciar a limpeza do balneário no GPL sem o aval de José Eduardo dos Santos.

Agora que se provou que, afinal, Francisca do Espírito Santo tem competência para exonerar e nomear trabalhadores do GPL, ao contrário do que muita gente estava a pensar, há funcionários graúdos no executivo luandense, entre os quais sobressaem os directores provinciais, que temem ser as «próximas vítimas».

### **3.12 Os anos do governador Job Capapinha**

*Capital...23-02-2008*

JOSÉ LUIS (Funcionário Público)

Acho que a sua exoneração ou afastamento foi bem merecida. Durante o seu tempo de governação não houve projecto concebido por ele que tenha dado certo. Foram promessas atrás de promessas, mas nada de concreto. Teve grandes oportunidades de se sair bem. Poderia, por exemplo, terminar os projectos do antigo governador, Aníbal Rocha. Este sim. A olhos nus mostrou que teve êxitos e que os seus projectos vinham mudar para melhor a situação da cidade. Devemos estar preparados para as mudanças, contando que estas sejam positivas. Agora, com a presença da governadora interina, Francisca do Espírito Santo, temos que esperar pela finalização dos projectos concebidos pelo ex-governador e pelo início dos seus próprios projectos. Penso que ainda o ex-governador ficou muito mais tempo do que o necessário, tendo em conta que ele não mudou, em momento algum, qualquer que fosse o cenário da cidade. Vamos esperar que o novo governador. Que faça, ao menos, alguma coisa.

JOSÉ MANUEL (Estudante)

Foi devida, essa exoneração. Durante o tempo do seu mandato não fez nada de especial pela capital ao serviço da qual esteve. Quanto ao seu desempenho, o que tenho dizer é que as ruas continuam cheias de lixo, águas paradas, tiraram algumas famílias de áreas consideradas perigosas para as tendas, onde estão, até

hoje, a mercê da sua sorte. As coisas não melhoraram, só foram piorando. Na minha opinião, o seu afastamento devia ter sido muito antes, porque ele esteve ali sem fazer nada, sem mudar a realidade problemática que é o lixo, a respeito do qual se levantaram muitas campanhas, surgiram muitas operadoras de recolha de lixo, mas ainda assim não se mudou nada. Todos que vieram depois do Aníbal Rocha, que infelizmente nos abandonou para ajudar os irmãos de Cabinda, porque precisavam de uma mão milagrosa, não fizeram completamente nada de novo. Eles só tinham uma coisa de governador, o cargo.

DAVID KIALA (Estudante)

O percurso do ex-governador não foi tão bom, nem tão mau. Conseguiu superar alguns dos muitos problemas que a nossa sociedade vivia. Como por exemplo, reduziu consideravelmente a situação do lixo, uma vez que ele primou pelo surgimento de várias empresas de recolha de lixo algo, que de certo modo, ajudou a diminuir os amontoados de lixo espalhados pela cidade. Houve também uma certa redução do caos no trânsito, já não se nota muito engarrafamento pelas várias vias da cidade. Acho que ele devia ter ficado um pouco mais, porque estava a desencadear um bom trabalho, mas infelizmente o cargo de governador não dura para sempre. Agora espero que o próximo faça melhor do que ele fez até ao momento.

CÉLIO FERREIRA (Supervisor)

Sou um cidadão do tipo nómada, mas do pouco tempo que me encontro cá já deu para ficar actualizado o suficiente para notar mudanças. Estive permanentemente cá na altura da governação do Aníbal Rocha, e quando regresssei não vi nenhuma mudança, tudo está como antes, ou seja, os que o seguiram não fizeram nada pelo novo. Pelo contrário. Pioraram a situação da nossa capital. Assim como o Capapinha, tantos outros dirigentes deveriam ser exonerados ou afastados dos cargos que ocupam, porque, no fundo, nada têm feito para o merecer. Sou da opinião de que toda a coisa boa, com este afastamento deu para notar que o país está a caminhar para um momento de democracia. Acredito que ele cumpriu os quatro anos que são concebidos para. Ainda assim acho que deveria existir uma comissão que supervisionasse o trabalho, essencialmente dos governadores.

DIAMANTINO FERREIRA (Estudante)

Esta exoneração foi bem-feita. Os dirigentes têm a obrigação de criar o desenvolvimento para a classe que estiver a ser dirigida. Mas tal não aconteceu, no caso dele. Ao longo da sua governação, tentou melhorar algumas realidades, só que aconteceu o contrário, piorou. Como exemplo, temos o caso das estradas. Pensou na reabilitação de algumas estradas e no tapete de asfáltico para outras, esqueceu, porém, dos esgotos

para a drenagem da água. Hoje, quando chove, temos todos péssimas experiências. Outro caso particular é que ele foi administrador do Kilamba Kiaxi. Aquilo, até hoje, continua em péssimas condições. Nem sequer se preocupa com o berço dele. Ele viveu lá durante muito tempo, então sabe das dificuldades que os moradores atravessam. Isto é inconcebível. Ele começou a gerir mal o tempo dele como governador, desde o momento que se esqueceu de onde saiu, dos grandes problemas que os moradores daquele bairro apresentam que são muitos, por sinal.

ROMEU AGUIAR (Estudante)

Acho que Francisca do Espírito Santo e a comissão criada para a apoiar vão mesmo fazer melhor do que o ex-governador. Não é que ele não tenha feito um bom trabalho durante o seu mandato. A questão é que ele simplesmente não fez nada. Na minha opinião particular, Job Castelo Capapinha foi dos piores governadores que já tivemos, e isso só tem uma razão: ele não sabe e não quis aprender sobre as responsabilidades do cargo que lhe foi conferido. Deveriam existir comissões que supervisionassem o trabalho dos nossos governadores, para que, ainda que não tenham chegado ao fim do seu mandato, fosse exonerado por não estar a cumprir com os seus deveres. E esta mesma comissão deveria fazer visitas pelos bairros da periferia, para ver as condições de saneamento daquelas áreas. A coisa não se complica só quando chove, porque mesmo quando não está a chover as ruas ficam inundadas. No meio destes desastres todos, uma coisa ele fazia bem, era enviar cisternas para sanar as águas paradas. Todavia, acho que ele saiu em boa hora.

DESIDÉRIO CULOLO (Funcionário Público)

Não digo que o trabalho que o ex-governador fez foi de todo negativo, nem totalmente positivo. Mas no decorrer desta actividade alguns aspectos devem ser ressaltados. Destes aspectos, ressalto o saneamento básico e o tratamento do lixo. A nossa cidade ainda está muito suja. Apesar de terem sido realizados muitos programas para a limpeza da cidade, ainda se vê muitos focos de lixo espalhados pelos bairros. Este é um dos aspectos que deviam merecer maior atenção. O lixo, as águas paradas conduzem a doenças. O afastamento dele não implica que a nossa cidade vai mudar para melhor. Enquanto a sociedade não trabalhar em cooperação com os governadores, Luanda vai continuar a passar pelos mesmos problemas. Deveria haver mais campanhas de sensibilização. Acontece o seguinte: onde alguns estão a limpar, outros vêm e depositam o lixo no chão. Então, a mudança da condição da nossa cidade não passa só pela mudança de dirigentes, mas também da consciência de cada um. Temos que trabalhar juntos para ver Luanda diferente.

FELICIANA MANUEL (Funcionária Pública)

Acho que o saldo do tempo que ele fez como governador foi um pouco positivo e um pouco negativo. No que foi positivo, eu senti a vontade de trabalhara do nosso ex -governador quando ele efectuou alguns trabalhos no bairro em que vivo. Ele organizou trabalhos de reabilitação de estradas principais, asfaltos em algumas ruas e implementou a instalação de postes eléctricos na via pública, o que diminuiu consideravelmente a criminalidade. O lado negativo foi alguma despreocupação do tratamento do lixo por toda a cidade e o projecto tapa buracos. Sempre que chove nos sentimos impossibilitados de fazer os nossos trajectos habituais com calma, sem maiores esforços. Acho que a sua exoneração ou afastamento foi algo bem pensado. Agora, resta-nos esperar pelo próximo governador para ver se consegue superar o que o ex-governador não foi capaz de fazer



## 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

### 4.1 As teias do plano secreto da segurança para desestabilizar as eleições

*Folha 8...02-02-08*

O clima abeira-se do vivido em 1992, quando se incitava à desordem com base na colocação política, em que o membro de outro partido era visto como um inimigo.

Hoje vamos indo, como vimos, em tentativas para intimidar jornalistas e eliminar órgãos da comunicação social, enquanto que, ao mesmo tempo, estamos a contratar jornalistas estrangeiros para virem incitar a divisão dos angolanos do ponto de vista político e económico, pois não se paga aos angolanos o que se oferece a esses mercenários da caneta. Faz-se a propaganda da divisão, numa espécie de variante do que se passou em 1992, quando se criaram Rádios FM ao serviço exclusivo do partido no poder. Agora criam-se rádios e cozinham-se concessões de canais da imprensa estatal.

Mas a estratégia do poder e da Segurança de Estado não se limita a estas práticas restritivas de intimidar e retirar de surpresa tapetes, dir-se-ia que ela parece visar os assassinatos selectivos de jornalistas e políticos da oposição e mesmo intelectuais da sociedade civil. Preparemo-nos pois para as mortes selectivas, que vão começar a ocorrer e ou continuidade de prisões arbitrárias.

Tal como no 27 de Maio de 1977, começa-se por denegrir e caluniar sem justificação nenhuma os alvos a abater. É a primeira fase, de angariação de justificativos de futuras acções violentas.

Em seguida, procede-se à mentalização de "indivíduos mais maleáveis", psicologicamente influenciáveis por serem capazes de exacerbar todos os sentimentos negativos propagados na primeira fase. Esquentados, cedo ficam prontos para a acção.

Acresce à eficácia deste método de angariar verdadeiros pistoleiros, o facto de as obras de fachada Governo não estarem a dar os resultados esperados, e é realmente provável virmos a assistir ao soltar bandidos altamente perigosos para fazer os trabalhos mais sujos, como os que assassinaram cobardemente Ricardo de Meio, e tal outros jornalistas, e os políticos oposição, Mfulumpinga Landu Victor, do PDP-ANA e João N"Galongor da UNITA.

É. Elas estão aí, as garras da Se rança de Estado, mostrando esta] por dentro de todas as campanhas de cartas anónimas e de incitação assassinato com base na coloração escrita desta estratégia, tal como panfletos em 1976, em que jornais totalmente a cores apresentavam corações e fígados e crianças forno como sendo elementos cor midores da prática de canibalismo atribuída à FNLA.

Afinal todos estes elementos corpo humano foram retirados então hospital universitário Luanda, por eminentes políticos mente canibalista capazes de diabolizarém os adversários unicamente para fins políticos, ou seja, manutenção do poder a qualquer custo.

Isto sem falar da grande campanha para a corrupção das forças parti rias e políticas da oposição, com o fomento da divisão ou criação (renovadas na UNITA, FNLA, PADE e PRS, sem aludir à tristíssima SI versão da justiça, que poderá garantir muitas coisas ao poder, o tu potenciado pela vinda a terreiro alguns políticos exaltados a protagonizar cenas teatrais, como surpreendente exaltação dum alto membro do Bureau Político do MPLA para organizar uma campanha de diabolização de jornalistas e adversários incitamento à campanha de eliminação física, por simples falta de argumentos, a contrapor à diferença opinião.

### 4.2 Igrejas cristãs vão fazer oração especial para as eleições

*Jornal de Angola...09-02-2008*

Todas as igrejas ligadas ao CICA celebrarão a 31 de Agosto, último domingo antes das eleições legislativas, uma oração especial em alusão ao pleito, seguindo um programa a ser elaborado proximamente. Essa foi uma das recomendações saídas do II seminário nacional do Conselho de Igrejas Cristãs de Angola, que encerrou ontem, em Luanda.

Em comunicado, ao cabo de três dias de trabalho, os participantes ao seminário recomendaram a criação de um fundo destinado a apoiar as congregações ligadas ao CICA em toda a extensão do território nacional, na celebração do aniversário do Conselho de Igrejas Cristãs, que se assinala a 24 de Fevereiro.

Segundo o documento, os moderadores afectos ao CICA trabalharão, em estreita colaboração com os superintendentes distritais, secretários regionais ou pastores regionais e provinciais no levantamento ordeiro do fundo, devendo os representantes regionais ou provinciais tratar do encaminhamento.

Outra das recomendações do seminário prende-se com a gestão do fundo. Ficou determinado que o fundo deverá ser gerido pela direcção geral do CICA em benefício de instituições como o Instituto Superior

Emanuel Unido, Rádio Trans Mundial, programa "Ecos do Evangelho e a Sociedade Bíblica de Angola. A direcção do CICA deverá trabalhar com as igrejas e instituições irmãs na organização de um fórum de reflexão que colocará à volta de uma mesa de trabalho a alta liderança cristã angolana, com vista à uma maior aproximação do cristianismo em Angola.

Temas como "A dimensão política e jurídica da campanha eleitoral num processo eleitoral", "A laicidade do Governo e o actual desenvolvimento socio-político do país caso do processo eleitoral em curso", e a "Contribuição das organizações da sociedade civil para o sucesso da campanha eleitoral", constaram da reunião do CICA.

Foram ainda temas de debates:

"A Comunicação social e a campanha eleitoral que tipo de mensagem a divulgar para o sucesso da campanha?" e

A Campanha eleitoral num processo eleitoral - que posições a serem observadas pelos cristãos e pela liderança da igreja, à luz do processo eleitoral angolano?"

Com o II seminário nacional sobre eleições, que decorreu no salão nobre do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, o CICA procurou contribuir para que o resultado das eleições traduza o nível de maturidade, da ética e do civismo do angolano.

### **4.3 Reverendo manifesta desejo de que as legislativas dignifiquem os angolanos**

*Jornal de Angola...11-02-2008*

O secretário-geral do Conselho da Igrejas Cristãs em Angola "CICA", reverendo Luís Nguimbi, disse esperar que as eleições legislativas venham a dignificar o povo angolano. "Esperamos que as eleições dignifiquem o martirizado povo angolano e demonstrem o nível de maturidade e de crescimento da democracia em Angola."

Luís Nguimbi, que discursava na cerimónia de encerramento do II seminário nacional sobre o sucesso da campanha eleitoral, afirmou que as próximas eleições deverão demonstrar na prática que o sucedido em 1992 foi mero acidente de percurso, na medida em que o povo não votou pela guerra que se seguiu às eleições.

No final do encontro, os membros do CICA manifestaram o seu compromisso em mobilizar e formar os demais filiados para transmitir uma mensagem correcta sobre as eleições e, caso necessário, denunciar discursos ou actos que atentem contra a paz e o espírito de reconciliação entre os

angolanos.

O reverendo disse mais que a estabilidade de um país reflecte uma igreja igualmente estável. "A estabilidade do país é sinónimo de igreja estável, de uma comunidade de fé que trabalhe para o povo. Logo toda a igreja que se distancie da realidade do povo não é digna do seu ser e transmitirá mensagens vazias."

Luís Nguimbi apelou aos partidos políticos, na qualidade de actores principais do processo, a adoptarem comportamentos e atitudes que incentivem o povo a participar nas eleições de forma responsável. No entender do reverendo, os partidos políticos devem considerar as próximas eleições como um regresso do país à normalidade constitucional, política e jurídica, uma oportunidade de exercício de um direito inalienável que as circunstâncias históricas impediram que fossem regulares.

"Os partidos políticos devem ver as próximas eleições como uma oportunidade de os angolanos se afirmarem como povo. Um desejo que deve ser liderado pelos políticos", disse.

No seu discurso, o reverendo reiterou o voto de confiança ao Governo pela forma como tem conduzido o processo eleitoral; aconselhando a prosseguir com medidas necessárias ao êxito do processo.

Por outro lado, o reverendo exortou os meios de comunicação social a assumirem um papel pedagógico que se faça decisivo na formação moral e cívica do cidadão, e evitar que se tomem veículos de transmissão e promoção de discórdia.

O II seminário nacional sobre o sucesso da campanha eleitoral juntou bispos, reverendos, pastores e leigos, numa série de discussões à volta de temas como "A dimensão política e jurídica da campanha eleitoral" e "A laicidade do Governo e o actual desenvolvimento sócio político do país; caso do processo eleitoral em curso." Foram também debatidos aspectos como "A contribuição das organizações da sociedade civil para o sucesso da campanha eleitoral", "A comunicação social e a campanha eleitoral; que tipo de mensagem divulgar para o sucesso da campanha" e "Posições que os cristãos e a liderança da igreja devem tomar durante a campanha eleitoral."

Uma das recomendações saídas do seminário aponta para a realização de uma oração especial para as eleições legislativas, em todas as congregações ligadas ao CICA, durante o culto do dia 31 de Agosto, último domingo antes da data do pleito.

Em comunicado, ao cabo de três dias de trabalho, os participantes ao seminário recomendaram ainda criação de um fundo destinado a apoiar as congregações ligadas ao CICA em toda a extensão do território nacional, na celebração do aniversário do Conselho de Igrejas Cristãs, que se assinala a 24 de Fevereiro.

#### **4.4 Rede Eleitoral Angola promove seminário sobre Cidadania e Eleições em Caxito**

*Jornal de Angola...13-02-2008*

A Rede Eleitoral de Angola realiza desde ontem, na cidade de Caxito (Bengo), um seminário de capacitação sobre a Cidadania e Eleições, no quadro de um projecto de educação cívica eleitoral denominado "Mulher e voto consciente".

O encontro reúne 24 mulheres provenientes dos municípios de Ambriz, Icolo e Bengo, Kibaxi e Pango-Aluquém e tem como objectivo promover a participação destas no processo eleitoral, previsto para Setembro de 2008.

Durante quatro dias, dois prelectores da Rede Eleitoral de Angola vão ministrar temas como Cidadania, Direitos Humanos e Eleições na vertente comunitária. Na abertura do evento, a directora da Família e Promoção da Mulher, Joana Narciso, disse que o objectivo deste seminário é a formação de activistas e supervisores que deverão encarregar-se da promoção da participação das mulheres no processo eleitoral.

"As mulheres vão jogar um papel importante nas próximas eleições -5m Angola, já que constituem a maior parte da população com capacidade eleitoral", reconheceu a governante.

Esta é a primeira acção formativa que a Rede Eleitoral Angola realiza este ano na província do Bengo, devendo uma segunda beneficiar, em data ainda por definir, os municípios do Dandi, Bula-Atumba, Nambuanguo e Kissama.

Implantada em 12 das 18 províncias do país, a REA tem incidido as suas actividades na campanha de educação cívica dos cidadãos para o Registo Eleitoral e na observação deste processo, constituindo-se na maior parceira do Governo nesta empreitada, estimou a fonte.

A instituição é de âmbito nacional e integra 46 organizações não-governamentais. Foi criada em 2003, com o propósito de trabalhar em prol da preparação das eleições, tendo participado na elaboração do Pacote Legislativo Eleitoral, aprovado em 2005.

#### **4.5 Será que interessam mesmo as eleições as elites do MPLA?**

*Folha 8...16-02-2008*

Amigos meus \_ descrevem-me a enorme tensão que se vive em Luanda. Descontando o exagero habitual dos meus compatriotas, acredito que em poucas alturas da nossa História recente se tenham vivido momentos

aparentemente tão confusos como os agora se vivem. O que é que está acontecer afinal e a quem interessa esta tensão social? Depois de andar a adiar as eleições de ano para ano, o Presidente da República anunciou que estas aconteceriam em 2008, e até precisou a data, 5 e 6 de Setembro. É verdade que o discurso é mais uma promessa, eleições em dois dias são à face da Lei Eleitoral ilegais, que o Eng. Eduardo dos Santos já tinha feito promessas anteriormente, mas parece que o anúncio não tem volta. Ou terá?...

Este anúncio de Eduardo dos Santos ainda não confirmado com a convocação oficial, estabeleceu um clima diferenciado para todos os grupos políticos.

Por um lado a chamada oposição política (UNITA e outros), definiram um horizonte temporal para as suas acções e partiram para soluções que provavelmente já estavam pensadas (frentes eleitorais, etc.), mas que ainda não tinham sido postas em prática, limitados que estavam e estão, em termos financeiros.

Por outro lado, a realização de eleições coloca ao partido no poder e à elite angolana vários problemas, a saber:

- Interrupção do status quo na predação dos meios financeiros do Estado.

- Presença previsíveis dos media internacionais em Angola, questionando e transmitindo para o exterior a realidade angolana, que vem sendo mascarada.

- Necessidade de se afectarem verbas à realização das eleições e às campanhas de propaganda.

- Necessidade de se afectarem verbas a realizações no campo das infraestruturais, no campo da melhoria de condições sociais, no campo da saúde, etc., o que por si só diminui a renda passível de ser "desviada".

- A possibilidade de serem confrontados com a má governação exercida, com os roubos sistemáticos das verbas do Estado, com os assassinios e outros tipos de crimes praticados desde há 30 anos, sem um pedido de desculpa ou de julgamento dos culpados. Mas não são só estes problemas. Na realidade, sem oposição armada, com uma oposição que é obrigada para sobreviver a ter uma postura mais de observação do que de acção, o partido no poder apresenta enormes brechas.

E se no passado essas brechas eram colmatadas com o recurso aos meios violentos ou aos meios financeiros, neste momento a utilização desses recursos é problemática. Porque os meios violentos são visíveis e porque muitos dos que se podem tornar incómodos já são enriqueceram o suficientemente para não serem facilmente calados.

Acrescente-se a isso a idade e o desgaste do Engenheiro. O ódio que o comportamento ostensivo e absurdo da família "imperial" tem mantido ao longo do seu reinado. Os abusos violentos da Guarda Presidencial, dos filhos das elites e das próprias elites

do topo.

A todos estes "ingredientes" junte-se também o sentimento das bases e dos quadros médios do próprio partido no poder. Porque é a esse nível (e este é um ponto interessante) que a discussão ideológica, no que ela tem de valores éticos e morais está a acontecer e vai causar mais danos. Porque na realidade o MPLA não tem sustentação ideológica, vendida ao neoliberalismo predatório e selvagem. Em resumo, ao MPLA e a algumas das suas elites as eleições não interessam.

Mas se acontecerem, para algumas dessas chegou a altura de o Engenheiro ser substituído, ele e a sua "imperial" família e os seus intocáveis amigos.

Mas não se julgue que esta análise se baseia só em pressupostos, porque existem factos:

- A intolerância política tem aumentado, com perseguições e até assassínios \_quase diários pelas províncias, praticados pelos "regedores" e pelos membros do MPLA e em alguns casos com a colaboração ou distração da polícia ..
- Aumento da criminalidade.
- Aumento da criminalidade por parte das forças policiais.
- Aumento do desemprego.
- Aumento do custo de vida.
- Degradação do sistema de saúde.
- Degradação do sistema de ensino
- Falta de água em Luanda e nos grandes centros urbanos.
- Falta de um sistema de transporte que permita o curso normal da vida da população.
- Discursos de agitadores de serviço (como o Ministro da Defesa), ofendendo a população em geral e em particular os pobres.
- Notícias de cedência de meios de comunicação social à família "imperial" ou de novos meios afectos a mesma família
- Difusão de canções de autores conhecidos 'ou desconhecidos criticando a situação social, ou atacando mesmo o Engenheiro e a familiar "imperial".
- Aumento da presença da Guarda Presidencial, ostensivamente e pesadamente armada, criando receios mas também um maior ódio por parte da população.
- Difusão através da Internet de supostas histórias verídicas, acintosas para a população.
- Ataques aos chamados expatriados pela maneira ostensiva com que ganham fortunas.
- Discursos atacando e culpabilizando "bandos armados" de origem e actuação desconhecidas, feitos por responsáveis governamentais.

Não havendo inimigos armados, tem de se criar um inimigo, para que o conflito volte e possa ser usado ou para adiar as eleições ou para dentro do partido

governamental, se criarem condições para a sucessão do Engenheiro.

E só existem dois possíveis inimigos "à mão de semear":

- A oposição, com a UNITA à cabeça
- Os expatriados

Ainda restam dúvidas a quem interessa esta tensão social em Luanda?

## 4.6 Atenção ao discurso político

*Capital...16-02-08*

O Conselho das Igrejas Cristãs em Angola manifesta-se preocupado com a próxima campanha eleitoral, antecâmara do acto de votação, em que os discursos políticos podem resvalar para direcções indesejáveis e que podem pôr em causa a estabilidade política e social.

Embora o país tenha vivido já uma experiência terrível com a guerra pós-eleitoral que se seguiu à proclamação dos resultados eleitorais favoráveis ao MPLA, do estrangeiro chegam ao conhecimento dos angolanos factos que preocupam. O caso do Quênia é uma daquelas situações que não se pode, de maneira nenhuma, encorajar e haverá pois que saber interpretar e esclarecer o eleitorado angolano sobre o alcance do processo eleitoral, começando por privilegiar a ocorrência ordeira da campanha eleitoral.

Foi justamente com o pensamento na experiência angolana e o que vem do exterior em matéria eleitoral que o CICA achou por bem organizar um seminário para não só continuar a manter-se por dentro do processo de organização das próximas eleições como também acautelar os erros que se possam cometer, sobretudo durante a campanha.

O reverendo Luís Nguimbi considera que se deve «dar conhecimento pormenorizado aos dirigentes da Igreja sobre a mensagem da campanha eleitoral, mostrando aos líderes das várias igrejas e da sociedade civil o verdadeiro objectivo e a prática da campanha eleitoral».

Por outro lado, o CICA deverá definir a posição da igreja para um melhor desempenho durante a campanha eleitoral assim como a estratégia em termos realísticos. Em termos concretos, o CICA deverá prestar uma grande atenção à mensagem que eventualmente os políticos vão transmitir à população. Sublinhou Luís Nguimbi que «a mensagem da igreja vai incidir mais nas cautelas para que não haja políticos a desvirtuar o bom sentido da própria campanha e que os políticos considerem o processo eleitoral como o regresso à normalidade constitucional.»

A «engenharia da fraude» é um expediente a que cada vez mais recorrem políticos em África e no mundo de uma maneira geral e que tem causado muitos danos humanos e materiais dos países confrontados com estas situações.

Para o CICA, o processo democrático deve estar assente no princípio das oportunidades. Isso significa que os perdedores deverão rever os erros cometidos e melhorar ali onde tiverem errado e avançar para uma nova corrida eleitoral.

#### **4.7 “CNE não é um órgão independente, mas dependente da Presidência da República”**

*Folha 8...16-02-2008*

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE), que deveria, para a maioria da oposição e sociedade civil, ser um órgão independente e imparcial, dirigido por figuras insuspeitas, continua a manter, em relação a muitos dos seus quadros o clima de suspeição.

"A sociedade deve saber que nós vamos para um processo eleitoral extremamente viciado, com uma comissão dirigida, maioritariamente, por técnicos e agentes do MPLA e da Presidência da República", denuncia Agostinho Mendes Kikuio, militante da UNITA.

Para o político, os membros do partido da situação, "estão a ser dadas condições e mordomias para calarem a boca em relação a fraude em curso, cujo pico vai subir no dia derradeiro, pois o MPLA, quer agarrar-se ao poder a qualquer custo, usando todos os recursos do Estado ao seu alcance".

E aponta o dedo para'o que acha ser não só uma aberração como "uma flagrante evidência das nossas suspeitas: o governo está a construir uma grande vivenda na zona do Sangano, em estilo colonial português, quando deveria ser africano, até por estar a beira mar, com pescadores nos limites da pobreza, alegadamente, para o director nacional eleitoral, ainda membro do Tribunal Supremo, a exhibir a sua opulência, com mais de 14 aparelhos de ar condicionado, diante dos olhares das populações pobres, constituindo isso uma forte ofensa a situação da maioria dos angolanos".

Outro aspecto considerado grave é o facto de o Presidente da República, "manter em situação de ilegalidade o director nacional das Eleições, Caetano de Sousa, pois o mesmo continua a ser, pois publicamente, ainda não se tomou conhecimento dele já não ser juiz conselheiro do Tribunal Supremo, situação da mais grave violação da Lei eleitoral e outras em vigor. É tudo isso que traz a desconfiança

nas pessoas e descredibiliza o MPLA, que apenas aposta na batata, para continuar a desgraçar Angola. Acredito que os verdadeiros dirigentes e militantes do MPLA, não apoiam esta opção suicida, que está a ser seguida pelos homens cegos do Futungo.

"

Segundo ainda Agostinho Kikuio, Angola vive uma grave crise social e económica, "com o povo a exigir mudanças radicais e o poder tem disso consciência, daí estar a perseguir jornalistas, opositores, músicos de intervenção e a empreender uma forte campanha de criação de jornais satélites, que visam simplesmente atacar a oposição e celtas personalidades da imprensa privada, tentando ainda corromper mentes, com vista a subverter o sistema, para manter o mesmo status quo". Questionado a exemplificar as suas afirmações, não se fez rogado: "o nosso partido tem vindo a ser acusado nos últimos dias por um moribundo e ressuscitado jornal da Segurança de Estado, pertencente ao senhor Fernando Manuel, membro superior do SINFO e ex-vice-ministro da Segurança, denominado Independente, mas que é dependente da segurança e um bufo infiltrado no seio da classe, que no seu número de regresso, trás uma acusação infame, dizendo estar a UNITA a distribuir gira-bairros e a instigar os jovens a delinquência, nos bairros da capital, quando nem dinheiro temos para outros fins, mais nobres, por haver um açambarcamento, quase exclusivo, da riqueza nacional, por parte do partido no poder", acusa. Avançando no seu raciocínio, diz não entender "a péssima estratégia do SINFO ao destapar, através do seu dependente e bufo semanário Independente, a existência de divisão e um clima de intrigas no seio das Forças Armadas e Polícia Nacional, onde os seus mais altos oficiais superiores, nomeadamente, a nível de comandantes, são acusados de roubarem 4 milhões de dólares, sem disto prestarem e exigirem contas. Ao atacarem, também, em linguagem das secretas, um colega de profissão, o director do F8, acusam também o MPLA, através do seu secretário da Informação Kwata Kanawa, de estar por detrás desta campanha de diabolização, que está a ser perseguida, pelo ministro da Defesa. Ora se em política não há coincidência, aqui estão todas as evidências, que as eleições que o MPLA tem medo serão uma autêntica batota, onde se o partido no poder perder, vai mobilizar as suas forças armadas e militarizadas, para instalar o pânico".

Verdade ou não, a realidade mostra não ser ameno o clima nas vésperas do segundo pleito eleitoral. A desconfiança é a palavra de ordem, no meio de toda a preparação para o arranque de mobilização as bases sociais de apoio. O país vai a votos e os políticos e partidos querem o maior número para puderem governar e implantar os seus projectos de governação e

mudança.

Ao povo o que se pede é serenidade, para votar no melhor programa de partido, capaz de conferir a cada um e a todos uma perspectiva melhor de futuro.

CNE promove campanha de educação cívica

A Comissão Nacional Eleitoral vai realizar, a 22 de Fevereiro, o primeiro encontro nacional sobre educação cívica, preparatório para as eleições legislativas de Setembro, foi dado a conhecer, no final do primeiro plenário do órgão supervisor do processo eleitoral.

Depois do ponta pé de saída, em Luanda, acções similares serão levadas a cabo nas restantes províncias. À CNE está legalmente atribuída a função de supervisão do processo eleitoral, sendo a execução da responsabilidade do Comité Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), liderado pelo Ministério da Administração do Território.

"A CNE tem vindo a reafirmar um conjunto de preocupações - no domínio da educação cívica porque constitui um dos eixos, na nossa perspectiva, para o sucesso da participação dos eleitores no processo eleitoral" referiu Adão de Almeida, porta-voz do Órgão. O objectivo do encontro nacional e dos encontros provinciais é "colher, dos vários agentes do processo eleitoral - partidos políticos e organizações não governamentais - opiniões sobre aquela que deverá ser a estratégia e metodologia sobre os conteúdos da actividade da educação cívica", adiantou. Questionado sobre o número e localização das assembleias e mesas de voto. o porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral disse haver "um número indicativo"o" que se escusou a mencionar. Esta informação será conhecida "depois da definição do universo de eleitores mediante a actualização do processo de registo eleitoral". apontou Adão Silva. As eleições legislativas vão ter lugar no mês de Setembro, tendo o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, apontado os dias 05 e 06 para segunda ida às urnas dos angolanos em 32 anos de independência e a primeira após as eleições gerais de 1992.

O processo de 1992 foi concluído quanto às legislativas, com vitória do MPLA, mas as presidenciais ficaram pela primeira vez depois de a UNITA de Jonas Savimbi ter recusado os resultados, alegando fraude eleitoral.

Esta posição levou ao reatar da guerra que só terminaria em 2002 com a morte do líder do Galo Negro em compare. O Processo eleitoral está, no entanto, a ser questionado pela oposição, que exige, alegando ser esse um imperativo constitucional, que José Eduardo dos Santos marque as eleições para apenas um dia de forma a minimizar eventuais ilegalidades. Entretanto, a CNE anunciou ainda que vai submeter a concurso

público o fabrico do material eleitoral para a votação. O anúncio foi igualmente feito por Adão de Almeida após o plenário da CNE realizado no 11, em Luanda, onde foi analisado 9 caderno de encargos, que será remetido ao plenário para aprovação final, seguindo-se a abertura do concurso público para fornecimento do material eleitoral.

## **4.8 Estratégia sobre educação cívica vai a debate**

*Folha 8...16-02-08*

ACNE (Comissão Nacional Eleitoral) escolheu o próximo dia 22 como sendo a data para a realização, em Luanda, do primeiro Encontro Nacional sobre Educação Cívica, que será seguido de outros a nível das restantes províncias.

A instituição que organiza as eleições no país pretende com a iniciativa colher dos vários agentes do processo eleitoral - partidos políticos e organizações não governamentais - opiniões sobre aquela que deverá ser a estratégia e metodologia para os conteúdos da actividade de educação cívica, considerada pelo porta-voz da CNE, Adão de Almeida, como sendo um, dos eixos para o sucesso da participação dos eleitores no processo eleitoral

"Fizemos uma primeira análise desse plano estratégico que pretende ser um documento orientador e definidor das principais estratégias da CNE no que respeita aos diversos actos preparatórios do processo eleitoral, desde as operações técnicas e logísticas até à questão da concepção de todo o material eleitoral, o número e localização das assembleias e das mesas de voto", sublinhou.

Adão de Almeida deu a conhecer, por outro lado, que o fornecimento do material eleitoral para a votação vai ser posto a concurso público. Para o efeito, foi aprovado esta semana o caderno de encargos.

A CNE, sob a presidência de Caetano de Sousa, esteve reunida esta semana para analisar o plano estratégico daquele órgão para as próximas eleições legislativas, o cronograma de actividades e a campanha de educação cívica.

Mais de oito milhões de angolanos, de acordo com os dados da CIPE (Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral) deverão ir às urnas em Setembro próximo para escolher os seus deputados.

Neste momento, a CIPE está a preparar o período de actualização do registo eleitoral, que deverá decorrer nos meses de Abril e Maio. Nesta fase serão também registados os cidadãos que completam dezoito anos este ano e os que não se registaram durante o curso normal do processo.

#### **4.9 Centro de Convenções de Talatona acolhe encontro nacional sobre educação cívica**

*Jornal de Angola...22-02-08*

O Centro de Convenções de Talatona, a Sul de Luanda, acolhe hoje, a partir das 9H00, o primeiro encontro nacional de educação cívica eleitoral, cujo objectivo é adoptar a estratégia de mobilização do eleitorado.

O encontro resulta de uma deliberação saída da mais recente plenária da Comissão Nacional Eleitoral, no sentido de estender a abordagem do tema à apreciação dos demais agentes eleitorais, nomeadamente Organizações Não-Governamentais e partidos políticos.

O porta-voz da CNE, Adão de Almeida, disse que ao encontro nacional seguir-se-ão os provinciais, no dia 1 de Março, com o objectivo de recolher opiniões e contribuições dos diferentes agentes do processo eleitoral, para se adoptar a estratégia, metodologia e conteúdos para a educação cívica.

Presidido por Caetano de Sousa, a CNE integra ainda Susana Inglês, Luís Mota Liz, Adão de Almeida, Júlia Carvalho e Raul Araújo, Cláudio Henriques da Silva e David Horácio Njunjuvile e Kipoy Wetela Chimbelengue.

São também membros da CNE o juiz Silva Neto (indicado pelo Tribunal Supremo) e Lucas Manuel Quilundo (indicado pelo Conselho Nacional de Comunicação Social).

No final de 2007, na sua mensagem de fim-de-ano à Nação, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou a realização das eleições legislativas no país para os dias 5 e 6 de Setembro de 2008.

Segundo dados provisórios da Comissão interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) foram registados, em nove meses, oito milhões 91 mil e 103 eleitores, estando neste momento em preparação o período de actualização do registo, que deverá ocorrer nos meses de Abril e Maio de 2008.

#### **4.10 Igreja evangélica apela a tolerância eleitorais**

*Cruzeiro do Sul...23-02-08*

O presidente da Igreja Evangélica Sinodal de Angola, reverendo Dinis Marcolino Eurico, apelou, no Lubango, aos políticos do país a absterem-se durante as campanhas eleitorais de discursos inflamados de injúrias que despertem o fantasma do medo, intimidação e desconfiança e conseqüente degradação social entre os cidadãos angolanos. Tudo para não interferir negativamente na realização das eleições em Angola, agenda das para 5 e 6 de Setembro deste ano.

O reverendo entende que não é salutar e adequado que os políticos quer na oposição quer no poder no período das campanhas eleitorais voltem a levantar assuntos do passado como a guerra, a destruição do país e que firam partidos e entidades. "As campanhas não devem ser de teor intimidatório, inflamados de ameaças e acusações", disse.

"Os discursos provocatórios, musculados e inflamatórios que vão atizar a base dos partidos a violência devem ser evitados" rematou.

Entretanto, dentro da igreja da IESA, que ele dirige, não será permitido que pregadores utilizem o púlpito para aliciarem os eleitores a votarem em partidos dirigidos. A igreja, segundo Dinis Eurico, terá a tarefa exclusiva de incentivar o cidadão a exercer o seu dever cívico do voto sem influenciar este ou aquele.

As declarações do presidente nacional da IESA surgem numa altura em que, em toda a extensão da província da Huíla, são visíveis movimentações eleitorais com perturbações próprias do processo a mistura. Por exemplo, no município de Caconda, interior da província, uma bandeira do partido UNITA foi roubada na primeira semana deste mês, por indivíduos que a polícia classifica de grupos de pacatos cidadão foragidos. (...)

Noutra vertente, os efectivos da 5a Região. Militar, na reunião de dirigentes da Força Aérea Nacional, FAN, que encerrou no dia 12, recomendaram, em comunicado final, a preparação do efectivo para as próximas eleições com a educação cívica e patriótica.

#### **4.11 As maiorias absolutas geram ditaduras**

*Novo Jornal...22-02-08*

Porque é que ao longo dos tempos o exercício do poder, quer seja político, económico ou outro, nem sempre foi bem entendido pelas pessoas sobre as quais é exercido?

O poder provoca problemas porque quem o detém pode controlar a riqueza, controlar as relações e tornar-se muito importante para as pessoas. Recordo que no século XI o povo chinês tinha já o costume de ninguém poder ser governador na sua própria província de origem. Ia sempre para um sítio onde não fosse conhecido. E quando fosse governador nunca devia ficar no mesmo lugar mais de três a quatro anos. Essa prática, como diziam, era para eles não poderem ganhar malícia.

E isto queria significar exactamente o quê?

Que o governador não pode ter muitos amigos na zona, porque se tem é natural que depois haja pedidos,

favorecimentos e já não vai decidir pela competência, mas sim por amiguismo. Portanto, já no século XI havia essa percepção. Acabou-se com as monarquias por causa disso. Porque eram só os reis e as famílias deles. O povo era desprezado. Passou-se às repúblicas, à coisa pública, onde nós temos de trabalhar para o povo todo e não para as famílias reais.

Como caracteriza esta tendência para a manutenção do poder em África?

Nós temos visto ultimamente o caso do Zimbabué, um país que estava a produzir muito bem e que até vendia milho a Angola e que agora está a passar fome. Tudo por causa da vontade de o presidente se manter no poder. Pela lei já o devia ter deixado. Porquê é que o Quénia está agora em reboição, com tantas mortes? Porque quando o Presidente viu que ia perder o poder nem esperou que a contagem dos votos se fizesse até ao fim. Mandou logo que o declarassem eleito, para resolver o problema a seu favor, sem correr o risco de perder o poder. As mortes e a estabilidade só fazem mal ao próprio Quénia. Por isso que se criou a democracia que é, já de si, um regime organizado para permitir a alternância de poder, permitindo que nos sujeitemos àquilo às escolhas do povo. E como não poderemos ficar mais tempo do que o permitido por lei, temos de mudar, de sair do poder. Thabo Mbeki vai sair. Joaquim Chissano saiu. Porquê? Porque passaram os dois períodos de exercício da presidência estabelecidos por lei. O normal é isso. E isso não é mau para as pessoas. Chissano tornou-se um homem importante publicamente e pode até ajudar outros povos. Na América, Bill Clinton, por exemplo, foi presidente durante dois mandatos mas teve de sair. E até estava a governar bem, o povo estava a gostar.

Está deixar algum recado para os governantes angolanos?

Não estou a deixar recado propriamente, porque eu acho que cada um deve pensar na sua vida por si próprio. Nós tivemos um problema muito próprio da guerra, que impediu as eleições. E aí ninguém foi culpado. Mas logo que veio a paz deveríamos começar a preparar as eleições. Nós, que queremos viver numa democracia, não podemos estar muito tempo sem eleições. O povo ainda não está habituado à democracia e se não lhe permitirmos que participe em eleições, não vai ganhar os hábitos da democracia.

Mas eleições já foram anunciadas para o mês de Setembro pelo Presidente da República.

Finalmente! Mas, a meu ver, demorou-se quatro anos, o que foi muito. Agora é bom que se mantenha este ritmo e que se realizem as eleições autárquicas ao fim de mais dois anos, para haver alternância de poder. O Presidente também será, certamente, eleito em 2009,

que é o que está mais ou menos subjacente. Depois de cinco anos também vamos ver.

Receia que os acontecimentos do Quénia também ocorram em Angola?

Creio que não. Angola está suficientemente calma, segura e em paz para não recear nada de especial após as eleições. Aliás, creio que vai haver honestidade. Não estou a prever fraudes. Podem haver pequenos erros, ou atropelos, mas nunca assim em grande número. Eu confio na CNE e nos nossos governantes. Penso que estão a preparar as eleições de uma maneira correcta. Não vejo grande perigo para uma revolta ou manifestações. Acho que o nosso povo está preparado para as eleições e que os governantes estão preparados para o que vier. E, assim, a pouco e pouco, o país pode melhorar a sua governação.

Mas porquê?

Tenho dito várias vezes que nem é bom para o MPLA, nem para o povo ou para o país, que este tenha maioria absoluta. Penso que não é bom porque depois o governo, ao dispor de maioria absoluta no parlamento, já não vai preocupar-se em exercer bem as suas funções porque já ninguém lhe tira o poder. Ele manda como quiser e decide como quiser. Ele é que toma as decisões no parlamento e leva ainda um pouco segundo o seu jeito e interesses. Se não tiver essa maioria absoluta é obrigado a escutar os outros, a fazer coligações, a chegar a acordos, a ouvir também a opinião dos outros e não só a sua. Assim haverá a possibilidade de existir mais equilíbrio na governação.

Mas quem vai decidir é o cidadão votante?

Sim. São os cidadãos que decidem ao votar. Mas se quem ganhar tiver maioria relativa, já é obrigado a prestar atenção aos outros, dialogar e discutir os problemas. Espero que quem ganhar o faça sem maioria absoluta. Esta é a minha esperança.

A abstenção não é o grande perigo para que venha a acontecer novamente uma maioria absoluta?

Penso que ainda não é um grande perigo para Angola. Tenho confiança e a Igreja está a lutar e a falar sobre isso. Ainda hoje falei a 70 jovens de 14 províncias do interior que estão aqui em estágio. Disse-lhes: "Vocês vão lá e digam ao povo que todos devem participar nas eleições". Estamos a trabalhar muito para que haja uma participação maciça para que toda a gente que tem cartão eleitoral vote. Se votarem os oito milhões já será uma grande vitória. Tenho dito isto, até nas aulas. Quanto mais gente votar mais saberemos qual é a opinião e o parecer do povo e mais facilmente saberemos para onde orientar o futuro da Nação.



# 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

## 5.1 Governo condena dados do UNICEF

*Folha 8...02-02-08*

O Porta-voz do Ministério da Saúde desvalorizou o último relatório do UNICEF que coloca o país no topo da lista da mortalidade infantil no mundo, argumentando que os dados utilizados "são bastante antigos".

Jesus Ramos disse que, ao contrário daquilo que é dito por "vários organismos internacionais", o Governo de Luanda "está a fazer um grande esforço" para alterar a situação sanitária no país.

O documento, que reúne dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Banco Mundial (BM), coloca à cabeça da lista relativa à mortalidade infantil, a Serra Leoa, com 270 mortes por mil nados vivos, seguida de Angola, com 260 mortes e do Afeganistão, que regista 257 mortes por mil nados vivos. Segundo o relatório denominado "A Situação Mundial da Infância 2008: A Sobrevivência Infantil", mais de 26 mil crianças com menos de cinco anos morrem por dia em todo o mundo, a maioria das quais devido a causas evitáveis".

O relatório foi apresentado no dia 22.01 no Palais des Nations, em Genebra, com a presença de Ann Veneman, directora-executiva do UNICEF, Margaret Chan, directora geral da OMS, e Bience Gawanas, comissária para os Assuntos Sociais da União Africana (UA). Confrontado com os números, porta-voz do Ministério da Saúde sublinhou que, "quer os dados fornecidos pelo UNICEF, umas vezes, outras pela OMS, que apontam Angola como um dos piores países para se nascer, são muito antigos".

Jesus Ramos salienta que, "apesar dos esforços para melhorar o sector da saúde, não depende apenas deste ministério a melhoria integral da vida das pessoas".

"A sobrevivência dos cidadãos, sobretudo das crianças até aos cinco anos, fica muito a dever-se ao saneamento básico, as capacidades de sobrevivência, ao próprio ensino e ao baixo salário auferido pelos progenitores. O sector da saúde aparece apenas no fim para complementar o quadro. Mas tudo está a ser feito para se melhorar a situação", frisou.

O facto de Angola ter saído de uma guerra prolongada há apenas cinco anos é, igualmente, apontado pelas autoridades angolanas como um factor responsável

pelos maus resultados referidos no relatório do UNICEF.

Aliás, o documento do UNICEF admite isso mesmo, chamando a atenção para o papel desempenhado pelos conflitos armados, aos quais estão muitas vezes associadas as deslocações de populações e a insegurança alimentar. "Dos 11 países onde 20 por cento ou mais das crianças morrem antes dos cinco anos de idade (Afeganistão, Angola, Burkina Faso, Tchade, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger e Serra Leoa), mais de metade registaram um conflito armado de grandes proporções desde 1989", sublinha o relatório. Entretanto, também, na abertura dos trabalhos do IV Congresso Internacional dos Médicos, em Luanda, o Primeiro-Ministro em exercício, João Baptista Kussumua, defendeu a ideia de que a situação da saúde no país continua a exigir esforços para melhorar o cenário. Entre os esforços em curso, João Baptista Kussumua apontou o saneamento do meio e a oferta de água potável as populações, do que resultou, em 2007, menos 48.866 casos de cólera e menos de 2.207 óbitos do que em 2006. "A luta contra as doenças onde é possível fazer a prevenção através da vacinação de rotina conseguiu resultados positivos ao crescer de 40 por cento para 66 por cento em todo o país", adiantou.

"A cobertura para o sarampo subiu de 48 por cento para 99 por cento, a morbidade pela malária baixou de 3,2 milhões de casos em 2003 para 1.8 milhões em 2007, e a mortalidade baixou de 38.500 casos em 2003 para 8.000 em 2007", frisou Baptista Kussumua. De acordo com o Primeiro-ministro em exercício, com estes indicativos Angola caminha de forma "salutar" para uma das maiores "mudanças sócio-comportamentais".

## 5.2 Controvérsia na distribuição gratuita de livros

*Capital...02-02-08*

O anúncio da distribuição gratuita do material didáctico aos estudantes da iniciação até à sexta classe foi recebido com grande satisfação e algumas reservas, à mistura, por parte de muitos encarregados de educação.

Se por um lado, os responsáveis dos muitos petizes vão poder poupar mais alguns tostões, por outro existem alguns receios. É que, embora o delegado provincial da educação, André Soma, tenha anunciado que, este ano, serão distribuídos, em todo o país, cerca de oito milhões de livros da iniciação até a 12ª Classe, muitos são os encarregados de educação que se deslocam diariamente aos mercados informais para

comprarem os respectivos manuais dos seus filhos. Dona Cristina Silva, mãe de três petizes que estão agora a frequentar a primeira e terceira classe, respectivamente, está preocupada com o facto de os livros serem distribuídos apenas uma vez, isto é, no início do ano lectivo. Às portas do arranque das aulas, a sua preocupação é sustentada pelo facto de nesse ciclo estudantil, ou seja, na primária, os alunos danificarem mais facilmente os seus materiais didácticos. «Normalmente os alunos da primeira à quarta classe estragam facilmente os livros, mesmo antes do meio do ano lectivo. Quero saber como é que será?», indagou. Enquanto isso, ela não pensou duas vezes e dirigiu-se a uma livraria no bairro do São Paulo para comprar livros de Língua Portuguesa, Ciências Integradas e Matemática, para além dos cadernos, lápis e esferográficas.

«Meu filho, conheço bem esse meu Governo. Eles disseram-nos que vão dar o material todo, mas agora eu me pergunto, como vai ser quando o meu filho rasgar ou estragar o caderno?», indagou-se.

Silvério Cafuma, também é encarregado de educação de um menino de 10 anos, que vai agora frequentar a 5ª Classe. Ele nos garante que ouviu muito bem e repetidas vezes o anúncio do Ministério da Educação sobre a entrega gratuita de livros às escolas do ensino de base, mas, o que mais o apoquentava é o facto de algumas livrarias que são parceiras do Ministério da Educação estarem a vender os livros distribuídos pela EDIMEL. Isso por si só, significa que alguma coisa não está bem", exclamou.

Para responder à estas e outras perguntas, o A Capital deslocou-se à Delegação Provincial da Educação onde nos informaram que os livros serão entregues apenas uma vez às escolas, sendo que os estudantes que danificarem os seus manuais, os pais deverão com par mais tarde às escolas.

«Nós estamos a fornecer grandes quantidades às escolas. Se o aluno danificar o livro, então o encarregado de educação deverá dirigir-se à escola do petiz para comprar os mesmos livros a preços simbólicos», explicou-nos a fonte.

Entretanto, David Chivela, director Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, disse que não há preocupação em termos de fornecimento de material didáctico, sendo que os mesmos estão a ser distribuídos em todo o país.

«Este ano serão distribuídos em todo o país cerca de oito milhões de livros da iniciação até a 12ª Classe, mas este número não é suficiente para atender as necessidades de consumo deste ano lectivo», disse.

Ele disse ainda que para suprir o défice entre alunos e o número de livros é necessário um investimento de oitenta milhões de dólares no sector da produção. Neste momento, a prioridade vai para o ensino

primário, onde os manuais são conservados nas escolas, beneficiando assim os alunos de ano para ano. Os responsáveis das escolas dizem que a EDIMEL, empresa que produz os livros e os distribui, é a grande responsável pela venda de livros no mercado informal. A nossa reportagem constatou que os livros estão a ser vendidos ao preço de 500 Kwanzas.

### **5.3 Registo gratuito beneficia 1190 crianças no Moxico**

*Jornal de Angola...02-02-08*

Mil e 193 crianças, dos zero aos cinco anos de idade, beneficiaram de cédulas gratuitas, na maternidade provincial do Moxico, entre os meses de Novembro e Dezembro de 2007, no âmbito do programa de registo civil gratuito em curso no país.

Marcos Nhamuana, chefe de secção provincial do Registo Civil, disse ao Jornal de Angola, que as actividades correram a bom ritmo, mas lamentou o facto de muitos pais se apresentarem nos referidos postos sem os dados exactos dos seus filhos. Para este ano, serão registadas mais crianças, em relação ao período anterior, tendo sido já efectuado o registo de 493 crianças no mês de Janeiro.

O registo gratuito no Moxico vai facilitar todos os pais e encarregados de educação que não possuem recursos financeiros para tratarem a identificação de seus filhos. Por isso, o chefe de secção provincial de Registo Civil apelou aos encarregados de educação a se dirigirem aos postos de registo para garantirem o direito à identidade dos seus educandos.

### **5.4 820 Adolescentes são alfabetizados no município**

*Jornal de Angola...04-02-08*

Oito centos e vinte adolescentes no Kwanza Sul estão a beneficiar de aulas de alfabetização, patrocinadas por madres da Igreja Católica sediadas no município da Kibala.

Lídia Mader, uma dessas madres, afirmou que, dos 820 adolescentes que estão a beneficiar do programa de alfabetização, 33 são raparigas que vivem no centro em regime de internato. Os adolescentes têm idades compreendidas entre 12 e 16 anos.

"Fomos às comunidades e vimos a situação gritante dessas pessoas. São pessoas que têm muita vontade de aprender.

Através de catequistas e sobas, encontramos alguns jovens escolarizados que se tornaram alfabetizadores depois de três dias de formação", explicou a madre Lídia Mader.

Segundo a religiosa, a sua agremiação preocupa-se bastante com o desenvolvimento da pessoa humana, razão pela qual sempre deu prioridade à formação académica e profissional.

Ela disse que 21 aldeias estão envolvidas no projecto de alfabetização. A madre exorta a sociedade a apoiar estas pessoas.

### **5.5 Benguela matriculou este ano mais de seiscentos mil alunos**

*Jornal de Angola...05-02-08*

Mais de 600 mil alunos foram matriculados na província de Benguela, de acordo com o chefe de Departamento do Ensino Geral da Direcção Provincial da Educação, Luís António.

Para o presente ano lectivo, acrescentou, o governo construiu e reabilitou escolas nos centros urbanos, comunas, aldeias e povoações, com o intuito de melhor servir a população estudantil.

No pretérito ano lectivo, refira-se, mais de 400 mil alunos ficaram fora do sistema de ensino, situação que não vai repetir-se este ano académico, segundo Luís António. O sector da Educação em Benguela conta com 15 mil professores, número que tende a crescer devido o aumento de escolas.

Ainda de acordo com o chefe de Departamento Provincial do Ensino Geral, o alargamento do ensino em aldeias e embalas vai facilitar as crianças que entrarem para a escola pela primeira vez e os adultos que queiram aumentar o seu nível de escolaridade.

Para a garantia da qualidade de ensino na província serão entregues gratuitamente livros e outro material a alunos da 1ª a 6ª classes e nas localidades onde se registar falta de salas de aula, as secções municipais da Educação estão orientadas a manterem parcerias com organizações não-governamentais, Igrejas e autoridades tradicionais para a cedência de espaços, para que não se registre um elevado número de crianças fora do sistema de ensino.

Luís António disse por outro lado que o programa de merenda escolar tem levado à diminuição do absentismo e a um melhor nível de aproveitamento dos alunos.

### **5.6 Huíla regista aumento do número de crianças no sistema de ensino**

*Jornal de Angola...05-02-08*

Pelo menos 600 mil alunos, distribuídos em vários níveis de ensino na província da Huíla, foram matriculados para o presente ano lectivo, contra os mais de 550 mil do ano anterior, segundo a directora provincial da Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia, Ana Paula Inês.

A província conta com três mil salas de aula, erguidas no âmbito do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Bens e Serviços Sociais Básicos à população, de acordo com a responsável local da Educação.

Para assegurar o processo de ensino e aprendizagem, desde 2003 foram admitidos mais de nove mil professores na província da Huíla, ainda de acordo com a responsável local da Educação, que, entretanto, não revelou o actual número de docentes que a província possui.!

Ainda este ano, como foi anunciado pelo governador, vai ser feito um concurso público para admissão de mais professores, que vão juntar-se aos três mil que foram admitidos no ano passado", disse.

O acto de abertura do presente ano lectivo, decorrido no município da Humpata, 22 quilómetros a Oeste da cidade do Lubango, foi presidido pelo governador provincial, Francisco José Ramos da Cruz.

## 6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### 6.1 É urgente desencorajar o surgimento de bairros sem planos urbanísticos

*Jornal de Angola...05-02-2008*

Os novos bairros que surgem como cogumelos um pouco por toda a Luanda, com a descaracterização urbanística que isso provoca, mereceram uma aturada abordagem de três eminentes docentes universitários. O Jornal de Angola conversou, sobre o assunto, com o sociólogo Artur Pestana "Pepetela", também, com o arquitecto António Gameiro, presidente da Associação Angolana de Arquitectos. Os dois, grosso modo, concordam que a descaracterização urbanística de Luanda é deveras preocupante, mas tem solução. Basta, para tanto, que se comece a desencorajar, já, o surgimento de novos bairros sem planos urbanísticos e requalificar os musseques, que, em muitos casos, são erguidos com materiais de construção nobres (ferro e cimento).

Artur Pestana "Pepetela, docente da cadeira de Sociologia Urbana na Faculdade de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto, acredita que o grande problema da cidade de Luanda, particularmente dos seus bairros, está no elevado grau de segregação social, pois quanto mais as pessoas são desmunidas de possibilidades, mais são atiradas para fora do centro da cidade, que é o lugar onde está instalado o poder político, religioso, social, cultural e, acima de tudo, o económico.

De acordo com Pepetela, o fenómeno da marginalização social existe desde o tempo colonial, desde o nascimento da cidade de Luanda, mas a guerra que se seguiu à independência veio agravar ainda mais a situação. Milhares de camponeses, para sua própria protecção e sobrevivência, viram-se forçados a abandonar as suas aldeias e quimbos e refugiar-se nas grandes cidades. "Então, os bairros foram crescendo de forma desordenada, aliás esta é uma característica de Luanda, que desde sempre cresceu de forma desordenada, embora não a este ritmo.

Sociólogo fez lembrar, todavia, que o êxodo rural fuga de pessoas do campo para a cidade é uma tendência que se verifica em quase todo o mundo, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento.

Para travar o fenómeno, que é global, Artur Pestana diz que é preciso descentralizar os serviços e fazer desenvolver outras cidades, e até as pequenas cidades intermédias, de modo a que atraiam uma parte da

população atolada na grande cidade e ela possa compreender que ali se vive melhor. Pepetela reconhece, todavia que esta não é uma tarefa fácil. "E muito difícil desconcentrar Luanda, porque Luanda é algo como um íman, que atrai quase tudo, sobretudo o capital financeiro. Todos os investimentos ficam aqui".

Angola não é caso único

O também escritor acha que este é um processo que vai levar o seu tempo. Até porque só nos países nórdicos é que não se verificam coisas dessas. "Nos Estados Unidos da América, considerado um país das maravilhas, há uma parte da sua população que vive e dorme nas ruas".

O sociólogo, apontou ainda que a Africa do Sul, apesar de ser considerada um país com bons índices de desenvolvimento, herdou do regime do apartheid vários bairros de lata.

"Embora a segregação racial fosse o pior dos males, devido à separação das pessoas pela cor da pele, também havia separação na classe branca entre pobres e ricos. E muito cedo para a Africa do Sul livrar-se da febre dos bairros pobres, embora estejam a trabalhar para isso".

Pepetela explicou que nas décadas de 50 e 60 havia bairros externamente pobres nos arredores de Lisboa. Eram bem visíveis construções antigas, com as populações mais pobres a residir nelas, mas que estão agora a desaparecer com a edificação de bairros sociais para melhorar a condição de vida das pessoas.

Em Luanda, segundo Pepetela, está a acontecer algo similar, com a construção de bairros novos, só que estes apresentam duas faces da realidade. Alguns são para a classe média ou alta, e outros são para os marginalizados. As duas realidades, afirma Artur Pestana, estão muito próximas. Quase que coexistem, como acontece em Luanda Sul e no Morro Bento.

"Esta é uma discussão que nunca mais termina, porque há pessoas a defender que é útil manter classes sociais diferentes próximas, para que uma aprenda com a outra, e hajam menos preconceitos, e as relações sociais não sejam muito divididas pela capacidade económica, mas há os que defendem o contrário".

(...)

Quanto ao tráfico automóvel, Pepetela defende a necessidade de abertura de mais vias, o que implicará o derrube de milhares de casas. "E um problema tremendo que o Governo deve resolver". O docente acha que a par das várias semicirculares em construção no eixo viário da capital, o problema posterior serão as radiais para se entrar no centro da cidade.

## 6.2 Expedição à primeira favela angolana

*Capital...16-02-2008*

FERNANDO pediu para não subirmos mais. Curiosos, procuramos saber porquê. «É perigoso», respondeu o jovem a olhar para os repórteres enquanto terminava o que restava de um carapau assado. Não fizemos caso. Seguimos subindo, fugindo um obstáculo aqui e escapando de um buraco acolá. «Não insistam», acrescentou o mais velho Bento José, balançando, ao som da sua voz, os seus braços enrugados que mantinha apoiados a uma cadeira branca, de plástico.

Não havia como continuar. A nossa expedição vespertina ficou-se por aí. Advertência do mais velho Bento foi clara. «Serão assaltados se continuarem», explicou ao acrescentar, com maior convicção ainda, que aqui, no bairro onde reside, «ninguém escapa».

É o Morro do Boi. Um nome que soa incomum para a maioria dos luandenses que não é, todavia, tão estranho para quem tenha vivido na zona da Boavista. Estão lembrados? Aquela encosta que, em cada época chuvosa, registava desabamentos de terra de que resultavam amiúde vítimas mortais, não parou de crescer. Tanto cresceu que, hoje, deu lugar a um bairro novo, um morro onde foram construídas barracas feitas de chapa enferrujadas onde vivem quase milhares de pessoas. É a este bairro, de casas dispostas quase uma por cima de outra, a que os moradores chamam de Morro do Boi.

O que tem esse local de tão medonho? Não bastará dizer que é um emaranhado de casebres, erguidos aleatoriamente no cume de um morro que tem, numa ala, a esplêndida vista do oceano Atlântico e, na outra, a confusão do mercado Roque Santeiro? «Há muito mais por aqui», respondeu Alice, uma senhora que mal cabia dentro dos seus velhos panos. E há, de facto, mais. Há a ferrugem das chapas que fazem de parede para as casotas ergui das sobre um solo que junta lama e lixo do qual se destacam milhares de artigos de plástico que até a natureza se recusa a decompô-los. Mas há também a delinquência, e, claro, muita delinquência numa zona esquecida pelo resto da sociedade luandense.

«Nem me fales nisso», resmungou Alice, em sinal de quem já está acostumada com tudo o que seja de anormal. «Aqui roubam a toda hora, já estamos habituados a isso», comentou, por sua vez, a vizinha Antónia. Eles, enquanto moradores, até que já não sofrem muito. Antónia confirma isso ao declarar que as maiores vítimas são os desconhecidos.

Quem se atreve, disse ela, a subir aqui pela primeira vez é sempre vítima de assalto. «Foi por isso que o velho Bento disse-vos para não subirem mais».

Foi um recuo e tanto para quem pretendia, naquela tarde de feriado, segunda-feira, 04 de Fevereiro, mostrar a realidade de um bairro diferente. Era esse o nosso desejo. Ainda assim, vale contar a odisséia de uma subida a um morro que exige fôlego. E bom fôlego não falta, ao que se notou, aos moradores. De tão habituados, pareciam indiferentes às dificuldades de um percurso que deixava os forasteiros jornalistas com a língua de fora, enquanto eles, os nativos, subiam o morro mesmo com bidão à cabeça. Bidões com 25 litros de água, imaginem!

Há que acarretar água todos os dias, claro. Água não sobe ali. Não há luz eléctrica ou outro serviço social básico, como um posto médico, por exemplo. Mas chega a cerveja, o fermento para o quimbombo ou o açúcar para o caporoto ou então a erva a que se chama Liamba. Tudo para entreter os habitantes naquela zona de ninguém. «Essa zona é nossa», disse Pedro, sentado numa bancada com um grupo de sete amigos que distribuíam entre si canecas com quimbombo e um pequeno papel branco incandescente, cujo fumo inalavam com aparente prazer.

Paizinho tem apenas 12 anos. A idade, para ele, não é documento. Basta olhar para a destreza e a força com que levava a cabeça um bidão cheio de 25 litros de água. Tinha, consigo, mais duas crianças que transportavam recipientes mais pequenos. Foi uma verdadeira escalada até à sua casa, bem no centro do morro, onde encontramos a sua avó de 50 anos de idade que se diz incapaz de fazer aquele trajecto. «Já não tenho mais forças», explicou. «Por isso é que mando as crianças». (...)

Mas quantos terão essa consciência numa zona de múltiplas carências? Cristina, uma outra moradora, não a tem, com certeza. Prefere antes mandar os seus filhos a ser ele a acarretar a água. Se não o fizesse, explicou, teria de optar pelos serviços dos estivadores. «Mas isso custa dinheiro, e aqui não temos muito», referiu. Poupa-se sempre mais, afinal, o balde de 25 litros de água custa 5 kwanzas sem o recurso a esses estivadores. Com o serviço deles, esse preço ascenderia para 75 kwanzas.

### 6.3 A jornada da desilusão

*Capital...16-02-08*

Foi uma visita curta ao município mais populoso de Luanda que acabou por deitar por terra o que ainda fazia o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, manter Job Castelo Capapinha na condição de Governador da Província de Luanda.

De resto, há muito que o cargo deste estava por um fio. Na final do Campeonato Africano de Andebol, na Cidadela Desportiva, Eduardo dos Santos teve um forte sinal de como a popularidade do seu pupilo estava em baixo. Capapinha foi vaiado quando, na presença do Presidente da República, dirigiu-se ao centro do pavilhão para entregar alguns troféus às selecções vencedoras. O próprio estado da cidade, por outro lado, falou por si.

Mas no Cazenga, as coisas mostraram-se piores do que o Presidente da República alguma vez pensou que estivessem. Inesperadamente, quando se predispôs a visitar o município, José Eduardo dos Santos deu de caras com amontoados de lixo e com infortáveis buracos nas estradas, algo com que, afinal, os populares já estão por demais acostumados.

Saltou à vista, contudo, que essa mesma constatação tenha sido transcrita, da mesma forma, dos despachos noticiosos, a respeito da visita, publicados nos três principais órgãos estatais. E foi, justamente, nos seguintes termos que os jornalistas se referiram ao cenário que a caravana presidencial viu no Cazenga: "O Chefe de Estado constatou, neste município, a existência de grandes quantidades de lixo acumulado e a degradação das vias".

Tudo isso aconteceu a despeito de uma rápida operação de limpeza ordenada pelo então Governador na noite do dia anterior à visita do Presidente da República. Maquinas e homens foram mobilizados numa operação inédita que deixou, de certo modo, assustados os moradores das cercanias da quinta e da quarta avenida.

O que demoraram meses para fazer fizeram-no numa questão de horas, conforme constatou, em declarações ao semanário *A Capital*, a moradora Manuela Francisco. «Só limparam a zona porque sabiam que o Presidente não iria gostar do cenário», insistiu.

O trabalho foi árduo. Os homens limparam a estrada, até então intransitável, puseram brita, endireitaram a via e, até, pintaram algumas árvores. Mas nem isso ajudou a minimizar decepção de José Eduardo dos Santos. Na zona do Asa Branca, por exemplo, quando

pretendia passar rente ao mercado que, meses atrás, havia sido inaugurado pelo próprio Chefe de Estado, a caravana foi impedida por uma cratera enorme, cheia de lixo e lamacenta que desaconselha, inclusive, a circulação de qualquer viatura todo terreno. Ali, segundo testemunhas, a caravana fez uma curta paragem e recuou em direcção à empresa de Transportes, Colectivos e Urbanos de Luanda (Tcul), terminando, assim, a sua visita de campo que ainda foi a tempo de ver as obras da chamada estrada do Hospital Sanatório cujo estado, de igual modo, não parece nada convidativo. As fotos que se seguem retratam, com exactidão, o grau de frustração que se deve ter apossado do Chefe de Estado ao ver o estado em que se encontram as tais obras planeadas para a cidade de Luanda.

### 6.4 Alguns subsídios para o ordenamento do território angolano

*Folha 8...16-02-08*

Etimologicamente, ordenar significa estabelecer uma certa disciplina ou ordem, naturalmente deve presidir à planificação concreta que se pretende fazer do uso ou ocupação de determinado território.

O ordenamento do território é, em nosso entendimento, a gestão da interacção homem!

Espaço natural, que consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados.

As expressões "ordenamento do território" e "planeamento territorial" não têm significados coincidentes, se o Ordenamento do Território se destina fundamentalmente, ao estabelecimento das regras e princípios teóricos que em nosso entendimento devem presidir à utilização e ocupação do território, consoante a sua aptidão, localização que dentre outras atribuições, garante a definição de zonas agrícolas, industriais e urbanas.

O planeamento territorial visa a concretização dessas regras e os princípios através da sua aplicação adequada e concreta aos territórios em causa ou áreas que compõem o espaço territorial a que se referem. A nosso ver, o Ordenamento do Território deverá, como qualquer outro plano, ser entendido como um conjunto de acções que visam otimizar em termos sociais os resultados do modelo económico e social propostos para um país. O seu objectivo primordial será, quanto a nós, a remoção dos obstáculos de ordem espacial que se opõem às metas definidas pela

sociedade.

A necessidade do Ordenamento do Território resulta do facto de uma mesma acção assumir aspectos e ter consequências diversas conforme o lugar em que for concretizada. Deste modo, o problema que o Ordenamento do território deverá resolver em Angola é o de uma organização espacial que melhor se ajuste ao objectivo visado, tendo em consideração uma série de restrições que podem condicionar essa mesma organização.

As razões ligadas à defesa nacional, a ocupação racional e utilização racional dos recursos, o fomento de futuras economias externas, exploração de recursos no quadro do sistema tecnológico existente, em que o passado histórico e os valores culturais não devem ser descorados.

A localização espacial que intervém como mediadora efectiva na constituição, estabilização ou na transformação das relações sociais, o exame das situações concretas permitem, por um lado, a recusa da ideia de uma ligação automática entre o espaço e a vida social, esta ideia encontra-se presente em alguns projectos urbanístico gerados pelo socialismo utópico. Por outro lado, foram animados por uma imagem de guião tecnocrática ou por um projecto ideológico, que se podem evidenciar por pertencerem a quatro modos de espaços concretos.

O primeiro espaço é caracterizado pela neutralidade do espaço, anónimo ou, por falta de possibilidade de concretização dos projectos individuais, ou ainda pelo artificialismo do meio urbano.

O segundo espaço é caracterizado pelo modo de comportamento dos que vivem no meio urbano.

O terceiro é, sobretudo, marcado pelos que vivem no meio urbano, tendo como base o modelo rural, provocando o isolamento e a sua marginalização.

O quarto espaço consiste na recusa em conformidade com o modo de vida urbano legitimado por um ideal comunitário mais ou menos utópico. Se pensarmos que cada região local e povoações têm características próprias, identificáveis e analisáveis, realidades e necessidades diferentes que variam substancialmente com o contexto onde se inserem, podemos convir que cada sítio terá que ser estudado como entidade autónoma, contextualizando essa análise na lógica das ocupações do território para se poderem compreender os motivos e as regras da sua estrutura.

## 6.5 Continua o conflito de terras

*Folha 8...16-02-08*

Divite ut regnes» é o princípio que originou genocídios na Rwanda, no Quênia e «partout ailleurs», em África. Também está na base de “pequenas (?) confusões, tal como o caso recente de Maquela do Zômbo. Com a colonização, as terras foram divididas, mas depois se proclamou a independência. Elas serão desagregadas em relação ao povo que nelas habitam, tal como o caso do Uíge-Zaire.

O Instituto Nacional de Geografia e de Cartografia, assim como o Ministério de Administração do Território estão a resolver a situação das suas formas, usando seus métodos. É com grande surpresa que estranhámos a ausência do Ministério da Cultura nesse «affaire», uma vez que disponibiliza registros e gestores das verdades históricas de que se precisa.

Antes da colonização, Uíge e Zaire não existiam como províncias. Ambos os territórios faziam parte do município Nsundi. Makela, a seu turno, fazia parte de Zombo bem como Ndâmba, Kwimba, Mbêmba, isto é, existiria também Ndâmba do Zombo, Kwimba do Zômbo, uma vez que no Mpângu encontramos também Ndâmba, Nzeto, Kwimba do Mpângu, ou seja, Ndâmbo do Mpângu, Nzêto do Mpângu, Makela do Mpângu, etc.

O Direito consuetudinário em vigor na região de confusões está claro: «a terra pertence aos antepassados». Os sobas desses municípios que reclamam titularidade devem prová-lo através de «lukobi lwa nakulu». Em princípio, nessa zona, existem «zimvila» cujos repertórios são confirmados em mazumbu» e lugares que comprovam a quem pertence. E, se virmos bem, os clãs de «Kimalômba»: Mpând'a Mvângi sobretudo rompem com as fronteiras Uíge-Zaire; não só pela sua proveniência mas também pela sua toponímia.

Os rios Lwângu, em Makela, e Kwângu a Leste do Uíge pertencem ao Mpând'a Mvângi. Vicente Pedra Sadi, por exemplo, escreve nos seus manuscritos: «Mono Mpând'a Mvângi, wavângidi dya wônso kadi yândimvângi e zúlu ye nza, kaven'eki kivângama ko kima kilembi vwâng'e dya ngani «. Sou eu Mpând'a Mvângi (encontra-se no Kimalômba). Mpând'a Mvângi realizou e confeccionou a sociedade somente para as outras linhagens e nada por ele.

«Mpând'a Mvângi, Ne Zômbo, tôko dya kwa Lwângu watumbwa nda kang'e nsi. Nsi wizidi tatâmena. Bavâmbana mu Nkôndo'a Malêmba, vûmu kimosi kisala, vumu lwânza. I bosì mbânza-Manteke..».

Mpânda Mvângi, autoridade de Zômbo, o jovem de Lwângu, eleito a fim de u: pacificar um país, onde depois de se instalar, decidiu ficar lá para sempre. Ao longo do seu percurso, fundou as aldeias e cidades tais como: Nkôndo'a Malêmbé (ou Kôngo'a Malêmbé), Lwânza, Mbânza-Manteke

Na divisão dessas províncias, assim como algumas partes (de Benguela-Huambo, Moxico-Lundas, etc.), cometeu-se um erro de reforçar os «embuches» colonialistas: *divite ut regnes* desta "vez assumido pelos próprios angolanos ao seu próprio detrimento. Primeiro na cópia relativa das Leis que a Colonização forjou para nós. Depois, faltaram-nos compreensão histórica e readaptações antropológicas num enquadramento contemporâneo consoante os desafios. Como dois irmãos disputando a herança, as intenções subjectivas centralizam a briga das terras de Maquela do Zombo. Na verdade, se, politicamente, as fronteiras geográficas estabelecidas favorecem Uíge ou Zaire, isso tem pouca importância para os sobas» que têm por missão «unir» o povo. A palavra «Kôngo» significa «união, um círculo, uma família unida e inquebrantável». Lembremos ainda que «kanda disu. Ka disakununwana ko» (ou seja devem se proteger a união/família). Mas antes de entrarmos em outras explicações, advertimos - espero que os sobas entendam melhor assim - «diba dya fuka ye nkalu ya nsaka byafwanana» (a palmeira não expurga da e a abóbora assemelham).

Içar a bandeira angolana e, ao mesmo tempo, entoar o hino nacional custaram sangue. O discurso proclamatório da independência de Angola como uma república popular foi decerto o passo mais decisivo que os Angolanos deram na confirmação das suas ambições. Mesmo com Kinfwangondo ameaçado! Logo, assistir a um conflito que, ao que parece, privilegia o «ego» dos «Chefes Tradicionais» em detrimento dos objectivos colectivos da nação (Angola), só nos ridiculariza. Parece que nos esquecemos dos nossos ideais. Parece que não esforçamos de apagar as sequelas nocivas do colonialismo. Ao invés de lutar contra «divite ut regnes», parece que, olvidando o que custou a liberdade, fomentamos ainda mais a divisão ao nosso jeito.

## **6.6 Um cartão vermelho e dois cartões amarelos**

*Capital...16-02-08*

A criação de um Gabinete de Intervenção na Província de Luanda acabou por ser, depois da exoneração do Governador, a grande novidade do mais recente despacho presidencial de conhecimento público.

Reis Júnior, actual Secretário do Conselho de Ministros, passou a coordenar tal gabinete, tendo, entre outras, funções que estavam a cargo dos titulares do Ministério das Obras Públicas, no caso através do vice-ministro Joanes André, e do director do Gabinete de Reconstrução Nacional e Chefe da Casa Militar da Presidência, Manuel Hélder Vieira Dias.

Constituiu, no fundo, uma quase tripla exoneração. Ou, para sermos mais exactos, um cartão vermelho passado a Job Capapinha e dois amarelos mostrados, nomeadamente, a Higinio Carneiro e Manuel Vieira Dias sob a égide de quem estavam os projectos, para a cidade de Luanda, da responsabilidade do Governo central.

É esta, portanto, a grande responsabilidade agora atribuída a Reis Júnior conforme, ademais, se pode ler do comunicado de imprensa dos Serviços de Apoio à Presidência da República (Sapr). «O Referido Gabinete tem em vista conduzir, de modo coordenado, o elevado número de projectos de subordinação do Governo central, designadamente nos domínios de infraestruturais básicas, da requalificação urbana e do ordenamento rural, harmonizando os com os programas e projectos de carácter local.

## **6.7 Duas mil casas começam a ser construídas este ano em Bom Jesus**

*Jornal de Angola...21-02-08*

O projecto imobiliário residencial Bom Jesus, que compreende a construção de duas mil casas num espaço de 550 hectares, arranca no segundo semestre deste ano, com um investimento global de 800 milhões de dólares norte-americanos, confirmando as previsões feitas em 2007.

A informação foi prestada à Angop, em Luanda, pelo administrador da Taminvest Angola, promotora do projecto, Marques da Silva, que realçou que o projecto inclui, em termos de habitação, condomínios privados e semi-privados, assim como uma área de lazer comum às habitações de cada condomínio.

"Quando projectamos o Bom Jesus, pensamos na



natureza exuberante do local, na qualidade do ar e na paz interior que o lugar proporciona, em contraste com Luanda, onde o frescor do dia a dia é intenso", frisou Marques da Silva.

O empreendimento, que vai criar sete mil postos de trabalho, apresenta como pólo de atracção a proximidade do novo aeroporto internacional de Luanda (cerca de cinco quilómetros), tornando o projecto imobiliário no centro de negócio mais próximo da infra-estrutura aeroportuária.

O plano, que também inclui um campo de golfe, prevê conservar os embondeiros existentes na região.

A par do empreendimento residencial Bom Jesus, a empresa de direito angolano Taminvest também é promotora, ao lado da Propar- Projectos e Participações, do projecto habitacional Benguela Blue Ocean, concebido para albergar 20 mil pessoas, a ser erguido na Baía Azul, província de Benguela.

A localidade de Bom Jesus está situada 45 quilómetros a Norte da cidade de Luanda.

## **6.8 Vidas lixadas às portas de Luanda**

*Novo Jornal...22-02-2008*

O DIA AMANHECEU CINZENTO, como a vida da maioria dos habitantes deste "bairro". São 07h00. As imagens observadas pela reportagem do Novo Jornal não deixam lugar para quaisquer dúvidas: um elevado número de cidadãos do 28 de Agosto vive em pobreza extrema.

O cenário mostra cubatas em papelão, madeira e chapa erguidas por cima da montanha de lixo.

Um pouco mais abaixo, ligeiramente afastadas dos maiores "blocos" de entulho e resíduos, vêem-se as únicas construções que se aproximam, timidamente, daquilo que se convencionou chamar casa, feitas de bloco.

A sua presença junto às construções mais precárias dá-lhes, de imediato, uma imagem de superioridade, até mesmo, um estatuto de alguma dignidade.

A este cenário de miséria, os moradores juntam ainda outras dificuldades, como sejam água potável, energia eléctrica, rede de esgotos, escolas públicas, centros de saúde e posto de policiamento.

A montanha de detritos liberta, permanentemente, fumo denso e mal cheiroso como resultado de pequenos incêndios, nunca extintos, que contribuem para adensar o ambiente no 28 de Agosto.

Os olhos, em protesto pelas permanentes investidas

dos fumos, lacrimejavam todos os dias. Mas os moradores da lixeira não têm outra escolha senão suportar, diariamente, a fumaça que se liberta, assim como os odores fortes que a decomposição do lixo vai libertando para o ar.

Em 2007, o governo provincial e as autoridades municipais proibiram despejos e transferiram a deposição de lixos para um aterro sanitário junto dos Mulenvos, município do Cacucaco. Contudo, os moradores de bairros vizinhos do 28 de Agosto ignoraram a decisão e continuam a depositar lixo no local. Para Domingas Sebastião, 42 anos, a falta de contentares no município do Kilamba Kiaxi é um convite aos mais próximos para depositarem lixo no local que foi durante anos uma das lixeiras de Luanda. "Todos os dias, em especial durante a noite, moradores dos bairros aqui próximos continuam a despejar lixo por aqui. Além disso, camiões vindos, não se sabe de onde, também vêm depositar porcaria. A população do bairro é que sofre", disse aborrecida.

Dona Domingas, como é tratada, mora numa casa de chapa de apenas um quarto e sala, que partilha com sete dos seus nove filhos (dois já se casaram).

Para sobreviver, lá vai vendendo cerveja, logo à entrada da sua casa, para ajudar o marido, pedreiro, no sustento familiar.

"Nem todos os filhos podem estudar porque o bairro tem apenas escolas particulares, com propinas que chegam aos 1500 Kwanzas mês (20 US dólares) e não tenho condições para pagar esse valor por todos. Por isso, só um vai à escola"lamentou.

Já Paula Rogério, 24 anos, vive com três filhos, o marido e mais três irmãos, numa casa igualmente com um quarto e uma sala.

Ela fez saber que estão permanentemente a respirar os fumos que saem, sem parar, dos pequenos focos de incêndio que vão deflagrando pela lixeira.

"As crianças choram muito por causa dos fumos. Sofremos bastante com tudo isto. Há muitas moscas, os maus cheiros são uma constante. É sofrimento a mais", lamentou visivelmente desesperada.

A cólera, o paludismo, e a febre tifóide são as doenças mais frequentes, segundo os moradores. Hermínio Luís Suala, 25 anos, morador há dois anos, considerou que o lixo tem provocado muitas doenças pela "morte rápida de muita gente" à falta de um centro médico "onde, pelo menos, possam ser prestados os primeiros socorros. A delinquência, dizem os moradores, é alta. "Os assaltantes não têm hora e estão prontos para roubar, mesmo em pleno dia".

Por isso clamam por mais policiamento.

## **6.9 Administrador Municipal do Rangel às turras com um (antigo) vizinho**

*S. Angolense...23-02-08*

O Administrador Municipal do Rangel, João Domingos, está a ser acusado, por um seu (antigo) vizinho, Mateus Cunha, de ter usado uma licença de construção falsa para erguer uma «janela aberta» num espaço comum ao prédio em que habitam, à Terra Nova.

João Domingos é proprietário de um apartamento no primeiro andar de um edifício de dois pisos, sito à rua da Madeira n.º 32, sendo o rés-do-chão supostamente ocupado pelo cidadão Mateus Manuel da Cunha. (Supostamente, porque, como se defendeu João Domingos, ele já não mora realmente lá há mais de cinco anos).

Embora se localizem no mesmo edifício, cada apartamento tem a sua entrada, a que se agrega uma terceira, que é para os espaços comuns às duas residências, como a lavandaria e outras áreas de serviços.

Segundo Mateus da Cunha, João Domingos iniciou, em Setembro de 1999, a construção neste espaço comum de uma marquise e uma escada na parte traseira do edifício. Informados sobre a execução da empreitada, os Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda tê-la-ão embargado, por três vezes, mas o agora administrador do Rangel terá insistido e continuado a obra.

Perante esta atitude de João Domingos, o Director Provincial da Fiscalização, na altura, exarou um despacho onde propunha o embargo da obra, que após a deslocação de uma comissão ao local do litígio chefiado" pelos oficiais Pena e Manuel Ventura foi finalmente concretizado.

Mateus Manuel da Cunha chega a fazer acusações muito sérias a João Domingos, como a de ter recrutado um grupo de meliantes para agredir a família do vizinho, em Março de 2001, tendo em consequência movido um processo-crime na DNIC, que resultou em nada. o queixoso diz ainda que o Administrador Municipal do Rangel terá também beneficiado da cumplicidade do comandante da 6.ª esquadra, conhecido por Jesus, para ensaiar uma alegada tentativa de assassinato sobre um dos filhos de Mateus e da Cunha, que terá ocorrido) em Novembro de 2006, protagonizada por Mateus João, irmão daquele oficial da polícia e primo de João Domingos, de a quem será advogado, como foi apresentado a posterior.

Ele revela que a DNIC chegou a instaurar um processo-crime, sob o n.º 1144/01-02, tendo apreendido, inclusive, a pistola com a qual se teria feito os disparos (dois) contra o seu filho, mas, tal como das outras vezes, de nada adiantou, porque a coisa morreu por aí.

O (antigo) vizinho de João Domingos acredita que o administrador tem estado a corromper as autoridades para conseguir cobertura nas acções que tem empreendido contra ele.

Ainda no decurso desta semana, Mateus da Cunha irrompeu pelo Semanário Angolense a acusar João Domingos de o ter tentado matar há duas semanas. «Os assassinos até já tinham sido pagos. Quem me disse foi um polícia amigo», acusou.

«Espero que vocês façam algo, porque vocês são os maiores advogados do povo. Por favor», pediu Mateus da Cunha, insistindo como nunca para que publicássemos o alegado caso que terá com João Domingos.

## **6.10 Condomínios para todos os gostos e feitios**

*S. Angolense...23-02-08*

Vila Florescer - Uma iniciativa do grupo César & Filho situada mesmo ao lado do Projecto Cajueiro, condomínio da Sonangol, na zona de Camama, no Kilamba Kiaxi. Aqui os preços são mesmo "very hard", pesadíssimos. Ou seja, não são para as manábulas de um qualquer Zé-povinho. Ao que se sabe, todas as moradias do condomínio (três modelos de casas, n, T4 e T5) estão acima de um milhão de dólares. Haja bolso e peito!

Belas Park - Condomínio com casas T2 a T4, também não foi concebido para a plebe, que poderá limitar-se a dar uma espreitadela de longe sempre que for ao centro comercial Belas Shopping, ali mesmo ao lado.

Genea Angola - Empresa que se pretende pioneira no desenvolvimento de soluções habitacionais em Angola, a Genea Angola lançou no mercado de empreendimentos imobiliários vários condomínios disseminados pela cidade de Luanda.

Residencial América Plaza - Um complexo residencial e comercial situado na zona do Talatona. Condomínio fechado de apartamentos luxuosos com dois dormitórios, sendo que um deles é uma suite, com opções para duas áreas privativas.

Residencial Ginga Vitória - Situado a 16 quilómetros do espaço que irá albergar o novo aeroporto internacional de Luanda, este residencial está concebido para dois tipos de vivendas (rés-do-chão e primeiro andar) com as designações Lírio e Girassol.

Residencial Village Benfica - Condomínio com vivendas de alto padrão (rés-do-chão e primeiro andar), na zona do Talatona, bem próximo da praia. Possui três modelos de casas do tipo vivenda, designadas Esmeralda, Safira e diamante, com suites incluídas.

Residencial Ginga Cristina - Um empreendimento da Genea Angola, condomínio fechado, situado junto ao Pólo Industrial de Viana, com dois modelos de apartamentos (Violeta e jasmim).

Condomínio Ginga Isabel - concebido para albergar somente vivendas espaçosas de três tipos, que terão, respectivamente, de dois a quatro quartos, também localizado na zona de Viana, a 16 quilómetros das instalações do novo aeroporto internacional de Luanda.

## **6.11 Habitação, uma bomba – relógio**

*S. Angolense...23-02-08*

A Política habitacional do país está um caos. Injusta e imoral, ela tem vindo a cavar ainda mais o fosso entre ricos e pobres. Condomínios de luxo a cada esquina e muita especulação imobiliária são os sintomas de uma doença que pode vir a redundar em tensão social num país que precisa de calma e estabilidade para progredir. Os quadros e executivos que vivem em apartamentos no casco urbano de Luanda estão a ser empurrados para a periferia, pois as rendas triplicaram nos últimos dois anos. O centro da cidade passou a ser uma coutada de expatriados. Isto vai ter efeitos deletérios para o Governo e o MPLA. Estamos, sem dúvidas, diante de uma bomba-relógio. Prestes a explodir!

Mário Pinto, professor universitário, viu a sua vida entrar, repentinamente, num rebuliço quando o senhorio do apartamento onde mora, na Maianga, comunicou-lhe que no próximo semestre a renda subirá para 1200 dólares. Nos últimos dois anos, o aluguer tinha passado, sucessivamente, de 400 para 800 dólares. Era muito para o seu rendimento mensal, que não passava dos 2.500 dólares. Fez as contas e a decisão foi pegar nas poucas poupanças que havia feito, com muito sacrifício, e mudar-se para a casa que andava a construir em Viana.

Mas o caso de Mário não é único. Pedro Muanza, contabilista de várias ONG, também terá de abandonar o apartamento em que vive nos Combatentes. Razão: o dono resolveu fazer obras profundas no sítio e alugar a uma petrolífera por cinco mil dólares/mês. Para o Pedro, era uma fasquia impossível de transpor, apesar do seu ordenado mensal andar perto disso: 4800 dólares. A solução foi mudar-se para uma casa modesta, no Morro Bento.

Mário e Pedro são apenas dois exemplos de um fenómeno cada vez mais conhecido dos quadros e executivos que vivem na capital angolana. A especulação imobiliária entrou numa espiral que está a atirar as rendas dos apartamentos e vivendas no centro da cidade para a estratosfera.

Se em finais da década de 80 e princípios de 90, ainda era possível adquirir um apartamento por qualquer coisa como vinte mil dólares, hoje nem sonhar. Mesmo duas assoalhadas a caírem aos pedaços, dificilmente ficam por menos de 100 mil dólares. A situação agudizou-se nos últimos tempos, quando o país se tornou num verdadeiro eldorado para os negócios vindos do estrangeiro.

Este fenómeno está a resultar numa divisão social nunca vista em Luanda. Com excepção de algumas famílias tradicionais, está todo o mundo a mandar-se para a periferia. O casco urbano está a ser tomado por residências de cidadãos expatriados e escritórios de empresas.

Desenganam-se os que pensam que a situação é a mesma noutros países, onde a norma é, de facto, os dormitórios estarem situados fora do centro das grandes urbes. Não. A diferença está na qualidade de vida. Tal como estão hoje, Luanda Sul e Viana ainda não garantem essa qualidade de vida, salvo seja para situações pontuais, de gente instalada em condomínios que viraram "ilhas" de luxo num "oceano" de miséria. Há reclames um pouco por toda a cidade a publicitarem, via de regra, a construção de aglomerados habitacionais que servem apenas para alojar uns quantos nababos deste país.

Mário e Pedro, os protagonistas desta nossa história, esborracharam-se com o nariz na parede quando tentaram seguir aquele atraente anúncio sobre um prédio de habitação a ser construído na zona do Benfica. Afinal, não era solução para eles a "casa de sonhos" que o "out door" mostrava. O paraíso é para gente rica, os novos-ricos que esta terra vai parindo sabe-se lá como, capazes de torrarem mais de um milhão de dólares numa casa com sistema de hidromassagem no WC e piscina no quintal.

Também se espatifaram ao comprido ao tentarem ocupar um lugar na comprida bicha de candidatos à segunda fase do Projecto Nova Vida. Este projecto, que o Governo diz tratar-se do começo de uma política que visa dar qualidade de vida aos quadros que formam a classe média do país em matéria habitacional, não passa, afinal, de um escorregadio poço de cunhas. Um verdadeiro funil por onde se acotovelam os indefectíveis do "regime" instalado.

Está visto que estamos perante uma derrapagem estrepitosa da política habitacional do Estado, incapaz de construir habitações para as classes de baixa e média renda ou criar incentivos que levem os empreiteiros privados a fazerem-no. Pelo contrário, o Estado tem-se revelado inepto nestes aspectos, permitindo que ganhe campo uma selvagem especulação imobiliária - um mercado no qual se afigura mais vantajoso para os empresários do sector construir 20 chalés de milhão e meio de dólares cada um, do que 10 fogos que permitam alojar 1000 famílias de baixo rendimento.

Fórmulas alternativas, tais como o regime mutualista de construção de habitações, estão longe de cobrir o deficit existente. É o caso da «Cooperativa O Lar do Patriota», que vale pelo esforço, mas não consegue passar da balbúrdia que tem sido. O mesmo acontece com o "Projecto Cajueiro", que nasceu no âmbito da política de responsabilidade social da Sonangol. Há anos que os candidatos inscritos esperam e desesperam por uma casinha. Mais parecendo as antigas bichas do pão, no tempo do racionamento alimentar, os que estão à frente vêem-se constantemente ultrapassados pelos últimos da fila.

## 7 SERVIÇOS BÁSICOS

### 7.1 Lixo industrial ameaça meio ambiente no Soyo

*Jornal de Angola... 02-02-08*

O tratamento e o acondicionamento dos resíduos sólidos e líquidos produzidos pelas indústrias petrolíferas sediadas na vila do Soyo, província do Zaire, tem preocupado a população e as autoridades administrativas locais.

Segundo o administrador Manuel António, a insuficiência de meios de transportes, destinados para o tratamento e o acondicionamento dos resíduos que danificam o meio ambiente, constituem os constrangimentos do momento.

A produção de lixo doméstico em níveis assustadores no coração da cidade do Soyo, tendo em conta a evolução demográfica da região, constitui igualmente, uma preocupação a reter.

"É um problema que urge ser combatido pelas autoridades administrativas da região", disse. Manuel António, considerou, entretanto, ser desolador e desconfortante a atitude de alguns cidadãos que persistem em depositar resíduos domésticos ao longo dos afluentes do rio Zaire.

O rio deve merecer o cuidado, carinho e a preservação de todos os seres humanos, para a nossa sobrevivência, disse o administrador, que ao mesmo tempo garantiu a existência de propostas a nível de entidades interessadas na prevenção ambiental.

As propostas, revelou Manuel António, são assentes na construção de aterros sanitários na região para tratamento de resíduos industriais e domésticos.

A degradação da flora, resultante da actividade humana, consubstanciada no derrube de árvores, é outra preocupação avançada pelo administrador do município do Soyo.

De acordo com ele, apesar das acções de fiscalização levadas a cabo pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal, ainda assim existem pessoas que se dedicam única e exclusivamente à produção e venda de carvão, através do abate indiscriminado de árvores.

Para ele, tais acções que considerou malélicas contra o meio ambiente, demonstram que a interacção entre o homem e a natureza não pacífica pelo que urge a adopção de medidas de contenção para o restaabelecimento da harmonia e um ambiente sadio.

Segundo o interlocutor, a realização constante de campanhas de educação cívica nas escolas, nos bairros nas igrejas, rádio e organizações juvenis é uma forma de desencorajar degradação da natureza.

O responsável da secção do Ambiente no Soyo, Vilassa José, considerou crítico o actual momento, tendo em conta os níveis de produção consumo dos recursos naturais, situação que está a causar uma devastação ambiental sem precedentes.

O derrube de mangais, florestas, a extracção desmedida de inertes em áreas rurais e junto às praias para fins de construção, são considerados perigosos contra a natureza, mas não inevitáveis, disse.

A escolha é nossa. Ou cuidamos o meio ambiente, ou arriscamos a nossa destruição e a diversidade de vida no mundo', acrescentou.

### 7.2 Andulo tem novo sistema de abastecimento de água

*Jornal de Angola...04-02-2008*

O município do Andulo (Bié) tem desde hoje um novo sistema de abastecimento de água. A instalação do referido sistema enquadra-se nos esforços do Governo no sentido do relançamento do desenvolvimento socio-económico do município.

No âmbito destas acções, ainda hoje são inaugurados na localidade um Instituto Médio Agrário e os novos sistemas de telefonia móvel da Movicel e da rede fixa Angola- Telecom.

Também hoje, no quadro das festividades do dia 4 de Fevereiro, cujo acto central tem lugar na província, são igualmente inaugurados no Andulo uma padaria e uma hospedaria. Ambas as infra-estruturas são de iniciativa privada.

Estes empreendimentos, segundo as autoridades locais, constituem sinais de desenvolvimento da localidade.

O governador do Bié, José Amaro Tati, disse que o município vai ganhar um novo impulso.

"Estas iniciativas representam um novo momento para o Andulo. Eu penso que o Andulo merecia isto. Esperamos que daqui para diante as coisas continuem a avançar, que haja mais iniciativas", disse o governador.

Amaro Tati recordou que o Instituto Médio Agrário do Andulo é terceiro instituto médio no município. "É um município que renasceu ontem da guerra e agora constrói o seu terceiro instituto médio", disse.

Os outros (Institutos médios) já formaram técnicos, recordou.

O Andulo é um dos pontos de Angola cuja dimensão histórica exige respeito. É uma localidade especial, frisou.

"O facto de se realizar aqui o acto central do 4 de Fevereiro significa que estamos em paz absoluta", disse o governador.

### **7.3 Bairro (quase de luxo) transformado em lixo**

*Cruzeiro do Sul...09-02-2008*

À data da independência, a 11 de Novembro de 1975, Lobito era uma das mais luxuriantes cidades do continente africano. Depois veio a guerra, seguida de uma gestão ruínosa, e o município do Litoral Sul de Angola que, no tempo colonial chegou a ser designado de "Sala de Visitas de Angola" transformou-se num lugar de feroz degradação.

Os bairros mais afectados são os dos arredores, aqueles que foram os últimos a devorarem os últimos musseques.

É o caso do bairro do Lira. Um lugar criado e frequentado, ao longo dos séculos, por homens vindos do interior para trocarem as suas missangas com os espelhos dos portugueses. Antes de fazerem u percurso inverso, os autóctones repousavam neste local. Chamaram-lhe, por isso, Uliló "língua Umbundo que pode ser traduzida em português por lugar de descanso".

Já, nos anos 50, os portugueses construíram neste terreno argiloso, um belo bairro ribanceira as lindas salinas do Lobito. E aportuguesaram-no. Passaram a chamar-lhe definitivamente de Lira.

É difícil, para quem quer que tenha conhecido o Lira no esplendor colonial enfrentar sem desespero o seu actual estado. Mesmo no coração, uma praca com um extenso jardim parece ter regredido um século: nasceu um monte de terra. No lugar do asfalto, surgiu um extenso campo de capim com cerca de meio metro. m 1972, depois de uma violenta chuva que devastou a cidade do Lobito, tendo causado mortes, foi construído uma vala de drenagem que atravessa o Liro e desagua no mar, na zona do bairro do Lobito-Velho. " Mas esta vala no tempo colonial era limpa todos os anos. Hoje está quase abandonada", queixa-se um morador.

Recentemente, apesar de tractores ao serviço da administração municipal terem limpo a referida vala, os moradores não se mostram satisfeitos. "Parte da terra e pedras retiradas de lá foi abandonada à beira da mesma. Tememos que em tempo chuvoso voltará a ficar entupida" alerta Lopes um empregado de mesa.

O bairro do Liro fica localizado por baixo das zonas altas. Quando chove com intensidade a água ultrapassa a vala de drenagem "por falta de limpeza" transforma-se em lama e entra com violência nos quintais, destruindo plantas, culturas e tudo que encontra pelo caminho. "Cheguei a perder nos últimos anos toda a roupa. A lama emprenhou-se nela e fui obrigada a deitá-la toda fora", lamenta Madalena, 55 anos.

A lama também entra na 2a Esquadra da Polícia Nacional. Quando isto acontece é possível ver agentes da polícia, fardado a preceito, a estatelarem-se no solo lamacento.

É uma imagem que já não escandaliza ninguém; da mesma forma que pouca gente repara que os baloiços e os escorregadouros da escola Agostinho Neto, o único estabelecimento primário do bairro desapareceram ou que o pátio transformou-se num lugar inóspito cheio de capim.

Há outras histórias bizarras. Em 2005, esta escola foi reparada, a direcção da Educação local, esperava por uma data simbólica para reinaugurá-lo. Não foram felizes. A chuva arrasou todas as salas de aulas, antes do evento, obrigando a maioria dos alunos a estudarem provisoriamente num salão de festas. Porém, sempre que houvesse baile as aulas eram interrompidas.

#### **À ESPERA DA CHUVA**

Até o momento, a chuva ainda não se fez sentir. Todavia, caso chova com a violência semelhante da dos anos passados, os moradores garantem que não serão surpreendidos. Há pessoas que levantaram um segundo muro. Outras, como Margarida, 47 anos, funcionária pública, optaram por se desfazerem dos portões fechando-os com fortes camadas de bloco e cimento. "Salto o muro quando saí e quando entro em casa. É desconfortante. Mas só assim a chuva - não me invade a casa", diz num tom triste.

#### **BAIXA RENDA**

O drama da chuva pode explicar-se, em certos casos, o baixo preço de renda neste bairro. Mas aqui a boa vontade é flagrante. Os senhorios alertam os potenciais inquilinos incautos.

Há cinco meses, Afonso parou em frente de uma placa postada à entrada de uma casa: "Aluga-se anexos, com um quarto, sala, cozinha e casa de banho". "Era um belo anexo", conta Afonso "mas desinteressei-me depois do senhorio ter dito que devia possuir uma caixa de ferramentas para desmontar, a qualquer altura, a mobília por causa da chuva".

#### **MORADORES IGNORADOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Um grupo de moradores, em 2005, apresentou uma proposta para em conjunto com algumas empresas com sedes nas imediações - que deveriam apoiar com tractores e camiões - limparem as estradas, a administração municipal recusou alegando que o trabalho devia ser executado por instituições de direito. Correia Victor, com mais de 80 anos (provavelmente, o mais antigo morador do bairro), ex-delegado do Jornal de Angola, ex-administrador do referido bairro, é praticamente um homem desiludido. Porém, gosta de dizer que trata-se um lugar com memória fascinante. "Nos anos 60 e 70 muita gente proveniente de

Malange, Luanda, Huambo até de Luso vinham farrar no Atlético do Lobito e depois perdiam-se nos bares do Liro. Nomes como dos cantores angolanos David Zé, Urbano de Castro e das brasileiras Lecy Brandão, Alcione Elba Ramalho ou Clara Nunes, passaram pelo Liro, conta nostálgico. Velhos tempos.

#### **7.4 Ministro da Energia e Águas defende criação de uma política de preços**

*Jornal de Angola...10-02-08*

O ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, considerou em Luanda, a criação de uma política clara de preços dos diferentes vectores de electricidade como um dos pontos fulcrais para a reforma em curso no país.

O governante, que discursava no encerramento do II seminário da implementação do processo da reforma do sector eléctrico no país, acrescentou ser necessário um consenso universal em torno de objectivos centrais de uma política energética.

"Sabemos que ela deve garantir a segurança do abastecimento, promover sistemas energéticos e promover uma concorrência leal e justa" - referiu.

No encontro, foi ainda sugerido um estudo sobre a questão das tarifas, tendo em conta a sustentabilidade das empresas, sem as quais o sector não poderá sobreviver.

Segundo Botelho de Vasconcelos, outro assunto de destaque foi o enriquecimento do trabalho da Comissão de Revisão da Lei Geral de Electricidade.

Informou que o Ministério da Energia e Águas está a trabalhar para nos próximos tempos dar um novo corpo à sua estrutura, bem como evoluir o processo de reestruturação das empresas de electricidade, com vista a melhorar o desempenho global do sector eléctrico no país.

Botelho de Vasconcelos apelou aos técnicos para aumentarem os seus conhecimentos, acrescentando que não há reforma sem quadros devidamente qualificados.

"O sector de energia tem sido alvo de várias críticas. Há alguma impaciência da parte da nossa sociedade que, necessitando deste bem imediato, não tem tido em conta os trâmites necessários e a maturação dos projectos para que se possa assistir com alguma visibilidade resultados positivos", frisou.

O seminário, que encerrou na sexta-feira, teve como objectivos discutir questões ligadas ao processo do sector eléctrico no país, aprofundar discussões sobre a revisão da lei geral da electricidade, dar maior contribuição para elaboração da política energética

nacional, bem como procurar um novo quadro que se adapte a um melhor funcionamento institucional do sector.

#### **7.5 Luanda terá três novas infra-estruturas para a transferência de lixo**

*Jornal de Angola...12-02-2008*

Três pontos de transferência de lixo serão criados para facilitar a armazenagem de dejectos nas áreas de difícil acesso. Estes pontos de transferência constituirão infra-estruturas de apoio de serviço da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL).

A criação de três estações de transferência, sendo uma no Golfe, outra no Cazenga e uma terceira ainda em fase de estudo, assim como o aterro sanitário dos Mulenvos, serão uma mais valia para a cidade de Luanda, permitindo dar fim a alguns grandes focos de lixo amontoado, disse ao Jornal de Angola a porta-voz daquela empresa, Stella Silveira.

O aterro de Mulenvos é um projecto de última geração e respeita todas as condicionantes ambientais, capazes de dar vazão à cerca de 2303 toneladas de lixo passivo que são recolhidas diariamente pela Elisal na cidade de Luanda. "Infelizmente, quase todos os municípios de Luanda possuem áreas de difícil acesso, por estas não estarem devidamente padronizadas", disse.

Exemplificando as áreas onde os camiões de recolha de lixo encontram dificuldades para efectuar os seus serviços, referiu o município da Imgombota e a Ilha de Luanda.

No que diz respeito à Ilha de Luanda, zona que possui um grande número de becos, não é possível fazer a recolha mecanizada.

Para colmatar a situação, a Elisal, em colaboração com as administrações municipais, apoia a criação de brigadas de limpeza, que são pessoas pertencentes ao próprio município. Estas fazem a recolha do lixo porta a porta com a ajuda de carros de mão, pás enxadadas, sacos plásticos, entre outros meios, trazendo o lixo para as zonas de fácil acesso para aí serem recolhidos pelos camiões no período das 21H00 às 4H00 da manhã, o que já se verifica na Ilha de Luanda.

A Elisal tem enfrentado algumas dificuldades na realização dos serviços de limpeza, próprios do desenvolvimento e crescimento da cidade. Sentimos uma maior preocupação, todos os dias, de manter a cidade limpa, na medida e habituamos os munícipes da nossa cidade a um nível de prestação de serviços, o qual pretendem que cresça todos os dias", disse, acrescentando que neste momento as pessoas já não aceitam que a, Elisal lhes sirva como nos anos

Anteriores.

## **7.65 Sob alerta máximo**

*Capital...16-02-2008*

NAO há água potável, energia eléctrica ou segurança para os moradores e até para as casas destes. Com casas ergui das na encosta, sobre um solo lamacento, os populares vivem em permanente estado de alerta, face a hipótese de desabamento de terras. As consequências disso podem ser sérias.

Francisca Pedra, conta que, na passada época chuvosa, uma jovem grávida escapou da morte por um triz. «Ela teve muita sorte, porque se demorasse mais um pouco teria morrido». A terra onde ergueu a casa, no topo do morro, ruiu com a força das águas. Porém, ainda conseguiu sair a tempo do interior do casebre. Mas pode, ainda, assistir os poucos pertences caírem ladeira abaixo.

Sorte igual não teve um vizinho, João, de 23 anos. Este pagou a imprudência com a vida. Durante uma briga de grupo, foi empurrado para lá do morro.

Caiu sobre uma pedra e fracturou alguns ossos. Esteve internado no hospital Josina Machel durante algum tempo, mas acabou por falecer. Alice, por sua vez, viu o filho de 10 anos escorregar e cair. Com mais sorte, o pequeno partiu somente o braço direito. «Já está melhor, o braço ficou só um bocado defeituoso, mas mantém-se o susto».



## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 FCD satisfeito com a implementação do Memorando de Paz para Cabinda

*Jornal de Angola...09-02-08*

O presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), António Bento Bembe, manifestou-se satisfeito com o grau de implementação das tarefas consignadas no Memorando de Entendimento de Paz em Cabinda, tendo assegurado que o mesmo deverá estar concluído antes das eleições.

Bento Bembe manifestou esta satisfação durante uma conferência de imprensa, realizada no Centro Aníbal de Melo, em Luanda.

"O balanço que fazemos das nossas actividades é positivo. Temos vindo a negociar com o Governo todos os aspectos relacionados com os desafios políticos a que nos subscrevemos", afirmou.

O líder do Fórum Cabindês para o Diálogo fez saber que a formação de altos funcionários e dos administradores está concluída, os militares e polícias estão enquadrados e os membros do Governo já estão em pleno exercício das suas funções. Acrescentou que os diplomatas estão a ser encaminhados para as respectivas representações diplomáticas e outros quadros foram nomeados para as empresas públicas.

O dirigente político apontou o repatriamento de refugiados e a reinserção dos desmobilizados como as principais tarefas que ainda restam da aplicação do Memorando de Entendimento, rubricado em 2006.

Bento Bembe assegurou, no entanto, que a Comissão Conjunta vai continuar a trabalhar até a conclusão da implementação do Memorando e a entrada em vigor do Estatuto Especial para a parcela mais ao Norte do país.

Sublinhou que a transformação do Fórum Cabindês para o Diálogo em organização política poderá acontecer tão logo estejam concluídas todas as tarefas contidas no Memorando. Referiu que todos os trâmites para o reconhecimento do FCD em partido decorrem sem sobressaltos e na altura certa serão conhecidos em definitivo o nome, a bandeira e os símbolos da organização política.

António Bento Bembe assegurou que a paz em Cabinda é um facto. Desvalorizou todas as notícias que apontam o contrário, tendo-as considerado como mera propaganda daqueles que defendem a continuação da guerrilha no território.

"Muitos querem criar factos para ganharem nome, sobretudo nesta altura em que se aproximam as

eleições", afirmou Bento Bembe, para quem "mais tarde ou mais cedo os cépticos estarão connosco na luta pela dignificação de todos os angolanos e pelo desenvolvimento do país".

O presidente do FCD disse também estar satisfeito com o cargo de ministro sem pasta que lhe foi atribuído no âmbito do processo para a pacificação de Cabinda. Disse que através deste cargo pode exprimir ideias que contribuem para o desenvolvimento de Angola e em particular da província de Cabinda.

### 8.2 Kassoma trava diálogo sobre intolerância política

*Cruzeiro do Sul...09-02-08*

O Conselho provincial dos partidos políticos da oposição considera desleal o facto de o Governo da Província do Huambo, na pessoa do seu governador, ter optado pela política do silêncio, ao invés do confronto político para se tirar a limpo as dúvidas que ainda pairam sobre a origem e motivações reais dos actos de intolerância política aqui no planalto central.

De acordo com o seu coordenador Afonso Pitagore Diabanza, o Conselho provincial dos partidos políticos da oposição solicitou, em Agosto do ano passado, ao governador da província uma reunião na qual o bloco dos partidos exige a presença, quer dos administradores municipais e comunais, quer de todos sobas, para se esclarecer os actos de rixas políticas, bem como a necessidade de se identificar métodos capazes de atenuar essas situações.

Ao pedido dos 43 partidos da oposição controlados pelo Conselho provincial, o Governo optou pelo silêncio, o que a oposição considera negativo, numa altura em que nos encaminhamos a passos largos, para a realização das eleições legislativas.

Afonso Diabanza, disse por outro lado, que o alvo dos militantes e simpatizantes do MPLA não se restringe apenas aos objectivos da UNITA. Longe disso. Membros do PRS, UNPD e Partido Conservador, só para citar esses, notificaram recentemente à coordenação do bloco dos partidos da oposição sobre o facto de terem sido impedidos pelos administradores e sobas de se implantarem no interior da província.

Os municípios do Bailundo, Mundo e Londiumbali registam maior número de casos de intolerância política. No princípio desse ano, por exemplo, a oposição era notificada constantemente de casos de prisões arbitrárias, muitas das quais caucionadas por procuradores e comandantes municipais e comunais da

Polícia Nacional, quando fossem chamados a arbitrar rixas políticas entre os seguidores dos partidos da oposição e os militantes do partido no poder que, para as autoridades judiciais, tinham quase sempre razões, segundo ainda Afonso Pitagore.

Já nesse período, como se mudança de tática se tratasse, cada caso de intolerância política tem, de acordo com fonte que temos vindo a citar, cada caso de intolerância política tem, na sua génese, ou a mão dos administradores municipais e comunais, ou a "bênção" das autoridades tradicionais.

### **8.3 Lubango acolhe seminário sobre gestão de conflitos**

*Jornal de Angola...11-02-2008*

Um seminário regional sobre gestão de conflitos realiza-se a partir de amanhã, na cidade do Lubango. Promovido pela Organização Não Governamental Acord, o encontro visa desenvolver as capacidades e habilidades na prevenção e gestão de conflitos.

Segundo um documento distribuído à imprensa, participam, nesta acção formativa de âmbito regional, 20 activistas, oriundos das províncias da Huíla, Benguela, Cunene e Namibe.

Promotores pretendem, com esta actividade, contribuir para o melhoramento da governação democrática, através da promoção do diálogo aberto entre os principais actores e ajudá-los na tomada de decisões.

Durante três dias, os participantes ao certame vão debruçar-se sobre a reintegração comunitária, a tipificação dos conflitos no seio das populações, fortalecimento da sociedade civil e habilidades para gerir um conflito.

### **8.4 Militantes do MPLA têm armas para defesa UNITA tem armas escondidas para guerra**

*Folha 8...16-02-08*

O ministro da Defesa, Kundi Paihama, levantou no 12, em entrevista a uma rádio de Luanda, a suspeita de que a UNITA mantém armas escondidas e que alguns dos seus dirigentes tem o objectivo de voltar à guerra. Reagindo, o porta-voz da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, negou veementemente as suspeitas de Paihama e lembrou que este tipo de declaração contraria o processo de estabilização que Angola atravessa actualmente.

Aos microfones da Luanda Antena Comercial (LAC),

Kundi Paihama disse que os antigos militares do MPLA, "se têm armas", não é para "fazer mal a ninguém" mas sim "para ir à caça".

Quanto aos antigos militares da UNITA, o governante disse que a conversa era outra e lembrou que mais cedo ou mais tarde vai ser preciso falar sobre este assunto, nomeadamente por altura da campanha eleitoral para as eleições legislativas previstas para Setembro próximo.

Na entrevista a LAC, Kundi Paihama disse textualmente: "Ainda hoje se está a descobrir esconderijos de armas".

As estruturas militares da UNITA foram desmanteladas com o fim da guerra, em 2002, no cumprimento dos acordos firmados após a morte em combate de Jonas Savimbi. "Eu tenho muitos dados na qualidade de Ministro da Defesa (...) mas não posso revelar publicamente", indiciou o ministro de Defesa, que disse ainda acreditar que há dirigentes da UNITA interessados num regresso à guerra.

Comentando as afirmações de Paihama, o porta-voz da UNITA lembrou que este, enquanto titular da pasta da Defesa, "devia agir em conformidade com as informações que diz ter" e não "fazer ameaças numa entrevista pública".

"Se o ministro tem nomes de ex-militares da UNITA que mantém armas, então que os nomeie porque é esse o seu dever", disse júnior, sugerindo que as declarações de Paihama são "excessos de linguagem de alguém com uma linguagem atípica".

Adalberto da Costa Júnior considerou ainda as informações de Kundi Paihama "fora do contexto que o país atravessa" mas "contextualizadas com o tipo da pessoa que as proferiu".

"Ainda há pouco tempo o Presidente da República fez um incisivo apelo à tolerância e estas declarações só provam que as suas palavras não foram ouvidas pelos seus mais próximos", apontou • Júnior disse ainda que se tratam de "actos de campanha de grande irresponsabilidade" e de uma "questão de cultura democrática ou falta dela. A UNITA desarmou exemplarmente", garantiu ainda Adalberto da Costa Júnior.

### **8.5 Soba Kamama trava UNITA no Kilamba Kiaxi**

*Folha 8...16-02-2008*

A autoridade tradicional (soba) do Kamama, município de Kilamba Kiaxi, inviabilizou no dia 11.02, um acto

de massas que a UNITA havia organizado naquela localidade.

"O sob a Manuel teve inveja da grande concentração de pessoas. Ele e mais seis elementos rasgaram panfletos e apoderaram-se de outro material de propaganda", queixou-se o coordenador da UNITA no Kilamba Kiaxi, Nicodemos Domingos Miguel.

Segundo o coordenador, a acção de vandalismo viola os direitos políticos consagrados na lei Constitucional e acrescentou que no mesmo dia determinadas pessoas param numa esquadra policial.

O comando da polícia local justificou o caso, a afirmar ser por desconhecimento da situação que, para eles, se tratava de uma manifestação porque é nesta área onde ocorrem constantemente demolição de obras anárquicas. "Ninguém prendemos depois de sermos informados de que se tratava de um acto político", disse a fonte policial.

A direcção da UNITA, no Kilamba Kiaxi, intentou uma acção judicial contra o sob Manuel e os seis elementos. "Para a acção, o soba usou uma viatura cor verde, de marca Toyota Hilux, com matrícula LD -34-26BK", apontou o coordenador do partido no município referido, lamentando a atitude irresponsável do soba.

"Diz-se que ele é apartidário, mas as pessoas não mudam", referiu Nicodemos Domingos Miguel, não afastando a possibilidade de estarem por detrás da acção.

### **8.6 Plano de desarmamento da população será submetido ao Conselho de Defesa e Segurança**

*Jornal de Angola...18-02-2008*

O Ministério do Interior vai submeter, na próxima semana, ao Conselho de Defesa e Segurança Nacional, o plano de desarmamento da população civil. A informação foi dada pelo ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", no final da visita de algumas horas à Lunda-Sul. Segundo o ministro, a acção visa garantir a segurança e ordem públicas de forma a impedir os assaltos com uso de armas de fogo, obtidas ilegalmente por alguns cidadãos.

Para o êxito desta tarefa, Roberto Leal Monteiro "Ngongo" anunciou a realização, nos dias 4 e 5 de Março, de um Workshop Internacional sobre o desarmamento da população civil.

Em Saurimo, o ministro do Interior inaugurou um armazém destinado ao depósito de reservas de bens diversos para acudir as populações que eventualmente venham a ser sinistradas por calamidades naturais ao nível da região Leste, como acontece no Sul do país.

Orçado em mais de 12 milhões de Kwanzas, o armazém ora inaugurado está situado a escassos metros da placa do aeroporto de Saurimo. Foi construído em 90 dias e tem capacidade para 200 toneladas de bens diversos.

Durante a sua visita à Lunadas, o ministro do Interior cumpriu uma longa jornada marcada por encontros com membros da Comissão Provincial de Protecção Civil, tendo avaliado também o grau de execução das obras de construção de um quartel do Serviço de Bombeiros.

Após a sua visita à Lunda-Sul, o ministro do Interior deslocou-se à província do Moxico.

### **8.7 Governo aprova plano de desarmamento da população civil**

*Jornal de Angola...21-02-2008*

O Conselho de Defesa e Segurança Nacional aprovou já o plano de desarmamento da população civil. A informação foi dada pelo ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo" à margem da audiência que o Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos concedeu a ministra namibiana Rosaria Nghidimawa.

Segundo a RNA, para o êxito desta tarefa, deverá realizar-se nos dias 4 e 5 de Março, de um workshop internacional sobre o desarmamento da população civil, onde será recolhida a experiência de outros países em matéria de desarmamento da população civil.

"Vai ser aprovado pelo Conselho de Segurança e Defesa Nacional a colocação em marcha do plano de desarmamento da população civil. O plano de desarmamento civil em Angola vai começar exactamente com um workshop que nós vamos realizar nos dias 4 e 5 de Março, onde serão convidados representantes de diferentes países para colhermos a sua experiência. Pretendemos colher a experiência da Namíbia, do Zimbabwe, do Quênia, da Zâmbia e também da Nicarágua., afirmou o ministro do Interior. Roberto Leal Monteiro "Ngongo" revelou que desde em 1999, foram recolhidas mais de 200 mil armas, acrescentando que é preocupação do Governo combater a criminalidade e garantir a segurança das populações. "Isso porque sentimos que a criminal

idade violenta usa armamento de guerra, portanto as armas estão ilegalmente nas mãos dos delinquentes."

Segundo o ministro do interior, outra preocupação está relacionada com o tipo de armamento utilizado pelas empresas de segurança privada, acrescentando que a legislação sobre a matéria vai ser revista "Essa é uma grande preocupação e nós estamos a rever a lei das empresas de segurança privada. Já temos o levantamento de todas essas empresas, porque até agora usaram armas de guerra ilegalmente", sublinhou o ministro do Interior.

### **8.8 Parlamentos devem adoptar legislação apropriada para consolidação da paz**

*Jornal de Angola...21-02-2008*

O presidente da Assembleia Nacional Nacional, Roberto de Almeida, defendeu ontem, em Luanda, que os parlamentos devem adoptar legislação apropriada, a fim de controlar acções que perturbem a paz.

Roberto de Almeida defendeu esta ideia quando falava na abertura do III seminário regional sobre "O papel dos parlamentos nacionais no reforço da segurança na África Austral" organizado pelo Centro de Liderança do Fórum Parlamentar da SADC e a União Inter-Parlamentar.

Para o presidente do Parlamento angolano, o aprimoramento do sistema de prevenção e gestão de conflitos e combate às redes terroristas, à imigração ilegal, falsificação de documentos e moeda, tráfico ilícito de diamantes e de seres humanos, bem como o mercenarismo e a corrupção constituem factores de estabilidade política, económica, e social dos Estados.

No seu entender, para melhor controlo dessas acções, os Serviços de Inteligência constituem uma componente importante, pelo facto de os mesmos fornecerem informações para a segurança do Estado e das populações.

O líder parlamentar sublinhou que a segurança e a estabilidade dos povos passa pela capacidade das lideranças dos países em criarem Estados fortes, comprometidos com a democracia, direitos humanos e a eliminação dos factores de conflitos.

Roberto de Almeida referiu que esta actividade em Angola é controlada através de diplomas apropriados, nomeadamente as leis n.º 10/02 e 12/02, de 16 de Agosto.

O presidente da Assembleia Nacional apelou aos participantes para que debatam com profundidade os

factores de desestabilização dos Estados, e espera que do encontro resultem conclusões que imprimam maior dinamismo aos órgãos de segurança dos países. "Estamos sensibilizados que a produção de informações permite compreender melhor as preocupações da segurança nacional e a cooperação entre os parlamentos", sustentou.

O encontro aborda temas como "Desafios no âmbito da segurança na África Austral", "VIH/Sida uma ameaça para a segurança na África Austral", "Governança democrática para o sector da segurança" e "O papel dos parlamentos regionais na governação da segurança".

Participam no evento representantes de doze países da África Austral, nomeadamente África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia, Swazilândia, Madagáscar, Moçambique, Malawi, Rwanda, Zâmbia e Lesoto.

### **8.9 «Não me vendi ao Governo»**

*Capital...23-02-2008*

PERGUNTA - A implementação do memorando de entendimento, relativo à paz em Cabinda, está a corresponder às vossas expectativas?

ABB - Creio que estiveram atentos à conferência de imprensa que concedi. Quanto ao memorando de entendimento, todos os seus termos estão a ser cumpridos conforme o previsto. Há, de facto, uma seriedade do Governo no cumprimento dos acordos ou dos termos do memorando de entendimento.

PERGUNTA - Fale-nos sobre sua experiência nesta nova integração, ou seja, sobre o facto de fazer, actualmente, parte do Governo angolano: o que tem a dizer sobre este pouco tempo em que tem estado integrado no Governo angolano?

ABB - Foi um grande desafio. Primeiramente, com um sentido de certa responsabilidade, tomei esta postura para liquidar preocupação e satisfazer os desejos de paz de toda a população angolana. Depois de uma longa fase de luta, durante a qual ganhamos várias experiências, quer no campo interno como no campo internacional, dado que nós estivemos sempre atentos aos acontecimentos que foram tendo lugar no mundo, todas as mudanças conjunturais, mudanças no contexto político internacional, o seu impacto nesta luta, a verdade é só uma: em todos os acontecimentos que foram tendo lugar e que tiveram sempre um impacto, positivamente eu estive na luta. A dada altura foi necessário olharmos para o futuro das populações e, assim conseguimos, fazer a paz com o Governo. De facto, as nossas experiências, nesta fase da nossa integração no Governo, são positivas. Sobretudo

porque há, quer do lado do Governo como do lado do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), uma determinação para a pacificação definitiva da província de Cabinda e de Angola, em geral. O processo de paz não começou na província de Cabinda, começou em 2002 com a assinatura dos acordos que puseram fim à guerra entre o Governo e a Unita. No entanto, as nossas experiências são bastante positivas porque encontramos do lado do Governo uma boa vontade, uma abertura e uma seriedade para este processo. Estamos a trabalhar bem com o Governo, seguindo os princípios do consenso. E é com base nestes princípios que vamos dando tratamento às questões ligadas ao memorando de entendimento para a paz e reconciliação na província de Cabinda. Portanto, sinto-me bastante satisfeito, porque como prova estamos praticamente a chegar no final da implementação do memorando de entendimento e todos os seus termos estão a ser bem cumpridos ou conforme previstos ou escritos. Em suma, estou muito à vontade, sinto-me no meu próprio país, sinto-me bastante satisfeito pela forma como o Governo está disposto a caminhar, todos juntos, para pormos fim a esse conflito e implementarmos o memorando de entendimento de uma forma condigna.

PERGUNTA - Por fim, está a dizer que o conflito ainda não terminou?

ABB - Terminou. Terminou e disse bem, que eu estava satisfeito porque já estabelecemos a paz, e em Cabinda ela (a paz) está bem concretizada. Estamos a trabalhar da mesma forma para a consolidação da paz porque, quando se estabelece a paz, isto é, depois do calar das armas, há outras diligências que devem ser feitas para a desmilitarização dos espíritos.

PERGUNTA - Esta desmilitarização passa, efectivamente, pela projecção dos dirigentes do Fórum Cabindês para o Diálogo no Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional?

ABB - E não só, mas também abrange o tratamento de questões ligadas às aspirações da população, para o seu bem-estar e para o desenvolvimento.

PERGUNTA - O que já foi feito até o momento?

ABB - Primeiro, a paz e a convivência pacífica são as condições essenciais. Estamos a trabalhar tão cedo, em projectos que estão a ser feitos por aí que, hoje, podemos dizer, que os benefícios da paz são bem visíveis, veja que as estradas estão a ser reabilitadas.

PERGUNTA - Muito se falou sobre o projecto da ponte cais. Em que pé está esse projecto?

ABB - A ponte cais vai conhecer o início dos trabalhos de construção, isto é bem certo. Estamos a trabalhar

com o Governo com o fim de podermos iniciar estas obras de grande envergadura, de interesse da população. Falamos, da mesma forma, do Pólo Industrial de Fútila e do Vale do Yame. Estes são, de facto, projectos muito importantes, de referência e de grande expectativa que esperamos em breve ver o seu início.

PERGUNTA - Será que o Fórum Cabindês para o Diálogo conseguiu congregar, no seu rebanho, todas as sensibilidades que se envolveram no antigo conflito de Cabinda?

ABB - Desde o princípio, conseguimos congregar as várias sensibilidades cabindensas para este processo de paz. Conseguimos fazer isto, de facto. Não há nenhuma sensibilidade, talvez uma ou outra tivesse ficado de fora, pelo menos conseguimos fazer isto.

PERGUNTA - Mas, há dias, queixou-se de Nzita Tiago ...

ABB - Nzita Tiago em si é só um indivíduo. Os seus homens, porém, ficaram contemplados desde o princípio. Como já disse, no princípio do processo havia três áreas de acampamento, a maior parte daqueles militares eram das antigas Flec-Flac, então dirigida por Nzita Tiago. Estavam acantonados no centro. Portanto, creio que sabem que, no centro, os FDC estavam acantonados noutro lado, os que foram da Flec-Flac, estavam acantonadas do lado do Bento Bembe. Isto é, todas aquelas facções da Flec-Flac que estiveram envolvidas na guerra foram congregadas. Quando falamos em estabilidade, em paz, devemos notar que a paz é estabelecida pelas forças que lutaram, que fizeram a guerra. São estas forças, também, que têm a ideia para reedificar, para não falarmos de outras sensibilidades que existiam. Congregamos todas para fazermos a paz. Quando se fala de Nzita Tiago, olha esse nome não pode perder-se de uma ou de outra forma.

PERGUNTA - Na sua conferência de imprensa, porém, disse que o senhor Nzita Tiago ficou ultrapassado ...

ABB - Sim. Ficou ultrapassado, eu disse bem. Somos seres humanos, portanto, quando somos nascidos, crescemos, atingimos uma certa idade, atingimos a velhice. O senhor Nzita Tiago não deixa de merecer a nossa consideração, o nosso respeito porque ele é nosso mais velho. Mas devemos aceitar que ele está ultrapassado no espaço e no tempo, isto é para dizer que, na fase actual, o mais velho Nzita já não está a altura para poder enfrentar o contexto político actual. Porque ele e outros trabalharam num contexto mais simples. Numa fase actual, ele já não pode, tanto mais

que a sua idade está muito avançada e arruinada pela doença. Eles devem passar o testemunho simplesmente a pessoas que falam em seu nome. Por falta de nome, muitos usam o nome de Nzita mas não são amigos de Nzita.

PERGUNTA - Há também outros nomes, Rank Frank, por exemplo, além de outras entidades radicadas no estrangeiro. Estas foram contempladas no acordo?

ABB - Com o mais velho Rank Frank, antes de falecer, com os líderes fundadores Nzita Tiago, Rank Frank, o mais velho António Suzei, que ainda se encontra na RDC, sempre manteve contacto. A verdade é uma, eles começaram a luta o que não significa que só com eles esta luta tinha que terminar, só com eles é que esta revolução tinha que encontrar a solução. Devemos compreender o tempo que a revolução já durou, com que idade é que eles começaram a luta e o tempo que a própria luta já durou. Isto é semelhante ao pai que nasce os seus filhos com esperança que os filhos sejam perspicazes. Compreendemos que os nossos mais velhos não estavam mais a altura de poder enfrentar as coisas tão complicadas que foram surgindo. Foi melhor deixarem sobre as nossas responsabilidades o futuro, tanto deles como das populações, que desde sempre eles defenderam. É por esta razão que assumimos estas responsabilidades e estamos a assumir todos estes acontecimentos. Não nos esquecemos deles, no falecimento do mais velho Rank Frank, eu me desloquei para Cabinda, para assistir a cerimónia do seu enterro. No entanto, quanto ao mais velho Nzita, vamos esquecer, vamos jogar para o futuro para podermos simplesmente resolver os problemas e preparar um ambiente, se ele quiser, onde ele também possa vir de forma confortável. Este foi sempre o meu pensamento, foi o que eu sempre defendi.

PERGUNTA - Acha que é possível esquecer-se de Nzita Tiago neste processo todo e a quem se refere, em concreto, quando diz que existem nomes que querem tirar partido do conflito de Cabinda?

ABB - Sabe que a guerra de Cabinda durou 30 anos e que os cabindas sempre compartilharam uma cultura independentista. É, pois, necessário compreender que nem todos tiveram a mesma formação que tivemos, por outro lado, não tiveram, todos, as mesmas experiências na luta. Creio que aquele que participou na luta pode testemunhar melhor que as experiências foram diferentes e que, a uma dada altura, depois de uma leitura objectiva da situação actual, fomos também tomando algumas decisões. Agora, há pessoas que têm uma intuição lenta e outras que têm-na mais rápida. As pessoas não podem compreender as coisas da mesma forma, ainda há aqueles que têm uma certa

capacidade de análise, outros há que não têm esta capacidade. Estes, pura e simplesmente, se deixam levar por simples convicção. Mas na matéria política, aliás não é só na política, em tudo há mudança de pessoas. Tomamos esta postura de terminar a guerra para o bem da nossa região. Gostaria de dizer que, de todas as formas, se lutamos, se defendemos tanto uma protecção independentista, de todas as formas o fim de tudo isto era trabalhar para o desenvolvimento, uma vez que as condições estiverem preparadas para podermos trabalhar aquilo que almejamos anteriormente. O bom senso diz que devemos privilegiar aquilo que satisfaz a vontade das populações. No entanto, houve pessoas se sentiram surpreendidas com a nossa posição e pensaram que tinham que continuar com guerrilha, principalmente porque esta guerrilha enriqueceu muitas pessoas.

PERGUNTA - Enriqueceu de que forma?

ABB - Não vamos fazer comentários sobre pessoas de menor. A verdade é que, em toda Angola, houve guerra e há gente que enriqueceu com ela. Por causa dos impostos, dos tais impostos revolucionários. Estes impostos eram cobrados em nome da guerrilha, mas eram usados para benefícios pessoais.

PERGUNTA - Estas pessoas estão em Cabinda?

ABB - Estão em Cabinda, estão em Angola, estão em vários pontos. O que nos interessa é que eu fiz guerra e estava directamente envolvido nela. Fomos vítimas da guerra, em nosso nome eram cobrados estes impostos. O que me dá alegria é que já consegui contribuir para a pacificação da província. É a minha maior alegria e contribuição, eu penso que não pode haver maior alegria que pudesse dar para esta população de Cabinda, que é a paz. Eu queria dizer que muitos viram com o fim da guerra, fechadas muitas portas de fonte de financiamento. Então pensaram que a guerrilha tinha que continuar. Neste momento, quando se falava das certas vozes discordantes, a dizer isto não é assim, o que querem agora é criar confusões, mas em nome de Nzita Tiago. Mas a verdade é que todas estas pessoas, felizmente, nós conhecemos bem os seus currículos, são na maioria pessoas que não participaram da luta, são pessoas que sempre viveram aqui em Angola, mas são situações que desde sempre desprezamos, nunca viemos a falar muito disto ou fazer muitos comentários. Mas, na verdade, sei que o mano mais velho Nzita residia na Europa, em França, já não tem capacidade para fazer alguma coisa.